

Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

O grupo econômico no qual a Companhia hoje se insere foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com negócios voltados exclusivamente para a fabricação de produtos veterinários para animais de produção (bovinos, equinos, aves e suínos).

No período de 1987 a 1999, o crescimento das operações da Companhia ocorreu de forma orgânica e, substancialmente, na linha de animais de produção. Em 2000, a Companhia deu o primeiro passo rumo à diversificação atuando também no mercado de produtos para animais de companhia (cães e gatos).

De 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, a Companhia investiu na construção, em Cravinhos, Estado de São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam o seu crescimento.

O ano de 2007 marcou o início dos investimentos para a entrada no segmento de biológicos, com a construção de uma moderna planta industrial (fábrica e laboratório biosseguro) para a produção de vacinas contra febre aftosa. As obras foram concluídas em outubro de 2008 e a certificação pela Comissão de Biossegurança do Ministério da Agricultura e Pecuária (“MAPA”) foi concedida em dezembro do mesmo ano. Essa certificação tornou a Companhia apta para receber as sementes de vírus e iniciar o desenvolvimento da vacina. A licença para comercialização foi concedida pelo MAPA em outubro de 2010, após dois anos de desenvolvimento.

Ainda em 2007, a Companhia iniciou a construção da planta industrial de produtos terapêuticos hormonais, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF). A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

No ano de 2014, foi concluído o processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias, passando a serem negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3.

Em 2015, a Companhia intensificou suas ações no mercado externo, tendo: (i) fortalecido sua presença no México com a ampliação da equipe comercial e aumento da base de clientes; e (ii) concluído, em setembro, o processo de aquisição do seu distribuidor local na Colômbia, com objetivo de ampliar a presença da Companhia nesse país.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grandes mudanças estruturais que objetivaram a retomada dos níveis históricos de rentabilidade da Companhia. O ano de 2018 representou um ano de grandes conquistas e fortalecimento da Companhia no mercado de saúde animal. O projeto da construção da fábrica de biológicos passou por avanços relevantes com o começo de produção da vacina contra a circovirose (PCV2b). Além disso, em 2018 a Companhia retomou o posto de terceira colocada em participação de mercado de acordo com o SINDAN.

Em 2019, a Companhia começou a comercialização da vacina contra a circovirose (Safesui Circovírus). Desenvolveu também um planejamento estratégico, reforçando a visão de uma empresa de portfólio amplo, multiespécie e com estratégia de inovação incremental, focando na abordagem comercial de venda de produtividade ao campo e intensificação da experiência do cliente, e direcionando esta estratégia, por meio de melhoria na execução.

1.1 Histórico do emissor

Em 2020, a Companhia olhou simultaneamente para seu planejamento e para a participação de seus colaboradores em sua execução. Como forma de contextualizar a abordagem da empresa e engajar sua equipe para acelerar os resultados na estratégia, a Companhia se dedicou à evolução de sua cultura organizacional. A definição dos valores Jogar para Ganhar, Cuidar das Pessoas e Conectar com o Mundo abrange os comportamentos esperados na equipe para que a Companhia alcance este novo patamar de negócios, objetivo de sua estratégia para reimaginar a Saúde Animal.

Em 2021, a Companhia alinhada ao seu planejamento estratégico e buscando diversificar as plataformas tecnológicas dos seus produtos, ampliou a oferta de vacinas recombinantes com o lançamento da Safesui Mycoplasma, também realizou o lançamento da linha Conclue de kit diagnósticos rápidos para oito doenças que acometem caninos e felinos, além do brinco mosquicida Na Mosca e da vacina Ourovac Raiva que previne a raiva em rebanhos.

Em 2022, a Companhia levou soluções inéditas aos seus clientes, ampliou a sua participação em diferentes mercados, lançou também um ecossistema de soluções digitais, incluindo capacitação gratuita e aberta a toda a sociedade e avançamos na realização das ações propostas em nosso planejamento estratégico, assim como em indicadores de temas Ambientais, Sociais e de Governança (“**ASG**”).

Em 2023, a Companhia vivenciou, na pecuária, uma combinação de fatores desfavoráveis ao ambiente de negócios. Em Animais de Companhia, foi um período de desaceleração com relação aos anos anteriores influenciada pelas condições macroeconômicas e pela readequação do comportamento de consumo das famílias pós pandemia. Internamente, a Companhia revisitou a agenda de eficiência e produtividade, remodelando processos e estruturas, com foco em retomada do crescimento, visão para novas soluções no portfólio e a ampliação de nossa participação em novos mercados, com capilaridade geográfica.

Em 2024, a Companhia teve a sua razão social alterada de “Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.” para “Ourofino S.A.”, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2024, bem como a inclusão de atividades adicionais em seu estatuto social. Nesta mesma Assembleia foi também aprovada a incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. (“**OF Agro**”), subsidiária integral da Companhia. Em 1º de outubro de 2025, a Diretoria da Companhia confirmou o implemento das condições suspensivas previstas no respectivo Protocolo e Justificação de Incorporação, declarando efetivos os efeitos da incorporação, com a consequente extinção da OF Agro e sua sucessão pela Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os seus ativos e passivos e direitos e obrigações de qualquer natureza.

A Companhia segue norteada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromissos ligados ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual é signatária desde 2019, e progrediu em iniciativas ligadas à sua matriz de materialidade, constituiu o Comitê de Sustentabilidade, com membros que possuem expertise e vivência no tema para fazermos da Ourofino uma marca cada vez mais sustentável considerando toda a amplitude que o assunto ASG traz.

1.1 Histórico do emissor

Em 2025, foram lançados seis novos produtos, com destaque para a LeanVac, primeira vacina brasileira para imunocastração de suínos, o Nexlaner, ectoparasiticida de dose única para bovinos, e o Wellpet, ectocomprimido antiparasitário para cães. Além disso, em 1º de outubro de

2025, foram declarados efetivos os efeitos da incorporação da OF Agro, subsidiária integral da Companhia, com a consequente extinção da OF Agro e sucessão universal pela Companhia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 2025, o mercado de saúde animal brasileiro segundo o SINDAN (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal), movimentou R\$11,4 bilhões. A movimentação é maior do que no ano passado, o SINDAN apenas apura movimentações de empresas parceiras na coleta de dados, em 2025, algumas empresas deixaram de fazer parte do sindicato. De 2021 a 2025, o mercado de Saúde Animal no Brasil apresentou um crescimento anual composto de 9,3%. Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de vacinas e produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos (“Animais de Produção”); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos (“Animais de Companhia”); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção e Animais de Companhia (“Operações Internacionais”).

A Companhia iniciou suas operações em 1987 e atua, atualmente, nos segmentos de Animais de Produção, Animais de Companhia e Operações Internacionais. Entre os principais aspectos da atuação da Companhia que, a seu juízo, contribuem para sua posição competitiva no mercado brasileiro de saúde animal, destacam-se os seguintes::

- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, médicos veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais localizadas em Cravinhos (SP), com 32.952 m² de área construída, projetadas e operadas em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) estabelecidas pelo MAPA e com conceitos das normas internacionais de qualidade FDA e EMA, operadas por equipe técnica própria; alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais do segmento de Animais de Produção que atende, diretamente, mais de 5 mil clientes ativos, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais; e
- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de marketing diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

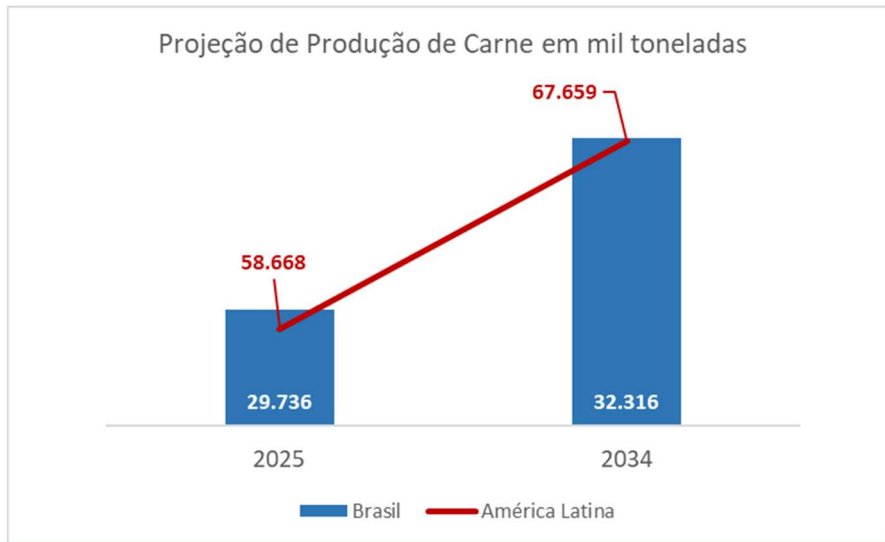
O gráfico a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras do segmento na América Latina..

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro

De acordo com o Food Outlook de 2025 da FAO, o Brasil foi responsável por 8,5% do total de proteína produzida no mundo em 2024 e projetado para 2025. A produção nacional é 5 vezes o montante produzido por exemplo pela Argentina, o que consolida o Brasil como maior produtor de carne na América Latina..

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Elaboração a partir dos dados da OECD-FAO Agricultural Outlook 2025-2034 (https://www.oecd.org/en/publications/oecd-fao-agricultural-outlook-2025-2034_4c5d2cfb-en.html)

Considerando os dados da FAO, o crescimento anual composto (CAGR) projetado é de 1,2% para a América Latina e 0,7% para o Brasil nos próximos 10 anos para todas as proteínas. A produção que tem crescimento projetado que chama mais atenção é a de aves, com crescimento de 0,9% no Brasil.

Produção Brasil (mil ton)	Média de 2021 a 2024	2033	CAGR
Bovina	9.337	9.412	0,3%
Suína	5.283	5.724	0,7%
Frango	14.969	17.028	0,9%
Outros	147	151	0,2%
Total	29.736	32.316	0,7%

Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook 2025 – 2034.

Nesse contexto, o Brasil, seguirá com a necessidade de aumento da produtividade da indústria de proteína animal por meio de investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Adicionalmente, a pecuária deve estar atenta à característica altamente tecnológica da agricultura que propicia aumento de área cultivada à custa de espaço anteriormente dedicado à criação extensiva de animais, em função de melhor rendimento aos proprietários de terras.

A pecuária bovina de corte está presente no cenário econômico nacional desde a época colonial. Nas últimas décadas, a pecuária bovina de corte desenvolveu-se através da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras, sendo a maioria desprovida de infraestrutura e tendo desgaste do solo pelo sistema intensivo de produção de grãos. A produção nacional sempre se caracterizou pelo sistema extensivo. Hoje nota-se uma inversão na ocupação das terras, pois há um forte processo de expansão da fronteira agrícola sobre a área anteriormente destinada à pecuária. Essa expansão das áreas agrícolas, junto do aumento do preço da terra, força a redução da pecuária extensiva, exigindo que o pecuarista seja cada vez mais tecnificado para obter os melhores resultados em suas propriedades. Nesse contexto, o aumento da demanda por tecnologia torna-se fundamental para que o pecuarista mantenha seu negócio competitivo em termos de rentabilidade em comparação com as oportunidades apresentadas pela agricultura.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R\$ 11,4 bilhões em 2025 apresentando crescimento composto de 9,3% entre os anos de 2021 a 2025.

Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- O crescimento da produção de proteínas animais no Brasil tem ampliado a demanda por soluções de saúde animal, especialmente em função da necessidade de maior controle sanitário, prevenção de doenças e eficiência produtiva dos rebanhos.
- A intensificação dos sistemas de produção agropecuária tem impulsionado a adoção de produtos e tecnologias veterinárias voltadas à melhoria do desempenho zootécnico, à redução de perdas e ao aumento da competitividade.
- O setor apresenta evolução contínua em pesquisa e desenvolvimento, com destaque para o avanço de vacinas, biológicos, aditivos e soluções tecnológicas que contribuem para a modernização da produção animal.
- O mercado de animais de companhia tem registrado expansão relevante, impulsionado pela humanização dos pets e pelo aumento dos gastos com saúde, bem-estar e longevidade, configurando-se como um importante vetor de crescimento do setor.
- maior demanda por produtos e serviços veterinários especializados, com foco em qualidade, conveniência e soluções de maior valor agregado. Junto a crescente qualificação e especialização dos médicos-veterinários tem contribuído para a ampliação da oferta de serviços especializados e para o aumento da utilização de tecnologias e tratamentos avançados.
- O aumento das exigências sanitárias, especialmente no contexto das exportações de proteínas animais, tem impulsionado a demanda por soluções que garantam rastreabilidade, biossegurança e conformidade regulatória.

Com relação ao segmento de animais de companhia, dados da (Abenpet) indicam que o Brasil possui uma população aproximada de 160 milhões de animais de estimação, posicionando o país entre os maiores mercados globais do setor, ocupando a terceira colocação em termos de população de pets.

Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a expertise de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com os dados do SINDAN, ocupamos no acumulado de 2025, a quarta posição no mercado nacional de saúde animal, que possui predominância de grandes companhias

farmaceuticas multinacionais. Devido ao nosso posicionamento, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de destes anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de sanidade animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- Prêmio FINEP de Inovação 2025 – A companhia foi reconhecida com o Prêmio FINEP de Inovação 2025, na categoria Cadeias Agroindustriais Sustentáveis. Reforçamos nosso compromisso com soluções que promovem a segurança alimentar e a sustentabilidade da agroindústria brasileira.
- Prêmio Reclame Aqui 2025: O Prêmio Reclame Aqui reconhece as empresas com excelência no atendimento ao cliente, com base nas avaliações e reclamações registradas pelos consumidores na plataforma. A premiação considera critérios como índice de resposta, eficiência na resolução de problemas e nível de satisfação dos clientes. A Ourofino já conquistou esse reconhecimento quatro vezes, reforçando nosso compromisso com a qualidade no relacionamento com clientes e consumidores
- Melhores do Agronegócio 2025 (Globo Rural): Premiação da revista Globo Rural que reconhece empresas que se destacam no agronegócio por inovação, gestão, sustentabilidade, desempenho financeiro e impacto no setor.
- CREDINFAR – Melhores Projetos de Gestão de Crédito e Cobrança 2024
- Prêmio Reclame Aqui 2024: Reconhece as empresas que oferecem o melhor atendimento ao cliente, com base nas avaliações e reclamações feitas pelos consumidores na plataforma da Reclame Aqui.
- TMD Awards 2024: Na categoria Excelência em Disponibilidade, conquistamos o 2º lugar com nosso projeto de monitoramento de ativos.
- 4º lugar entre as 50 melhores empresas do segmento na Great Place to Work (GPTW) 2024
- 3º lugar na Top 100 Open Startups 2024
- Troféu Milkshow: 1º lugar na categoria de Saúde Animal. Uma iniciativa da Coopatos (Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas)
- Selo Mais Integridade Ministério da Agricultura e Pecuária 2023;
- Prêmio Reclame Aqui 2023 13ª Edição;
- Terceira posição no TOP 100 Open Corps 2023;
- Segunda Melhor Empresa do Agronegócio para se trabalhar eleita pela GPTW (*Great Place to Work*) 2023;
- Selo Mais Integridade Ministério da Agricultura e Pecuária 2022;
- Prêmio Reclame Aqui 2022 12ª Edição;
- Vice-liderança no TOP 100 Open Corps 2022.
- CEO Visionário de 2022 reconhecido globalmente pela S&P;
- Melhor Empresa do Agronegócio para se trabalhar eleita pela GPTW (*Great Place to Work*) 2022;

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

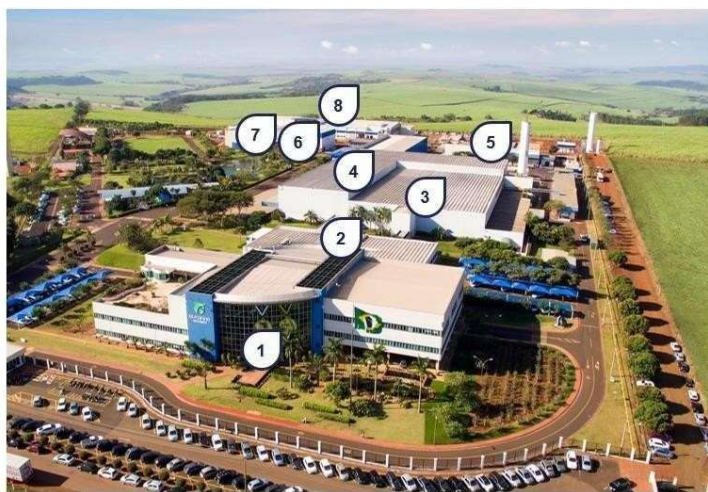
No segmento de Animais de Produção, destacamo-nos pela nossa atuação diferenciada em relação ao padrão do mercado, que geralmente depende muito de distribuidores. Nossos produtos são comercializados por uma equipe comercial composta por mais de 100 profissionais especializados, a maioria dos quais são médicos-veterinários distribuídos por todo o Brasil. Essa equipe atende diretamente mais de 4,2 mil clientes ativos, incluindo revendas, cooperativas, agroindústrias, atacados e produtores rurais em todo o país.

No segmento de Operações Internacionais, comercializamos os produtos destinados a Animais de Produção e Animais de Companhia para o México e Colômbia, com um portfólio com 291 SKU'S onde em ambos os países possuímos operações próprias. Temos um time com 4 representantes responsáveis pela gestão dos países e suporte às equipes de vendas dos distribuidores. Reforçamos ainda nosso plano de crescimento internacional por meio da revisão da estratégia de “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia. Além disso, também atuamos em 15 países por meio de distribuidores locais e suas equipes de vendas, atendendo a 6 mil clientes indiretamente por meio dos distribuidores. Trabalhamos com o desenvolvimento de aliados comerciais com a cultura e compromisso com os valores da Companhia. Temos a oportunidade de registrar, nesses mercados, novos produtos já registrados no Brasil e de levar à estas novas localizações as soluções Ourofino.

No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, possuímos uma equipe de geração de demanda formada por aproximadamente 60 pessoas e 450 indiretos. Também mantemos uma relação de longo prazo com 35 distribuidores, estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos. Acreditamos que por meio destes distribuidores conseguimos acessar cerca de 40 mil pontos de venda comercializando mais 101 SKUs (variações de produtos). Nossa vantagem competitiva no segmento de Animais de Companhia é ter grande representatividade nas vendas de nossos distribuidores, presença técnica/comercial junto aos lojistas para divulgação da marca Ourofino, e uma estrutura de demanda técnica para atingir os médicos veterinários.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Possuímos um moderno e completo parque industrial de saúde animal em Cravinhos (SP), com 32.952m² de fábricas construídas, que abriga as seguintes unidades:



- 1 Corporativo
- 2 Laboratórios para controle de qualidade e P&D
- 3 Fábrica de farmacêuticos
- 4 Armazém / Centro para distribuição
- 5 Fábrica de defensivos animais
- 6 Fábrica de hormônios
- 7 Fábrica de vacina da febre aftosa
- 8 Fábrica e Controle de qualidade de biológicos

Fonte: Companhia

O projeto foi concebido conforme os preceitos das “Good Manufacturing Practices (GMP)”. São atendidos conceitos das normas aplicáveis do MAPA, incorporando conceitos das mais rigorosas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

normas regulatórias mundiais como as emitidas pelo “Food and Drugs Administration - FDA”, dos Estados Unidos, e pela “European Medicines Agency – EMA”, da União Europeia. Dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4. Em 2011 iniciamos as vendas da vacina contra a febre aftosa.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial.

Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, iniciamos em 2014 a construção de uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para atender, além da legislação brasileira, conceitos de qualidade harmonizados entre as principais agências mundiais. O projeto foi idealizado para ser flexível quanto à diversidade de produtos que possam ser obtidos pela fábrica, bem como facilidade de incremento de capacidade fabril. A planta foi inaugurada em 2018 e conta com mais de 6.800 m² de área construída. A primeira venda de vacinas produzidas pela planta ocorreu em fevereiro de 2019.

Excelência em P&D de produtos.

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Em 2025, investimos aproximadamente 6,4% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$78,2 milhões. No último ano, lançamos no mercado 12 novos produtos, entre eles, lançamos duas vacinas para Animais de Produção (suínos) e soluções modernas como o Nexlaner a base de Fluralaner.

Para o desenvolvimento e prospecção de novos produtos, possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, demonstraram, ao longo destes anos de história, empreendedorismo, capacidade e know-how para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas “big four”, além de continuarmos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, contribuiu com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, mesmo como empresa de capital fechado, já adotávamos determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração desde 2013 de informações trimestrais (ITR). Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que conta atualmente com uma maioria de membros independentes, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui seis membros entre efetivos e suplentes. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o prêmio “Impact Awards 2014” durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP). Também ao final de 2014, implantamos o Comitê de Auditoria Estatutário composto por três membros, sendo coordenado por um conselheiro independente do Conselho de Administração.

Por fim, em 2014, realizamos nossa oferta pública inicial de ações, com a obtenção do nosso registro de companhia aberta perante a CVM e listagem e admissão à negociação das ações de nossa emissão no segmento diferenciado de governança corporativa da B3, denominado Novo Mercado.

NOSSOS PRINCIPAIS DESAFIOS

Os obstáculos e ameaças referentes às atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, ocorrendo de maneira combinada ou individual. Para mais informações, veja a seção 4 deste Formulário de Referência.

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento sustentável e contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos por meio de gestão estratégica de portfólio, inclusive com o desenvolvimento de nossa atuação no segmento de biológicos, a fim de entregar produtividade ao homem do campo e um bom cuidado aos tutores de Animais de Companhia, e assim, proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Em 2024, concluímos o ciclo do Planejamento Estratégico iniciado em 2019, consolidando iniciativas que marcaram nosso crescimento nos últimos cinco anos. Nosso Planejamento Estratégico com horizonte até 2030, estruturado em três eixos principais: inovação contínua e ampliação seletiva do portfólio; eficiência operacional e disciplina na alocação de capital; e evolução da presença internacional, combinando o aprofundamento nos mercados em que já atuamos com uma expansão gradual e criteriosa para mercados do Cone Sul. Esses pilares orientam nossa ambição de capturar oportunidades de crescimento sustentável, com foco em rentabilidade, geração de caixa e criação de valor no longo prazo. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada no crescimento de nossos segmentos de atuação:

Segmento de Animais de Produção.

Em Animais de Produção remodelamos processos, introduzimos novas soluções e reestruturamos nossa unidade de negócios. Antes unificada e abrangendo bovinos, equinos, aves e suínos, a unidade foi segmentada em duas frentes distintas: uma dedicada a bovinos e equinos e outra, a aves e suínos, garantindo maior autonomia e foco nas especificidades de cada plantel.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção, que representou 10,3% no ano de 2025 (de acordo com dados do SINDAN/RKE_Ourofino), por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmento de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Além de expandir nossa participação, acreditamos também que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Destacamos o nosso centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

Segmento de Animais de Companhia.

Nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia no acumulado de 2025 foi de 5,8%, de acordo com dados do SINDAN/RKE_Ourofino.

Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento ***Segmento de Operações Internacionais.***

Reforçamos nosso plano de crescimento internacional por meio da revisão da estratégia de “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia. Também temos a oportunidade de registrar, nesses mercados, novos produtos já registrados no Brasil e de levar à estas novas localizações, a nossa estrutura comercial. Nossa visão para cada país é a seguinte:

México; O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 36,9 milhões de cabeças em 2025, de acordo com dados da FAO.

Colômbia: A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de 30,3 milhões de cabeças em 2025, de acordo com dados do Instituto Colombiano Agropecuario.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Estratégia e Novos negócios

Além do contínuo desenvolvimento interno de produtos, nós também buscamos via área de desenvolvimento estratégico e novos negócios potenciais parcerias e aquisições que possam reforçar nossa posição nos segmentos em que já atuamos, acelerar a inclusão de soluções em nosso portfólio e também expandir nossas atividades em novos mercados e territórios. Para isso possuímos um estruturado fluxo de prospecção e análise de parcerias e aquisições, o que nos permitiu lançar em parceria 37 novos produtos nos últimos três anos, incluído distribuição do Boostin, produto da LG Chemical indicado para aumentar a produção de leite em vacas em lactação.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (iii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves;
- suínos; e
- equinos.

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, mais de 3,9 mil clientes ativos no Brasil, contando com um portfólio de 98 produtos veterinários no ano de 2025, que compreendem, dentre outros, antibióticos, anticoccidianos, antimastíticos, anti-inflamatórios, ectoparasiticidas, endoparasiticidas, hemoparasiticidas, inoculantes, probióticos Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para cães e gatos.

Atendemos, para este segmento, 35 áreas de distribuição no Brasil, que chegam a atingir mais de 40 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 33 produtos (101 SKUs -variações de produtos) veterinários no ano de 2025, que compreendem, dentre outros, soluções analgésicas, antibióticos, anti-inflamatórios, dermatológicos, dermocosméticos, desinfetantes, ectoparasiticidas, endectoparasiticidas, endoparasiticidas, otológicos e suplementos.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para Animais de Produção e Animais de Companhia para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 14 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	2025	%
Animais de Produção	901.173	73,6%
Animais de Companhia	172.377	14,1%
Operações Internacionais	151.442	12,4%
Receita operacional líquida	1.224.992	100,0%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido (prejuízo) da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento

antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	2025	%
Animais de Produção	247.163	66,1%
Animais de Companhia	78.710	21,0%
Operações Internacionais	48.200	12,9%
Lucro Operacional Consolidado	374.073	100,0%
Lucro (prejuízo) líquido	222.311	-

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa geração de valor ao mercado está intimamente relacionada à capacidade de entender, pesquisar e desenvolver soluções, quer sejam produtos ou serviços, que atendam as necessidades atuais de nossos clientes e as tendências do mercado de produção de proteína animal e de animais de estimação.

Superar de forma assertiva e ágil o desafio de gerar soluções de valor e manter um portfólio robusto, requer uma equipe comprometida e altamente capacitada com relação ao acompanhamento e análise dos diferentes segmentos do mercado de saúde animal, tendências do setor, pesquisa e desenvolvimento, assuntos regulatórios e estudos clínicos.

O passo inicial de todo este processo consiste em uma profunda compreensão dos desafios atuais e futuros do setor e uma articulação adequada para a resolução do problema ou “das dores” do cliente. O entendimento dos desafios e necessidades do mercado é um processo contínuo e coordenado que envolve desde a equipe técnica e comercial, até fóruns de discussão com clientes e especialistas, sendo este processo coordenado pela área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI).

A partir deste amplo entendimento e, alinhado ao planejamento estratégico da empresa e as informações advindas dos clientes e especialistas, as áreas de Novos Negócios (NN), Inovação Aberta, Assuntos Regulatórios, Gestão de Projetos, Pesquisa e Desenvolvimento e Finanças são envolvidas em fóruns de discussão, a fim de, transformar as oportunidades levantadas em inovações e soluções, que atendam às necessidades do mercado de forma eficaz e segura, além de, estarem totalmente alinhadas aos requisitos regulatórios e de mercado. E ao mesmo tempo que coordena o desenvolvimento dos novos produtos e serviços, a área de PDI trabalha com as Unidades de Negócios (UN) na construção de cenários comerciais para cada um deles e ao final, juntamente com a área Financeira, são feitos os estudos de viabilidade financeira para cada projeto.

Uma forma de ampliar nossa capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, é através da adoção da estratégia de inovação aberta, ou seja, além do conhecimento interno firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Estratégia estruturada e uma clara visão de futuro, proximidade com clientes e especialistas, estrutura organizacional que privilegia ideação, desenvolvimento e inovação, fazem com que pipeline e portfólio permitam a sustentabilidade e perpetuação do negócio.

Adicionalmente, o escopo de PDI compreende:

- área de projetos, responsável pela priorização e acompanhamento de projetos de P&D através de ferramentas de gestão e controle dos projetos;
- área de estudos/pesquisas pré-clínicas e clínicas, responsável pelas provas de conceito (pré-clínicos) para auxiliar na escolha da melhor formulação e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório através de testes clínicos oficiais para registro de novos produtos; e
- área de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica (desenvolvimento de formulações), desenvolvimento métodos analíticos e bioanalíticos, biotecnologia (tecnologias de produção em bactérias e leveduras, DNA recombinante) e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

materiais de embalagens. A gerência de pesquisa e desenvolvimento está separada em fármacos e biológicos, visando maior foco e desempenho nas ações de cada tipo de produto.

Com o intuito de tornar nosso setor de PDI mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Adicionalmente, conduzimos estudos pré-clínicos e clínicos em bovinos e suínos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guatapar, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em cinco fases:

- (1) **Ideação e concepção:** essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de P&D; (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.
- (2) **Desenvolvimento Inicial:** essa fase consiste na discussão dos possíveis caminhos de desenvolvimento e da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelas nossas áreas técnicas, comercial e marketing e financeira.
- (3) **Prototipagem:** essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.
- (4) **Desenvolvimento avançado:** nesta fase a formulação escolhida é testada tanto em condições controladas como em condições reais de uso e ao final, é feito o escalonamento industrial e preparação do dossiê de registro para submissão às autoridades regulatórias.
- (5) **Registro e pré-comercialização:** nesta fase são preparados os planos de marketing e serviços técnicos, visando o lançamento do produto. Caso aprovado pelas autoridades, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste na produção das vacinas contra Circovírus e Mycoplasma, bem como das vacinas Safesui Glasser One e Leanvac. Os processos de produção das vacinas acima descritas passam por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então os produtos acabados serem disponibilizados para a área comercial.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos injetáveis, líquidos orais, cremes e pomadas, sólidos, hormônios e defensivos animais por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

O processo produtivo de nossos produtos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior deverá seguir a legislação aplicável neste quesito regulada pelo MAPA.

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações.

(b) características do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística descentralizada, por meio de cinco centros de distribuição locados de terceiros, localizados em Vinhedo, Cachoeirinha, Aparecida de Goiânia, Betim e Cuiabá. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, todos os produtos liberados pelo controle de qualidade são vendidos para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica cumprindo o prazo de análise e liberação, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com operador logístico, que seleciona as transportadoras com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, garantindo a efetividade de nossa estratégia de vendas pulverizadas.

Para produtos destinados ao mercado externo, contamos com um time de logística Internacional que é responsável por coordenar com transportadoras, Agentes de Cargas e despachantes aduaneiros os processos de exportação. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços para fretes nacionais (Transportadoras) e fretes internacionais (agentes de Cargas) para a realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador. Quanto ao serviço de desembaraço aduaneiro, a emissão da DUE (Declaração única de exportação) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas/acompanhadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal compreende todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento, fabricação, comercialização e prestação de serviços para garantir a saúde, bem-estar e produtividade de animais, sejam eles de companhia ou de produção, ambos segmentos em que a Companhia atua.

O referido setor passa por algumas transformações, entre elas:

- inovação na linha de cuidados;
- aumento das exigências regulatórias;
- evolução do consumo de proteína animal;
- humanização e aumento de gastos com pets;
- aumento da produtividade no campo;
- transformação da experiência do cliente;
- busca por alimentos saudáveis e rastreáveis;
- globalização de expansão do mercado global de saúde animal, maior integração e colaboração no desenvolvimento de produtos; e
- reavaliação de riscos na utilização de determinadas moléculas.

O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

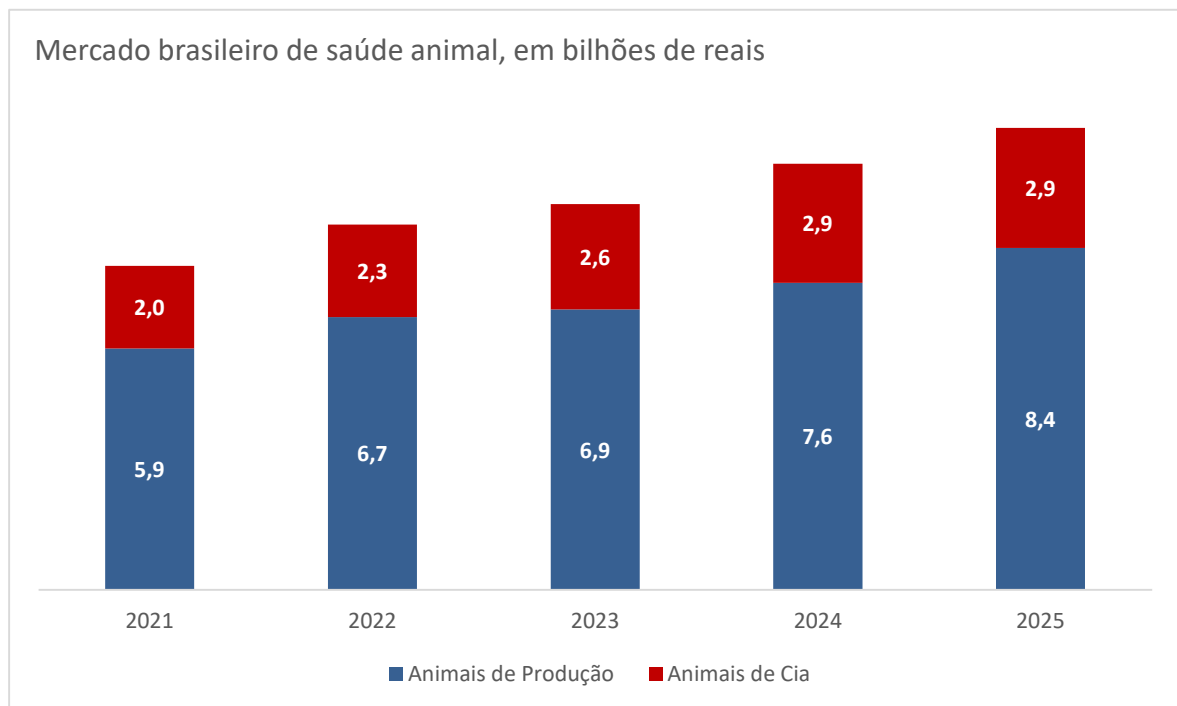
- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, melhora de poder aquisitivo de uma parte significativa da população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível das pessoas, acarretando o aumento de animais domésticos, ou pets, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios em escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para apoiar o crescimento esperado dos rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação, mantendo os animais livres de doenças. No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado ao aumento consistente da demanda por tratamentos médicos para pets, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O Brasil é um dos mais importantes países no cenário mundial de saúde animal. É esperado que o mercado brasileiro continue crescendo a uma taxa maior que a mundial: de 2021 a 2025 registrou uma taxa de crescimento (CAGR) de 9,3% chegando em 2025 a um valor de R\$ 11,4 bilhões de reais, segundo o SINDAN. Mercado brasileiro de saúde animal, em bilhões de reais



Fonte: Mercado de Saúde Animal 2025 SINDAN

Animais de Produção

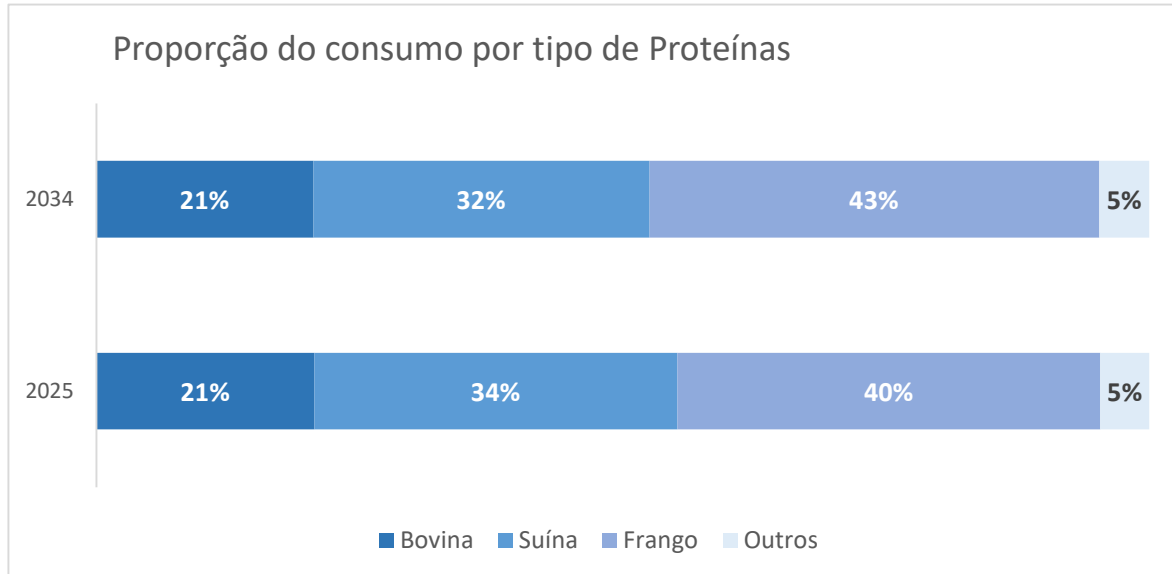
O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida desta, particularmente nos mercados emergentes. O aumento do padrão de vida e do poder de compra da população nesses mercados gera uma maior demanda por carne bovina e produtos lácteos..

No Brasil, o segmento de animais de produção representa aproximadamente 74% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de R\$8,4 bilhões em 2025.

-

- Alguns fatores que podem ser considerados drivers para este desempenho são: aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade de aumento da tecnificação para elevar a produtividade; e
- escassez de área mundial disponível para a produção animal.

O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da



economia em escala global. De acordo com o OECD-FAO Agricultural Outlook 2025-2034, a estimativa para a população mundial é projetada um número de 8,8 bilhões em 2034, o que representa uma taxa de crescimento anual de 0,8%. Ainda em termos de consumo, há uma tendência de aumento no consumo de aves e diminuição da participação de suínos, como expresso no gráfico abaixo:

Fonte: Dados de 2023 são média de 2021 a 2023. OECD FAO Agricultural Outlook 2025-2034.

O segmento de animais de produção se divide em várias categorias, incluindo ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. A produção e qualidade desses animais são cruciais para atender à crescente demanda global, impulsionada pelo aumento da população mundial e pelos padrões de vida em ascensão, especialmente nos mercados emergentes. O aumento do padrão de vida e do poder de compra nessas regiões resulta em uma maior demanda por carne bovina e produtos lácteos. Além disso, o crescimento das exportações de proteína animal tem se mostrado importante força motriz para o desenvolvimento contínuo do setor de saúde animal.

O Brasil é destaque no cenário mundial quando o assunto é produção de proteínas. De acordo com os dados do relatório de Produção da Pecuária Municipal de 2024 do IBGE, o Brasil possui rebanho comercial de 238,1 milhões de cabeças de gado, sendo o maior exportador de carne bovina do mundo o que representou 28% das exportações do mundo em 2025 segundo o Meat Market Review de 2025 da FAO. Para a carne de porco, o Brasil foi em 2025 o terceiro maior exportador e quarto produtor. Já para carne de frango, foi o terceiro maior produtor e o primeiro exportador mundial (Meat Market Review 2025, FAO).

Analisando os dados nacionais em 2025 comparado ao ano anterior, houve maior queda respectivamente dos preços de carne suína e de aves de -17,3% e -19,1%. Já a carne bovina teve crescimento consistente e variação de 7,5% de acordo com os dados do CEPEA/ESALQ-USP (Indicador do Boi Gordo CEPEA/B3 / Preços da carcaça suína especial (R\$/kg) / Preços do frango resfriado CEPEA/ESALQ - Estado SP).

As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da

importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos. Os custos com saúde animal não devem ser um impedimento para os produtores continuarem a investir na saúde e desenvolvimento de animais de produção no Brasil, visto que representam 0,4% dos custos totais dos pecuaristas brasileiros de acordo com levantamento realizado pelo SINDAN (2024)

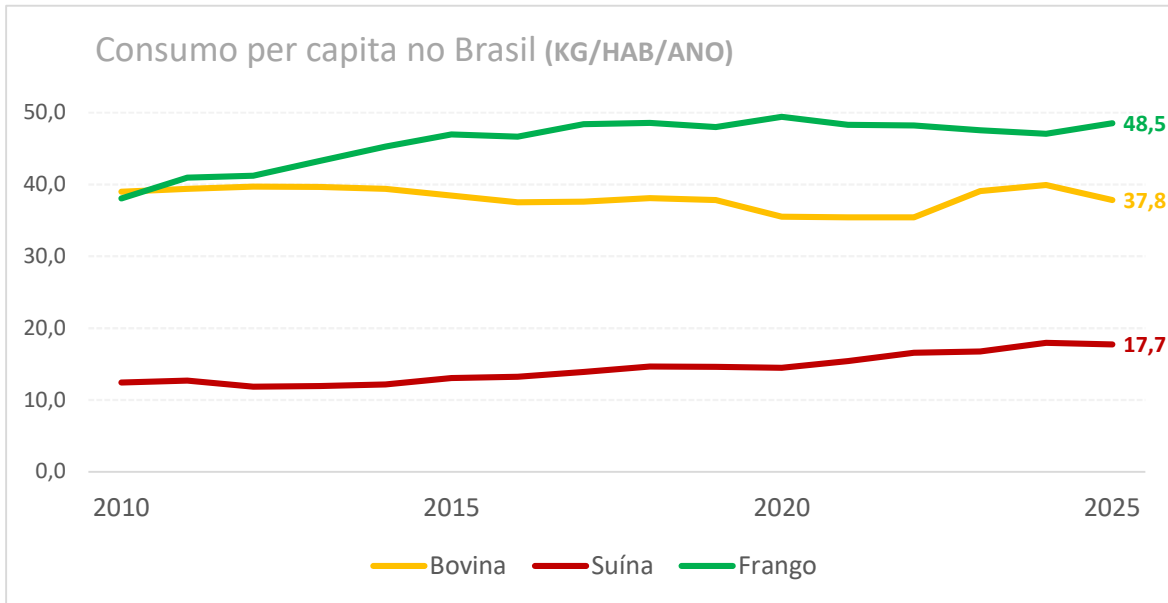
Sobre este panorama de melhoria da produtividade, está inserida a indústria veterinária, onde a demanda por produtos veterinários tem potencial crescimento devido ao baixo índice de tecnificação nas propriedades. De acordo com dados da consultoria Athenagro (2022) 12% do gado bovino brasileiro estaria classificado como pertencente a propriedades com alto nível de tecnificação, enquanto 55% dos animais encontravam-se em fazendas de média tecnificação e 33%, em baixa. O uso de tecnologias dentro das propriedades está ligado aos tratamentos curativos e cada vez mais sobre o uso de terapias preventivas, onde o produtor que busca maiores índices de produtividade utiliza um manejo profilático através da vacinação do rebanho. Além disso, outro potencial de difusão é o potencial de melhoramento genético do rebanho brasileiro e o uso de protocolos de reprodução, com a técnica de inseminação artificial por tempo fixo (IATF).

Sobre o uso de protocolos de IATF, que aumentam a produtividade dos pecuaristas, observa-se cada vez mais a aderência por este tipo de tecnologia. O acompanhamento da taxa de desfrute, que é a produção em arrobas ou cabeças em determinado espaço de tempo em relação ao rebanho inicial, é um indicador que mostra essa evolução. Em 1997, essa taxa era de 11% e, em 2019, já passava de 18%, valor ainda baixo, comparado aos Estados Unidos, por exemplo, que estava em 35,4% no mesmo ano, mas mostrando números próximos, praticamente lineares, ao longo dos últimos 22 anos segundo o CEPEA. Ou seja, o Brasil mostra bastante espaço para aumentar a produção de seu rebanho e isto tem ocorrido ao longo do tempo.

A Febre Aftosa também teve grande impacto no setor agropecuário até o início de 2024. Através do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), a indústria foi impactada na produção das vacinas e na proibição da utilização das mesmas em alguns estados brasileiros. A estratégia de vacinação nacional fez com o que o país conquistasse o status de “área livre da doença sem vacinação” pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) em 2024.

Em relação aos mercados da Ásia e, especialmente, da China, que seguem representando cerca de 65% a 70% das exportações brasileiras de carne bovina, observou-se ao longo de 2025 a continuidade de um ambiente de preços pressionados, em função da elevada oferta global e da recomposição dos estoques chineses. Apesar disso, ao longo do segundo semestre houve sinais de melhora gradual nas cotações internacionais. No mercado interno, o preço do boi gordo apresentou recuperação em relação aos níveis deprimidos de 2024, sustentado principalmente pela redução no ritmo de abate de fêmeas e pelo início da reversão do ciclo pecuário. Para 2026, a expectativa é de continuidade desse movimento, com menor oferta de animais para abate, sustentação dos preços e possível estabilização da produção no curto prazo, ainda que se

mantenha a perspectiva de ajuste na oferta nos anos subsequentes.



Dados: Food and Agriculture Organization (FAO), Meat Market Review 2025

Animais de Companhia

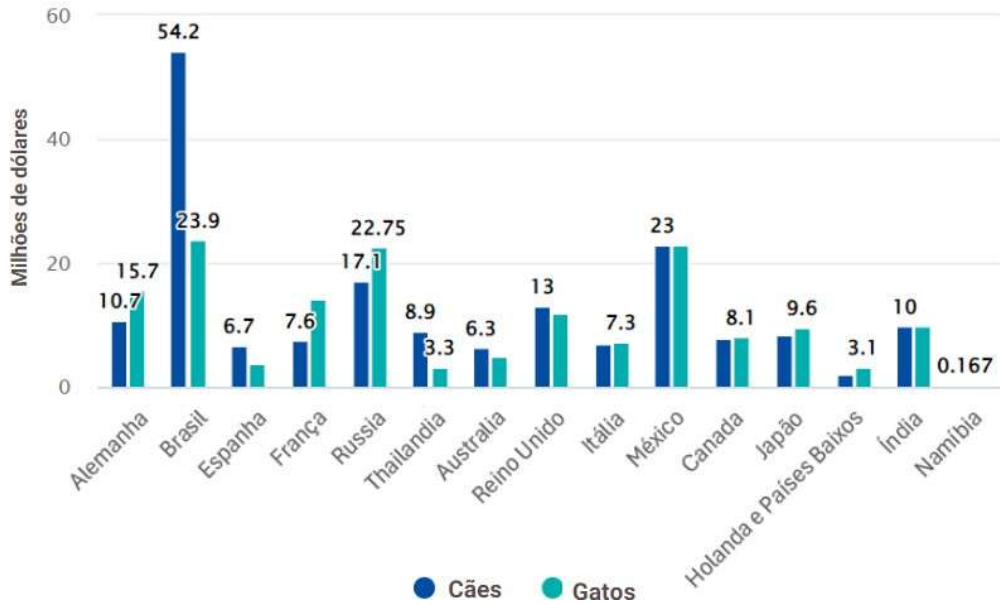
O setor de animais de companhia, também conhecido como pets, engloba cães e gatos, embora o termo mais abrangente seja "animais domésticos", que inclui uma variedade de pequenos animais como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis.

O crescimento econômico global nos últimos anos, especialmente nos países emergentes, resultou em um aumento do rendimento disponível para os cidadãos em todo o mundo, contribuindo para o aumento do número de animais domésticos, ou pets, em escala global. Além disso, a proximidade e a convivência cada vez maiores das pessoas com esses animais em suas residências, juntamente com o aumento da expectativa de vida, e as mudanças nos perfis familiares atuais são fatores relevantes a serem considerados para o sucesso e grande número de pets na casa dos brasileiros.

Dessa forma, mais pessoas estão reconhecendo e desfrutando dos benefícios positivos de dos animais de companhia e de ter um pet, mas isso também traz à tona questões de saúde animal. Uma população de animais de companhia em crescimento significa uma maior necessidade de cuidados veterinários. Estudos na Health for Animals mostram que quase metade de todas as clínicas veterinárias relataram um aumento em sua carga de trabalho em uma recente pesquisa realizada em 91 países.

No Brasil, o aumento da renda disponível e a melhoria do padrão de vida têm levado a um aumento dos gastos com pets, tanto em termos absolutos, devido ao crescimento do número de animais de companhia, quanto em termos unitários, considerando os gastos individuais dos tutores com seus animais domésticos.

População PET no Mercado Global



Dados: Health for Animals

Segundo dados da ABENPET, o mercado brasileiro de animais de companhia movimentou

Faturamento em Bilhões de Reais (Bi/R\$) % de Crescimento Ano/Ano



aproximadamente R\$ 75,4 bilhões em 2024, representando crescimento de 9,6% em relação ao ano anterior. Para 2025, as projeções indicam faturamento entre R\$ 77 bilhões e R\$ 78 bilhões, refletindo uma desaceleração no ritmo de expansão, mas mantendo a trajetória de crescimento do setor. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Produtos para Animais de Estimação (Abenpet), em 2024, o Brasil tinha 160,7 milhões de pets, sendo 67,8 milhões de cães, 33,6 milhões de gatos. Quando se trata de população de animais de companhia e faturamento está atrás no ranking somente para o EUA (1º lugar) e China (2º lugar).

O faturamento de produtos voltados para animais de estimação vem crescendo ano a ano, no Brasil a ABENPET projetou uma soma de 77,2 bilhões em 2025, 2,4% de aumento em relação ao realizado no ano anterior e recorde histórico. O segmento de produtos veterinários (Pet Vet) representou 10,6% do setor.

Faturamento da indústria PET brasileira- 2025

Segmento	Faturamento - bilhões	%	Evolução 25 x 24
Produtos Veterinários	8,20	10,6%	5,0%
Pet Care	4,62	6,0%	3,7%
Alimentos para Pet	40,82	52,9%	0,1%
Outros	23,50	30,5%	5,4%

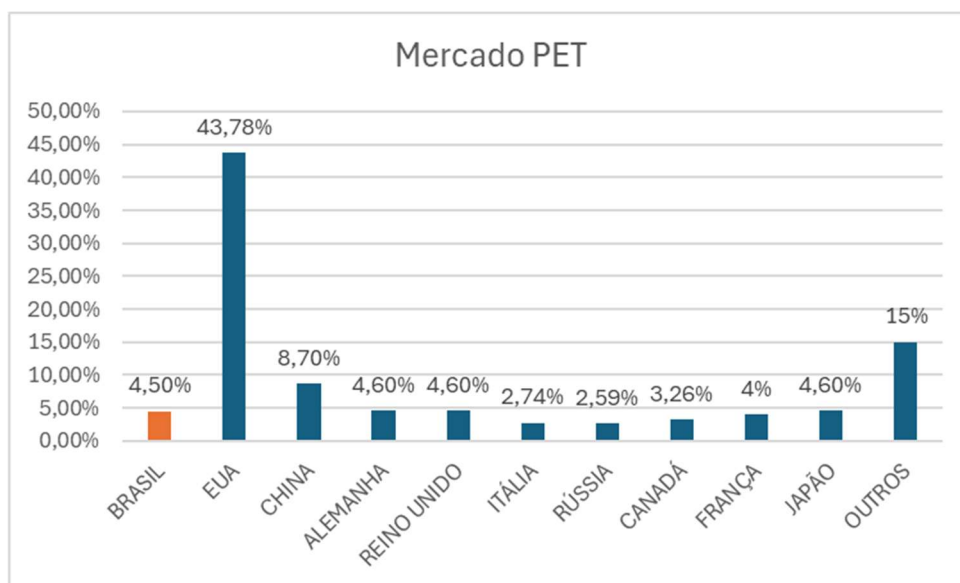
Fonte: Instituto Pet Brasil e Abinpet, 2025.

A tendência é a utilização de produtos inovadores que melhorem e facilitem a vida dos pets e seus tutores.

Fenômenos globais como as alterações climáticas têm contribuído para o aumento na prevalência e na disseminação geográfica de doenças transmitidas por vetores. Portanto, é crucial tratar as enfermidades causadas por parasitas, evitando o risco de transmissão.

Nesse sentido, um dos grandes destaques do portfólio de produtos pet da Ourofino foi o lançamento do Wellpet, uma solução completa com ação antiparasitária, ou seja, apresenta potente ação contra carrapatos e pulgas. Algumas das inovações que estão no radar PET, de acordo a Animals for Health são:

- tratamentos de terapia genética para o câncer;
- redução da necessidade de antibióticos, como utilização de vacinas e anticorpos monoclonais, que podem ajudar a diminuir o risco de resistência antimicrobiana;
- dispositivo como coleiras de alta tecnologia e sistemas de rastreamento, com previsão de mercado avaliado em cerca de US\$ 20 bilhões até 2027; e
- maior variedade de opções de nutrição para animais de companhia, incluindo refeições equilibradas em porções únicas que podem ser adaptadas às necessidades específicas do animal.



Dados: ABINPET e elaboração interna.

Principais países em vendas de produtos para animais de companhia

O Brasil figura como o sexto principal mercado, com participação de 4,5% do total de faturamento em dólares, no setor, em 2024. Contudo, em anos anteriores, antes da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, o Brasil chegou a ocupar a segunda posição em representatividade no

faturamento do mercado pet global.

A mudança de status dos pets é evidente. De acordo com o Radar Pet de 2023 da Comac (Comissão de Animais de Companhia do SINDAN), em pesquisa realizada no Brasil, houve uma diminuição da percepção como animais de estimação e maior associação aos Pets como seres próximos, o que amplia a possibilidade de gasto com itens fundamentais além de cuidados com a saúde, vacinas, dentre outras.

Em 2025, o segmento de animais de companhia, no Brasil, representou aproximadamente 25,6% do mercado total de saúde animal, uma queda de aproximadamente 2% em share, com receitas em torno de 2,9 bilhão de reais. Segundo dados do SINDAN, demonstrando estagnação do setor causada pela alta carga tributária, inflação e desafios cambiais, conforme relatado pela Abenpet e Instituto Pet Brasil. Ainda assim os números demonstraram que o mercado pet continuou em alta histórica no Brasil, antes não vista.

- As projeções indicam que o mercado pode alcançar R\$ 80 bilhões até 2026, com crescimento estimado em torno de 5% ao ano, dependendo de variáveis como inflação, câmbio e cenário econômico. A humanização dos animais de companhia deixa de se restringir a uma narrativa de marketing e passa a orientar decisões estratégicas de formulação e desenvolvimento de produtos. Nesse contexto, a saúde pet evolui de um modelo predominantemente reativo para uma abordagem preventiva e cada vez mais especializada, enquanto a alimentação se consolida como um dos principais vetores dessa transformação, assumindo papel central na promoção de bem-estar, longevidade e qualidade de vida dos animais.

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes, as quais defendem nossa posição como o principal player nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil exigirá do novo participante, um processo de autorização legal extenso e oneroso, com um significativo investimento.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos players está limitada aos tempos de pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos e aos prazos para obtenção das diversas autorizações legais e regulatórias. Em média, após concluídos toda a fase interna de pesquisa e desenvolvimento, os registros de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, no prazo aproximado superior a dois anos.

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal pode requerer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um track record de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a

consolidação no setor de saúde animal.

Os novos players devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

Contexto regulatório

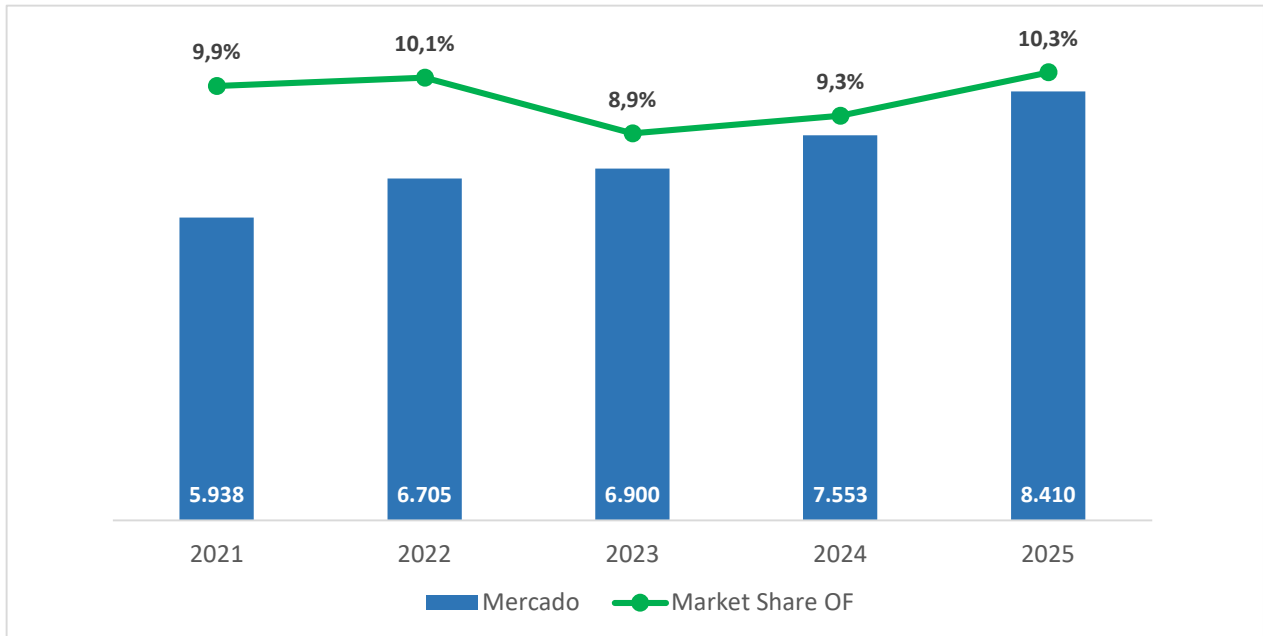
A inspeção e a fiscalização de produtos veterinários e de instalações produtivas são regidas pelo Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, regulamentado pelo Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelos Decretos nº 8.448, de 6 de maio de 2015, e nº 8.840, de 24 de agosto de 2016. A inspeção e a fiscalização de produtos destinados à alimentação animal são reguladas pelo Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024, conforme alterado pelo Decreto nº 12.126, de 31 de julho de 2024, e pelo Decreto nº 12.502, de 11 de junho de 2025. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as Boas Práticas de Fabricação ('BPF') definidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

(i) participação em cada um dos mercados

Animais de produção

Nossa taxa composta de crescimento anual composto no segmento animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2021 a 2025, foi de 9,9%, resultando em um market share no valor de 10,3% considerando os valores divulgados pelo SINDAN.

Faturamento de Saúde Animal para Animais de Produção (em Milhões) e market share da Ourofino



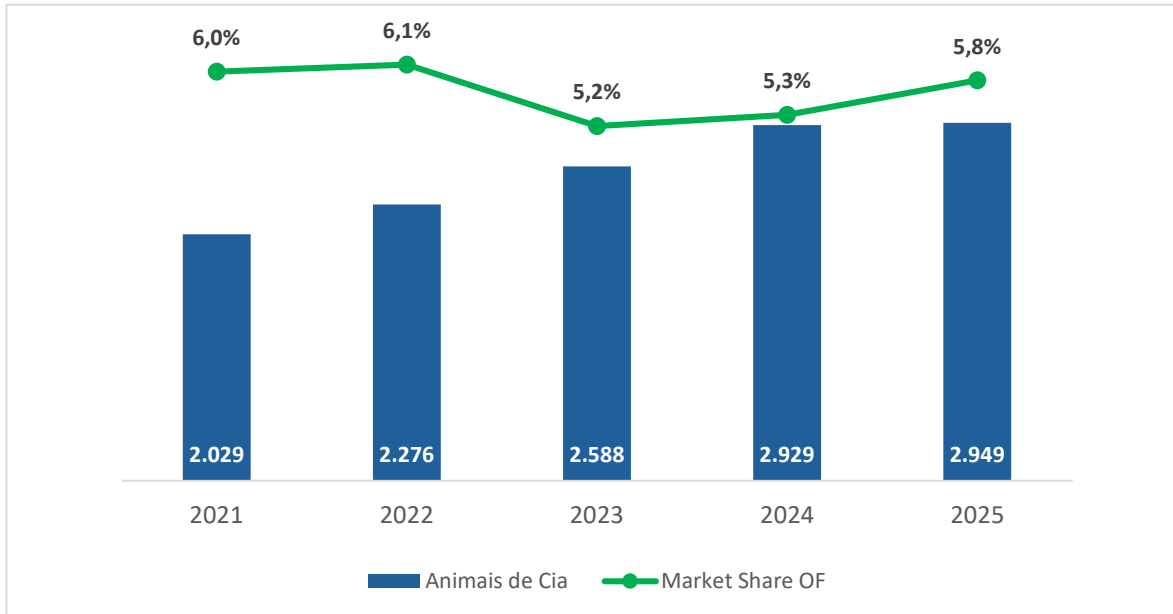
Fonte: Material interno com base nos dados do SINDAN, 2025. Mercado de Animais de Produção (Suínos, Aves, Bovinos e Equinos somados). Animais de Companhia

Nossa taxa composta de crescimento anual no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2021 a 2025, foi de 9,2%, resultando em market share de 5,8%. Faturamento de Saúde Animal para Cães e Gatos (em Milhões) e market share da Ourofino

Fonte: Material interno com base nos dados do SINDAN, 2025. Mercado de Animais de Companhia.

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de Animais de



Produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN (RKE), ocupamos, no final de 2025, quarta posição no mercado veterinário brasileiro com um market share de 9,1%. Sendo que estamos na 7ª posição em Animais de Companhia e 3ª posição em Animais de Produção. A Companhia é a principal empresa de capital majoritariamente nacional no mercado brasileiro de saúde animal, segmento marcado pela predominância de grandes grupos farmacêuticos multinacionais e por movimento contínuo de consolidação. Entre os eventos mais relevantes dos últimos exercícios, destacam-se: (i) a venda do portfólio de aditivos medicamentosos para ração da Zoetis para a Phibro Animal Health, concluída em 2024; (ii) a venda do portfólio de aquicultura da Elanco para a Merck Animal Health (MSD Saúde Animal), concluída em julho de 2024 por aproximadamente US\$ 1,3 bilhão; (iii) a fusão entre Petz e Cobasi no segmento pet; e (iv) a entrada de grupos estrangeiros no mercado brasileiro por meio de aquisições de empresas nacionais, incluindo a Biovet pela Vaxxinova, a Vencofarma pela Dechra e a Clarion e a Farmagrícola pela Vetoquinol. Esse processo de consolidação tende a concentrar o mercado em um número menor de grandes grupos multinacionais, reforçando o posicionamento da Companhia como principal alternativa de capital nacional para clientes e parceiros do setor.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida e ao controle farmacológico do ciclo estral de fêmeas bovinas. Estes agentes têm o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade e com relação aos protocolos reprodutivos estes também possuem sazonalidade definida de acordo com a estação de monta para fêmeas de corte. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade, criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em

consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas por esses medicamentos. Pelo outro lado, quando nestas estações a umidade e o calor são menores do que o esperado, ocorre menor utilização dos produtos de controle devido a menor disseminação dos parasitas.

- agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno, quando estes apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;
- agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera, quando eles apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, conseqüentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano; e
- produtos para reprodução (controle farmacológico do ciclo estral): para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto, os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores anteriormente mencionados, mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, conseqüente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tendem a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados ao controle de ectoparasitoides, que têm vendas mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno. Esse aspecto não impacta, significativamente, a sazonalidade de venda total da Companhia.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo muitos deles parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

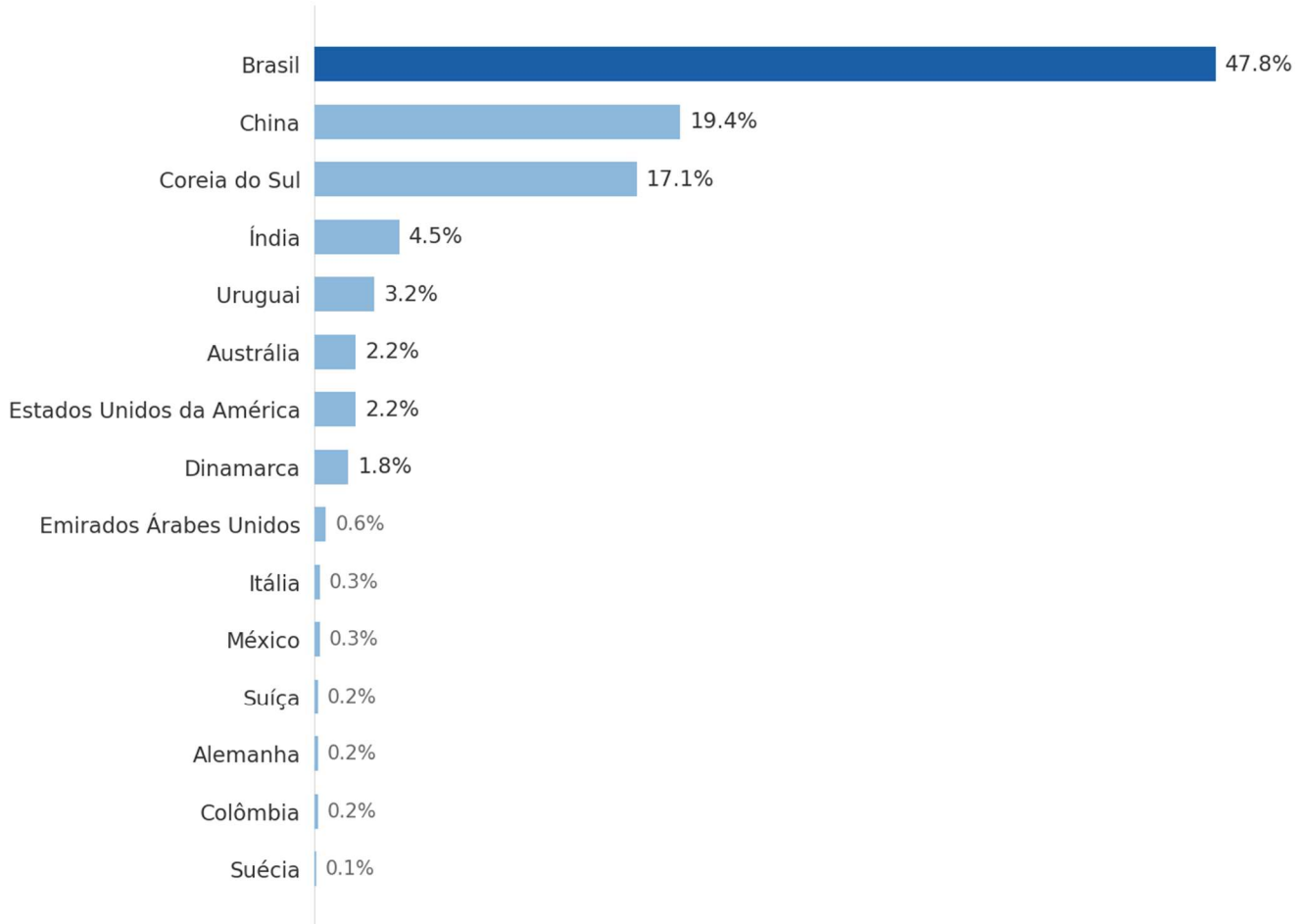
Possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, no caso dos países em que o Brasil possui acordos bilaterais, como Argentina e Uruguai, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento, mas nem sempre isso é possível.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas de insumos



Fonte: Análises Internas

(iii) eventual volatilidade em seus preços

No cenário macroeconômico internacional, os preços das commodities e insumos de fabricação e a volatilidade das taxas de câmbio, principalmente de Euro e Dólar norte-americano, podem trazer impactos significativos nos custos de produção de nossos produtos.

Outros fatores também trazem incerteza para a performance dos negócios da companhia:

- a. Alterações climáticas, como variações no ciclo de precipitação e temperatura, podem afetar diretamente a produtividade do agronegócio, impactando a performance empresarial do setor.
- b. Eventos sanitários, como surtos de doenças, podem ter um impacto significativo na performance empresarial do setor, afetando desde a saúde do rebanho até a confiança do consumidor, que podem afetar de forma adversa a oferta e a demanda internacional por proteína.
- c. Fatores políticos internacionais, como a imposição de barreiras fiscais, guerras e crises diplomáticas, podem criar um ambiente de incerteza e volatilidade, impactando diretamente a performance empresarial do agronegócio, desde a exportação de produtos até a aquisição de insumos no mercado global.
- d. Eventuais problemas logísticos internacionais, como interrupções no transporte marítimo, atrasos em portos, ou restrições de trânsito, podem ter um impacto substancial na dinâmica de fornecimento de insumos de fábrica, afetando desde a entrega oportuna de matéria-prima até a exportação eficiente de produtos para mercados globais.

1.5. Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação do Setor

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo MAPA por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelos Decretos nº 8.448, de 6 de maio de 2015, e nº 8.840, de 24 de agosto de 2016, todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos fabricantes somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações, que devem atender às normas de Boas Práticas de Fabricação ("BPF") estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e às normas de higiene e segurança do trabalho estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida, a licença deverá ser renovada anualmente.

Os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Registro de Produtos Veterinários ("CORPV") do Departamento de Saúde Animal ("DSA") do MAPA. O registro terá validade de dez anos, renovável por períodos sucessivos de igual duração, mediante requerimento protocolizado até a data de vencimento. A Instrução Normativa SDA nº 35, de 11 de setembro de 2017, estabelece os procedimentos para fabricação, armazenamento, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário e dos produtos de uso veterinário que as contenham.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões de saúde pública, todo produto deverá cumprir as mais rigorosas normas de qualidade relativas a matérias-primas, processos de produção e produtos terminados, tomando-se por referência os padrões reconhecidos internacionalmente.

Caso a Companhia descumpra quaisquer obrigações perante o MAPA no que se refere a produtos de uso veterinário, poderá sujeitar-se não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no artigo 82 do Decreto nº 5.053/2004, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00 (oitocentos e oitenta reais a dois mil, seiscentos e quarenta reais), dobrada sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal e classificados como aditivos zootécnicos melhoradores de desempenho devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA para serem comercializados. São isentos de registro os ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos, suplementos destinados à alimentação animal, concentrados e rações destinados à alimentação animal, conforme disposto na regulamentação do MAPA. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado pelo mesmo período, sucessivamente, desde que requerido com antecedência mínima de sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA relativas a produtos destinados à alimentação animal, seja por não manter vigentes as licenças dos estabelecimentos, por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou em caso de inobservância da legislação setorial, estará sujeita não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024.

Conforme dispõem a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e a Resolução CFMV nº 1.177, de 17 de outubro de 2017, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinário devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária correspondente ao Estado ou Região em que funcionem, bem como obter Anotação de Responsabilidade Técnica, indicando o profissional responsável técnico pelas atividades veterinárias. O descumprimento das determinações regulamentares aplicáveis sujeita a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 3.000,00, dobrada na reincidência até o limite de R\$ 24.000,00, nos termos do art. 1º da Resolução CFMV nº 682, de 16 de março de 2001. Conforme dispõe a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, conforme alterada pela Lei nº 15.183, de 30 de julho de 2025, compete ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais, bem como formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica. As atividades de criação, manutenção e utilização de animais para ensino ou pesquisa científica estão sujeitas ao licenciamento perante o CONCEA, nos termos da Portaria MCTI nº 9.037, de 17 de março de 2025, e das Resoluções Normativas do CONCEA aplicáveis a cada grupo taxonômico.

Os estabelecimentos da Companhia que realizam pesquisas científicas e testes em animais estão devidamente credenciados perante o CONCEA, e tais atividades são conduzidas em conformidade com a legislação aplicável, incluindo as Resoluções Normativas do CONCEA vigentes. As atividades de pesquisa científica e realização de testes em animais da Companhia são supervisionadas pelas respectivas Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), constituídas nos termos da Resolução Normativa CONCEA nº 51, de 19 de maio de 2021, para assegurar o cumprimento das normas e exigências legais pertinentes durante a realização das atividades.

A Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005) estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização para atividades que envolvam Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e derivados, exigindo autorização prévia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o exercício de tais atividades. Os estabelecimentos da Companhia que realizam atividades envolvendo OGM e seus derivados estão devidamente cadastrados perante a CTNBio e operam em conformidade com a legislação aplicável, sob supervisão da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

De acordo com a regulamentação aplicável, as pessoas jurídicas que desempenhem atividades envolvendo Produtos Controlados pelo Exército (PCE), incluindo armas, munições, explosivos, produtos químicos de interesse militar e demais produtos sujeitos ao controle da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), devem estar registradas perante o Comando do Exército, nos termos do Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados, e da Portaria nº 56-COLOG, de 5 de junho de 2017, obtendo o respectivo Certificado de Registro (CR), com validade de até três anos.

As pessoas jurídicas que desempenhem atividades com produtos químicos que possam ser utilizados na elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou causadoras de dependência estão sujeitas ao controle e à fiscalização do Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002, devendo obter: (i) Certificado de Registro Cadastral (CRC), sem prazo de validade; e (ii) Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), com validade anual, renovável perante o Departamento de Polícia Federal.

Adicionalmente, conforme a legislação estadual aplicável, podem ser exigidos pela Polícia Civil Estadual Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção relativos a produtos e substâncias químicas sujeitas ao controle estadual.

O descumprimento das obrigações perante as autoridades governamentais mencionadas sujeita a Companhia não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também, no âmbito da Lei nº 10.357/2001, às medidas administrativas previstas em seu art. 14, aplicadas cumulativa ou isoladamente: (i) advertência; (ii) apreensão do produto ou substância controlada; (iii) suspensão ou cancelamento das licenças; (iv) revogação das licenças; e (v) multa de R\$ 2.128,20 a R\$ 1.064.100,00 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos a um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais).

Na data deste Formulário de Referência, os estabelecimentos da Companhia cumpriam, em todos os aspectos materialmente relevantes, as regras e os requisitos da regulamentação aplicável, incluindo a obtenção e a renovação das licenças e certificados aplicáveis perante as autoridades governamentais competentes**Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais**

A nossa administração entende ter bom relacionamento com o MAPA e os órgãos ligados a ele, bem como CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Ministério da Saúde, autarquias de água e esgoto, DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica, SAE - Serviço de Água e Esgoto, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, dentre outros. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à privacidade e à vida privada são assegurados, de forma geral, pela Constituição Federal e pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada). No entanto, na ausência de normas específicas sobre o tratamento de dados pessoais, a legitimidade das práticas relacionadas a esse tema foi, historicamente, analisada caso a caso pelo Poder Judiciário.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada) buscou trazer maior objetividade à regulamentação da abertura de bancos de dados de consumidores, incluindo cadastros de inadimplentes. Posteriormente, com o avanço das tecnologias de processamento de dados, foi promulgada a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, conforme alterada), estabelecendo regras específicas para a criação e manutenção de bancos de dados de bons pagadores, tendo sido modificada em 2019 para adotar o modelo de adesão automática dos indivíduos ao sistema, garantido o direito de solicitar excl

A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, incluindo diretrizes para a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais no ambiente digital.

Em agosto de 2018, foi aprovada a Lei nº 13.709 ('Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais' ou 'LGPD'), que entrou em vigor em setembro de 2020 e criou um sistema de regras abrangente e de aplicação transversal para o tratamento de dados pessoais, afetando todos os setores da economia. A LGPD prevê os direitos dos titulares de dados, as bases legais que justificam o tratamento, os padrões de segurança e as obrigações relativas a incidentes de segurança, e criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável por fiscalizar a aplicação da lei e aplicar sanções em caso de descumprimento, que podem alcançar 2% do faturamento da pessoa jurídica, limitadas a R\$ 50 milhões por infração.

Desde sua entrada em vigor, a LGPD vem sendo complementada por regulamentações específicas editadas pela ANPD, entre as quais se destacam: (i) a Resolução CD/ANPD nº 1/2024, que disciplina os procedimentos para comunicação de incidentes de segurança à ANPD e aos titulares de dados; e (ii) a Resolução CD/ANPD nº 19/2024, que estabelece as diretrizes para transferências internacionais de dados pessoais, com prazo de adequação encerrado em agosto de 2025.

Em setembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.211/2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente — 'ECA Digital'), em vigor desde 17 de março de 2026, que estabelece um regime específico de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, aplicável a plataformas digitais, redes sociais, aplicativos e demais serviços de tecnologia da informação acessíveis por esse público no Brasil. O ECA Digital complementa a LGPD neste segmento e atribui à ANPD a competência de fiscalização, com sanções que podem alcançar 10% do faturamento do grupo econômico ou R\$ 50 milhões por infração, além de suspensão ou proibição de operação em casos graves.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes à utilização de recursos hídricos, emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, uso de substâncias químicas controladas, tratamento de efluentes, gerenciamento de áreas contaminadas, entre outras.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos e/ou custos sobre a Companhia, além de exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de prevenção e controle da poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação ao meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental junto ao órgão competente.

Neste viés, nossas atividades estão sujeitas ao prévio licenciamento ambiental aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão consecutiva de três licenças de acordo com as fases do empreendimento, todas com prazos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

determinados de validade: Licença Prévia (atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos para as próximas fases de implementação), Licença de Instalação (autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade) e Licença de Operação (autoriza a operação do empreendimento e/ou atividades), sendo que a licença de operação (LO) emitida precisa ser renovada periodicamente. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, a validade das licenças ambientais depende do cumprimento das condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador na respectiva licença.

Buscamos cumprir com as exigências técnicas das licenças ambientais obtidas para nossas atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar tempestivamente as licenças ambientais, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis em razão dos atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas, que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, suspensão parcial ou total da atividade, entre outras penalidades, sem prejuízo de sanções penais e da necessidade de reparação dos danos ambientais na esfera civil.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração de nexo de causalidade. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência, multa simples, multa diária, suspensão parcial ou total das atividades, restrição de direitos, entre outras. As multas por dano ambiental podem chegar a R\$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização em caráter subjetivo, de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: (i) multa; (ii) restritivas de direitos; e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade.

Adicionalmente, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

Política e Práticas Socioambientais

Inserimos conceitos de desenvolvimento sustentável em nossas práticas diárias, formalizando a política integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que estabelece dentre outras, investimentos e melhoria contínua de nossos processos, programas de conscientização ambiental de nossos colaboradores e cumprimento de legislações ambientais.

Mantemos procedimentos atualizados de monitoramento, registro e controle de aspectos ambientais, sendo os dados avaliados e considerados no planejamento dos processos inerentes da empresa. Além disso, somos constantemente atualizados sobre os requisitos legais aplicáveis e outros por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais do departamento interno de meio ambiente e sob demanda são contratados serviços externos para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

No ano de 2024, deu-se continuidade ao processo de logística reversa em todos os estados onde foram compensados 100% de todos os resíduos não perigosos gerados (papel/papelão, plástico), cumprindo diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/10. Em 2025, compensamos 449,94 toneladas de papel e 15,69 toneladas de plástico no Brasil, em ações atestadas por entidades certificadoras e alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Dessa forma, fortalecemos nosso compromisso com a economia circular, a redução de impactos ambientais e a construção de soluções cada vez mais sustentáveis.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Até a data de apresentação anual deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental (tais como a ISO 14001).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas, patentes e outros direitos autorais somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), a autarquia federal responsável pelo registro e concessão de direitos de propriedade intelectual. Após a concessão do registro de uma marca pelo INPI, o titular passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

Somos titulares de diversas marcas registradas junto ao INPI, tais como “OF Ouro Fino”, “Ouro Fino Saúde Animal”, “Ourofino”, entre outras. Adicionalmente, também somos titulares de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como “ourofino.saudeanimal.com”.

Contamos com uma combinação de segredos industriais e de negócio, know-how, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Parte significativa de nossa propriedade intelectual é composta de know-how e segredos industriais e de negócio. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais e de negócio, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com empregados ou terceiros, segurança da informação e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte de nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia utilizada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos e as patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

Quanto aos nomes de domínio que utilizamos, estes são criados através de uma plataforma (<https://registro.br>) que fornece serviços de compra e venda de domínios. Não assinamos qualquer contrato com a plataforma.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a Companhia não realizou, direta ou indiretamente, contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a Companhia não realizou, direta ou indiretamente, contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a Companhia não realizou, direta ou indiretamente, contribuições financeiras visando a tal finalidade.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 1.073,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que corresponde a 87,64% da receita líquida consolidada.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aferiu receitas relevantes provenientes de países estrangeiros, substancialmente na Colômbia e no México. A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos à Colômbia, ao México e a outros países foi de R\$ 52.573 mil, R\$ 43.503 mil e R\$ 55.366 mil, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que corresponde a, respectivamente, 4,29%, 3,55% e 4,52% da receita líquida total no exercício

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários para cada um dos Produtos a serem comercializados perante órgãos reguladores governamentais locais. Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

A vigência dos registros dos produtos também é variável a cada país, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regulamentação de cada localidade. Para todos os países, os registros podem ser suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório ou até mesmo por determinações judiciais (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comércio exterior tenham representado de nossas receitas totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, possuímos uma pulverização nas vendas na qual os principais países destino, Colômbia e México, representaram apenas 4,29% e 3,55%, respectivamente, de nossas receitas líquidas do último exercício.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga anualmente informações ASG por meio do seu Relato Integrado, o qual está disponível para consulta conforme descrito no item (d) abaixo.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado da Companhia segue as diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC), a estrutura Conceitual para Relato Integrado da IFRS Foundation as Normas da Global Reporting Initiative (GRI) e observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2021.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O último Relato Integrado da Companhia divulgado foi auditado pelo auditor independente BLB Auditores e Consultores, o qual teve como escopo assegurar as informações não financeiras do Relato Integrado, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Integrado da Companhia, acompanhado do parecer do auditor independente, pode ser encontrado no website de Sustentabilidade da Companhia, no endereço: <https://reimaginar.ourofino.com/> ou no website de Relações com Investidores, no endereço: <https://ri.ourofino.com/show.aspx?idCanal=Qbsk/0MuuUIJr8HJhG1G+Q=&linguagem=pt>

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Os temas abordados no Relato Integrado da Companhia são definidos a partir da matriz de materialidade da Companhia, que passa por revisão periódica e conta com o apoio de consultoria externa e entrevistas com os principais stakeholders da Companhia, entre os quais fornecedores, comunidades, investidores, colaboradores e administradores, os quais passam pelas entrevistas por meio de questionário online.

Para a definição da matriz de materialidade são analisados: os processos de materialidade anteriores ao ano que estamos analisando, levando em consideração que o processo é realizado a cada três anos e dentro da Companhia ocorre desde 2015; os principais guias de ASG e sustentabilidade do mercado, tais como GRI - Global Reporting Initiative; ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3; CDP - Carbon Disclosure Project; SASB - Sustainability Accounting Board Standard; GHG Protocol - Greenhouse Gas Protocol; ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU); IIRC - Internacional Integrated Reporting Council; o planejamento estratégico da Companhia e, por fim, análises de tendências do setor em que a Companhia está inserida.

A partir da definição da matriz de materialidade, foram definidos os seguintes indicadores materiais para a Companhia: bem-estar e valorização das pessoas, mudanças climáticas, cadeia de fornecedores, segurança dos alimentos e alimentar, inovação e pesquisa e bem-estar animal.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relato Integrado da Companhia observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Todos os ODS aparecem de alguma forma em nossas iniciativas, mas a construção do Relato Integrado da Companhia considera aqueles que possuem maior impacto no negócio, são eles:

2. Fome Zero
3. Boa saúde e Bem-estar;
8. Emprego digno e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura; e
12. Consumo e produção responsável.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relato Integrado da Companhia não considera as recomendações da TCFD nem outras recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), contendo os escopos 1, 2 e 3. O último inventário foi divulgado em nosso Relato Integrado 2025, o qual está disponível conforme mencionado no item (d) acima.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza auditoria independente sobre as informações ASG divulgadas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Embora a Companhia considere os ODS em seu Relato Integrado, na data de apresentação anual deste Formulário de Referência, a Companhia não considerava as recomendações da TCFD nem outras recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas, uma vez que não mensuramos impactos climáticos nas informações financeiras da Companhia. Não obstante, Companhia reconhece que tais recomendações da TCFD levam em consideração aspectos climáticos relevantes, e, portanto, está comprometida em avaliar a adoção dessas recomendações em suas próximas divulgações do seu Relato Integrado.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza o inventário de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No último exercício social não houve operação de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal de negócios diretos da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital 2024

Redução de Capital da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2024, foi deliberado e aprovado a redução do capital social da Companhia. O capital social da Companhia foi reduzido em R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), de forma que, o capital social da Companhia passou de R\$599.823.731,62 (quinhentos e noventa e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos) para R\$479.823.731,62 (quatrocentos e setenta e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia proporcionalmente a suas participações acionárias, e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento da redução de capital foi realizado em 31 de janeiro de 2025.

Incorporação da OF Agro

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2024 aprovou, dentre outras matérias, a incorporação, pela Companhia, da Ouro Fino Agronegócio Ltda. (“OF Agro”). A efetivação da Incorporação estava condicionada à verificação de determinadas Condições Suspensivas, nos termos do Protocolo e Justificação. Nesse contexto, a Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 1º de outubro de 2025, confirmou o cumprimento das Condições Suspensivas e declarou efetivos os efeitos da Incorporação, com a consequente extinção da OF Agro e sua sucessão pela Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais. Os documentos referentes a Incorporação estão disponíveis nos websites da Companhia (ri.ourofino.com), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

1.13 Acordos de acionistas

No último exercício social, esteve em vigor o acordo de acionistas da Companhia a seguir identificado. Para informações detalhadas acerca dos referidos acordos de acionistas, veja a íntegra de cada um dos acordos, disponível nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com), bem como da CVM (gov.br/cvm).

Acordo de Acionistas da Ourofino S.A. (atual denominação de Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)	
Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (em conjunto, “ Acionistas Principais ”), Mitsui & Co., Ltd. (“ Mitsui ” e, em conjunto com Acionistas Principais, “ Acionistas ”) e, como interveniente anuente, Ourofino S.A. (“ Companhia ”).
Data de celebração	8 de setembro de 2022.
Prazo de vigência	<p>O Acordo de Acionistas (i) continuará válido durante o período inicial de 15 (quinze) anos, automaticamente renovável pelo mesmo período, a menos que um dos Acionistas encaminhe um aviso por escrito com antecedência mínima de 1 (um) ano, informando aos outros Acionistas a respeito de sua decisão de não renovar o Acordo de Acionistas; ou (ii) será extinto de pleno direito caso a Mitsui se torne titular de menos de 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.</p> <p>O Acordo de Acionistas foi celebrado sob condição suspensiva da ocorrência da implementação e conclusão da aquisição, pela Mitsui, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ou dos fundos de investimentos administrados pelo Opportunity HDF Administradora de Recursos Ltda. e pelo Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda. (“Operação”).</p>
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Nos termos do Acordo de Acionistas, os Acionistas se comprometem a (i) proferir seus respectivos votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia com o objetivo de cumprir e dar efeito aos termos e condições do Acordo de Acionistas, (ii) fazer com que a Companhia profira seu voto em todas e quaisquer assembleias gerais/reuniões de sócios de suas subsidiárias com mesmo objetivo; e (iii) instruir seus respectivos representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir as disposições do Acordo de Acionistas.</p> <p>Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da Mitsui, qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor, individualmente ou no agregado, de R\$5 milhões anuais. Os Acionistas Principais deverão obter a aprovação prévia e por escrito da Mitsui e/ou do(s) conselheiro(s) indicados pela Mitsui (conforme aplicável) antes que a matéria indicada acima seja submetida à votação pela assembleia geral de acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.</p>
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	<p>Nos termos do Acordo de Acionistas, a Mitsui terá o direito de indicar e eleger (com o suporte dos votos dos Acionistas Principais) o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração proporcionalmente à participação acionária detida pela Mitsui na Companhia. No caso do número de membros do Conselho de Administração a ser indicado pela Mitsui aplicando o cálculo previsto acima não resultar em um número que seja inteiro, a Mitsui deverá indicar o número de membros do Conselho de Administração efetivo e suplente que represente o número imediatamente abaixo da fração obtida. No entanto, caso a Mitsui (i) detenha 29% (vinte e nove por cento) ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, esta terá o direito de eleger, no mínimo, 2 (dois) membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho de Administração; ou (ii) detenha, no mínimo, 15% (quinze por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, esta terá o direito de eleger, no mínimo, 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração.</p>

1.13 Acordos de acionistas

	<p>Além disso, durante toda a vigência do Acordo de Acionistas, a Mitsui terá o direito de indicar 1 (um) membro para cada um dos seguintes comitês:</p> <p>(i) Comitê de Recursos Humanos; (ii) Comitê de Inovação; e (iii) Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento. Adicionalmente, a Mitsui terá o direito de alocar um de seus funcionários na Companhia, como Diretor de Planejamento Corporativo.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Nos termos do Acordo de Acionistas, durante um período de 6 (seis) meses contados da conclusão da Operação, os Acionistas não poderão, direta ou indiretamente, transferir ou de qualquer outra forma dispor de quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou direitos relacionados a tais ações, excetuando-se as transferências: (i) a quaisquer de suas afiliadas; ou (ii) realizadas entre os Acionistas.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>Não aplicável, uma vez que não existem cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle da Companhia.</p>

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes na seção 2 deste Formulário de Referência foram extraídos das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao total do ativo ou ao total do passivo e do patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Índice de endividamento total ⁽¹⁾	0,96	0,83
Caixa e equivalentes de caixa	250.821	233.957
Dívida líquida bancária	238.762	125.397
Índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido	0,30	0,17

⁽¹⁾ Representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta nível de alavancagem adequado para consecução de seu plano de negócios. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 era de 0,30 (0,17 em 2024). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	52.144	56.890
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	437.439	302.464
Total de empréstimos e financiamentos	489.583	359.354
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(250.821)	(233.957)
(=) Dívida líquida	238.762	125.397
Patrimônio líquido	796.857	756.419
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,30	0,17

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2025, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura ainda propicia maior grau de alavancagem, se necessário for, para execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	768.965	628.287
Capital próprio (patrimônio líquido)	796.857	756.419
Capital total (terceiros + próprio)	1.565.822	1.384.706
Parcela de capital de terceiros	49,11%	45,37%
Parcela de capital próprio	50,89%	54,63%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral (índice que relaciona a liquidez de longo prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo total, desconsiderando imobilizado e intangível, pelo passivo total) e liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2025 eram de 1,45 e 3,55, respectivamente (1,50 e 3,06, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 489,6 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais e as linhas de investimento dos bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP e BNDES, além do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou nas instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2025:

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de	
			2025	2024
Em moeda nacional				
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 7,42% ao ano (2024 – 6,57% ao ano)	2036	402.726	291.324
BNDES – FINEM	Taxa média ponderada de 12,43% ao ano (2024 – 10,55% ao ano)	2032	71.748	51.193
Capital de giro	Taxa média de 2024 – 20,15% ao ano	2025	-	271
Capital de giro	Taxa média de 10,06% ao ano (2024 – 12,62% ao ano)	2026	13.730	13.270
Risco sacado	Taxa média de 18,92% ao ano (2024 – 15,21% ao ano)	-	1.379	3.296

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2025:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 7 de dezembro de 2017, 30 de outubro de 2020 e 27 de novembro de 2023, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com vencimentos entre 15 de dezembro de 2029, 15 de novembro de 2032 e 15 de dezembro de 2036. O primeiro é vinculado à taxa de juros longo prazo (TJLP), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 11,2% ao ano, o segundo é vinculado à taxa de juros longo prazo (TJLP), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 9,47% ao ano e o terceiro é indexado à taxa referencial (TR) com incremento de taxa de juros pré-fixada de 3,5% com equalização, que resulta numa taxa de juros ao redor de 5,5% ao ano. Esses contratos são garantidos por fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 402,7 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 29 de dezembro de 2021, e 17 de julho de 2025 a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com vencimentos em 15 de janeiro de 2032 e 15 de janeiro de 2035 no valor total de R\$ 113,4 milhões. Deste saldo um total de R\$ 30 milhões ainda não foram liberados.

O primeiro contrato relacionado a primeira liberação é vinculada a Taxa de Longo Prazo (TLP) de 4,10% a.a. composta pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com incremento de taxa de juros pré-fixada de 1,5%, com equalização, que resulta numa taxa de juros ao redor de 10,75% e a segunda liberação é vinculada a Taxa de Longo Prazo (TLP) de 4,10% a.a. composta pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com incremento de taxa de juros pré-fixada de 2,3%, com equalização, que resulta numa taxa de juros ao redor de 12,10%. O segundo contrato é vinculado à Taxa de Longo Prazo (TLP) 7,54% a.a. composta pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com incremento de taxa de juros pré-fixada de 1,5%, com equalização, que resulta numa taxa de juros ao redor de 14,38%. Esses contratos são

garantidos por fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 71,7 milhões.

Banco Santander de Negocios Colombia S.A.

Em 05 de setembro de 2025 a subsidiária Ouro Fino Colombia SAS. firmou contrato com o *Banco Santander de Negocios Colombia S.A.*, com vencimento em 05 de agosto de 2026 no valor total de \$ 9.350 milhões de pesos. O contrato é vinculado ao Indicador Bancario de Referencia (IBR) com incremento de taxa de juros pré-fixada de 1,15%, com equalização, que resulta numa taxa de juros ao redor de 10,05%. O saldo devedor será liquidado ao final do contrato.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo relevantes entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, a companhia não possui instrumentos financeiros, contratos de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas relacionados a indicadores financeiros (covenants financeiros).

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de empréstimos e financiamentos contratados com recursos a serem liberados conforme abaixo.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 17 de julho de 2025, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$ 60 milhões. Esse contrato é garantido por fiança bancária. Deste saldo, um total de R\$ 30 milhão ainda não foram liberados, ou 50%.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Comparação dos nossos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2025	AV(%)	2024	AV(%)	AH 2025/2024 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	1.224.992	100,00%	1.024.792	100,00%	19,54%
Custos das vendas	(591.975)	-48,32%	(507.107)	-49,48%	16,74%

Lucro bruto	633.017	51,68%	517.685	50,52%	22,28%
Despesas com vendas	(258.944)	-21,14%	(226.501)	-22,10%	14,32%
Despesas com pesquisas e inovação	(59.949)	-4,89%	(49.448)	-4,83%	21,24%
Despesas gerais e administrativas	(67.830)	-5,54%	(64.079)	-6,25%	5,85%
Outras receitas (despesas), líquidas	(9.820)	-0,80%	9.175	-0,90%	-207,03%
Resultado financeiro	(17.209)	-1,40%	(9.729)	-0,95%	76,88%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	219.265	17,90%	177.103	17,28%	23,81%
Imposto de renda e contribuição social	3.046	0,25%	(42.774)	-4,17%	-107,12%
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	222.311	18,15%	134.329	-13,11%	65,50%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 1.225,0 milhões em 2025, em comparação com R\$ 1.024,8 milhões em 2024, desempenho 19,54% maior, que representou R\$ 200,2 milhões. Em termos absolutos, este valor é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 161,9 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 16,2 milhões e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 22,1 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, substancialmente bovinos), equinos, aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 901,2 milhões em 2025, um crescimento de 21,9% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelos lançamentos, com destaque para Nexlaner, Boostin e Leanvac, que tiveram papel fundamental na expansão da linha. Além da boa performance do portfólio como um todo, os resultados foram favorecidos pela sazonalidade positiva do mercado de saúde animal, substancialmente observada no quarto trimestre, do aumento da intensidade nos manejos sanitários e a adoção de protocolos reprodutivos mais robustos, reforçando o crescimento observado no período.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O segmento obteve receita líquida de R\$ 172,4 milhões em 2025 com crescimento de 10,4% em relação a 2024. O desempenho foi impulsionado pelo lançamento do Wellpet e pela maturação de produtos lançados em 2024, como o Banni para cães. Fatores sazonais também contribuíram com maior aquecimento do varejo pet ao final do ano e o clima quente e úmido do verão, que eleva casos de pulgas e carrapatos e, conseqüentemente, a demanda por ectoparasiticidas.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 151,4 milhões em 2025, com crescimento de 17,1% comparado a 2024.

O desempenho reflete a forte evolução dos resultados no México e na Colômbia, além de expressivo crescimento em Paraguai, Guatemala e Peru. As receitas nesses cinco mercados avançaram 12,7%, 17,4%, 68,3%, 77,4% e 47,6%, respectivamente.

Custo das vendas

O custo das vendas, em 2025, foi de R\$ 592,0 milhões, contra R\$ 507,1 milhões em 2024, o que representou uma variação de R\$ 84,9 milhões ou 16,7%.

O custo das vendas representou 48,32% e 49,48% da nossa receita líquida em 2025 e 2024, respectivamente.

O segmento de Animais de Produção apresentou custo das vendas de 53,85% em 2025 com redução de 1,3 p.p. em comparação com 2024. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 30,69% em 2025, com redução de 1,7 p.p. em relação a 2024. O segmento de Operações Internacionais apresentou custo de vendas de 35,54% em 2025, com redução de 2,2 p.p. em comparação com 2024. Este resultado é reflexo do momento favorável em relação ao custo dos insumos, ao preço médio dos nossos estoques e câmbio, além da diluição dos custos fixos pela recuperação dos volumes vendidos.

Lucro bruto

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2025 foi de R\$ 633,0 milhões, em comparação com R\$ 517,7 milhões em 2024, o que representou um aumento de R\$ 115,3 milhões ou 22,28%.

Despesas operacionais

Em 2025, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas com pesquisa e inovação, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 396,5 milhões, contra R\$ 330,8 milhões em 2024, o que representou um aumento de R\$ 65,7 milhões ou 19,85%. As despesas operacionais corresponderam a 32,37% e 32,28% do total da receita líquida em 2025 e 2024, respectivamente. Esse resultado reflete a busca pela eficiência na gestão das despesas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 17,2 milhões, representando um aumento nessa despesa em 76,88% frente a 2024. Essa variação é explicada, principalmente, por menores receitas com aplicações financeiras, devido a redução do saldo médio de caixa em comparação a 2024.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, em 2025, o montante de R\$ 219,2 milhões, contra R\$ 177,1 milhões em 2024, o que representa um aumento no total de R\$ 42,2 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 17,90% e 17,28% da receita líquida em 2025 e em 2024, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2025, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma receita de R\$ 3,0 milhões, contra uma despesa de R\$42,8 milhões em 2024, uma redução de R\$ 45,8 milhões. O impacto decorreu do reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas da controladora Ourofino S.A., que anteriormente não eram registrados por não haver previsão de lucros tributáveis futuros. Após a

incorporação da controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda., concluída em 1º de outubro de 2025, a controladora iniciou suas atividades operacionais, o que levou a Administração a revisar as estimativas de resultados futuros. Com a nova projeção de lucros, o Grupo passou a considerar provável a realização desses benefícios fiscais e, assim, reconheceu em 31 de dezembro de 2025 o ativo fiscal diferido de aproximadamente R\$ 49,6 milhões, referente aos saldos que antes não eram reconhecidos.

Lucro líquido do exercício

Como resultado dos comentários mencionados acima, o lucro líquido em 2025 foi de R\$ 222,3 milhões, contra R\$ 134,3 milhões em 2024.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.914	73.936
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(41.770)	(42.884)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(40.646)	(102.167)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	17.498	(71.115)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 99,9 milhões em 2025, em comparação a R\$ 73,9 milhões em 2024, um aumento de R\$ 26,0 milhões, ou 35,14%. Esse incremento é justificado, substancialmente, pelo efeito líquido do resultado observado no ano de 2025 e ajustes ao resultado, parcialmente compensados pela variação do capital circulante, no montante de R\$ 174,3 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 41,8 milhões em 2025, contra R\$ 42,9 milhões em 2024, uma redução de R\$ 1,1 milhões, ou -2,60%. A redução observada decorre, substancialmente, dos investimentos realizados em ativos intangíveis, em linha as fases dos projetos de P&D&I se encontram, que demandaram maior alocação de recursos nas despesas operacionais.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 40,6 milhões em 2025, em comparação aos R\$ 102,2 milhões em 2024. A variação de R\$ 61,5 milhões a menos, decorreu substancialmente das captações de FINEP e BNDES ocorridas entre os exercícios, que variou R\$ 134,9 milhões e menores amortizações considerando o perfil da dívida, 89,3% se concentram no longo prazo.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os segmentos operacionais da Companhia divulgados em suas demonstrações financeiras são (i) Animais de Produção; (ii) Animais de Companhia; e (iii) Operações Internacionais.

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a venda de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos), sendo que referidas receitas foram provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

Além disso, a receita também é afetada por aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e por outros fatores como o aumento da concorrência no setor em que atuamos, a capacidade de pagamento dos nossos clientes e o aumento dos custos das matérias primas que utilizamos.

A tabela abaixo apresenta a receita líquida da Companhia para os últimos dois exercícios sociais:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025	% do total	2024	% do total
Animais de Produção	901.173	73,57%	739.292	72,14%
Animais de Companhia	172.377	14,07%	156.138	15,24%
Operações Internacionais	151.442	12,36%	129.362	12,62%
Receita líquida	1.224.992	100,00%	1.024.792	100,00%

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além do resultado das vendas, as demais despesas abaixo demonstradas afetaram o resultado da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025	% do total	2024	% do total
Receita líquida	1.224.992	100,00%	1.024.792	100,00%
Custo dos produtos vendidos	(591.975)	-48,32%	(507.107)	-49,48%
Lucro bruto	633.017	51,68%	517.685	50,52%
Despesas líquidas	(396.543)	-32,37%	(330.853)	-32,28%
Lucro operacional	236.474	19,30%	186.832	18,23%
Resultado financeiro líquido	(17.209)	-1,40%	(9.729)	-0,95%
Imposto de renda e contribuição social	3.046	0,25%	(42.774)	-4,17%
Lucro líquido	222.311	18,15%	134.329	13,11%

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Vide item (b) acima.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2025, que impactassem os saldos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao último exercício social foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas e/ou receitas ocorridas no exercício, mas não relacionadas diretamente ao desempenho da Companhia no período em questão. Nos últimos dois exercícios sociais os efeitos foram conforme abaixo:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

- *Créditos tributários extemporâneos:* Refere-se aos créditos extemporâneos de PIS e Cofins relativos, substancialmente aos gastos relacionados a locação de uniformes da área produtiva e armazenagem de produtos classificados como monofásicos.
- *Gastos extraordinários:* Refere-se aos gastos ocorridos com incorporação e planejamento estratégico.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

- *Aftosa:* Refere-se a perda dos estoques residuais decorrentes da proibição da venda, conforme ofício publicado em 30 de abril de 2024 pelo MAPA.
- *Créditos tributários extemporâneos:* Refere-se aos créditos extemporâneos de ICMS, PIS e Cofins relativos, substancialmente aos insumos de PD&I, produtos intermediários e operações de bonificações.
- *Gastos extraordinários:* Refere-se aos gastos ocorridos com incorporação e planejamento estratégico.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais indicados:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBITDA	274.780	224.515
EBITDA Ajustado	282.452	221.736
Margem EBITDA	22,43%	21,91%
Margem EBITDA Ajustado	23,06%	21,64%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o saldo de empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes, líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável.

A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório

Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	52.144	56.890
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	437.439	302.464
Total de empréstimos e financiamentos	489.583	359.354
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(250.821)	(233.957)
(=) Dívida líquida	238.762	125.397
Patrimônio líquido	796.857	756.419
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,30	0,17

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	222.311	134.329
(+) Resultado financeiro líquido	17.209	9.729
(+) Imposto de renda e contribuição social	(3.046)	42.774
(+) Depreciação e amortização	38.306	37.683
EBITDA	274.780	224.515
(-) Créditos e débitos tributários extemporâneos	(972)	(14.479)
(+) Gastos com honorários advocatícios	-	-
(+) Teste de impairment Ágio	-	-
(-) Revisão da obrigação na aquisição de empresa	-	-
(+) Provisão para impairment/baixa do ativo intangível	8.156	3.079
(+) Gastos extraordinário	488	1.396
(+) Aftosa	-	7.225
EBITDA Ajustado	282.452	221.736
Receitas líquidas das vendas	1.224.992	1.024.792
Margem EBITDA	22,43%	21,91%
Margem EBITDA Ajustado	23,06%	21,64%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

Nós entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à nossa posição de caixa. Adicionalmente, nos nossos contratos financeiros estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros que utilizam a Dívida Líquida como parâmetros na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para mais informações sobre os nossos contratos financeiros, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

2.6 - Eventos subsequentes as DFs

A Companhia informa que não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.7 - Destinação de resultados

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2025, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“ Lei das Sociedades por Ações ”), previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5,00% para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25,00% do lucro líquido ajustado após a destinação à reserva legal para pagamento do dividendo obrigatório.
a.i valores das retenções de lucros	O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi destinado da seguinte forma: (i) montante de R\$ 11.115.540,37 à reserva legal; (ii) montante bruto de R\$ 59.272.589,78 ao pagamento de dividendos; (iii) montante de R\$ 10.085.896,27 ao pagamento de dividendos adicionais; e (iv) R\$ 141.836.780,91 à reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital.
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	(i) 5% do lucro líquido foi destinado à reserva legal; (ii) 26,66% do lucro líquido foi destinado ao pagamento de dividendos; (iii) 4,54% do lucro líquido foi destinado ao pagamento de dividendos adicionais; e (iv) 63,80% do lucro líquido foi destinado à reserva de retenção de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25,00% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita

e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2025, que tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para destinação dos resultados gerados pela Companhia, bem como a forma de distribuição por meio dos dividendos, em cumprimento das disposições legais, estatutárias e contábeis, de acordo com a geração de caixa da Companhia, sem comprometer o seu crescimento e sua necessidade de investimentos.
------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais ou nas notas explicativas da Companhia referentes ao último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os compromissos futuros de compra e venda de produtos ou serviços passíveis de gerar um efeito relevante estão evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

2.10 - Planos de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 141, 8 milhões para investimentos em suas operações, substancialmente em modernização e aumento da capacidade produtiva das plantas industriais e investimentos no desenvolvimento de produtos das linhas de fármacos e biológicos, de acordo com o *pipeline* de lançamentos da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que está inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No último exercício, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6,4% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, totalizando cerca de R\$ 78,2 milhões. Desses, R\$ 59,9 milhões foram destinados à pesquisa voltada para o desenvolvimento de novos produtos. Esses valores estão divulgados na demonstração do resultado, na linha de “Despesas com pesquisa e desenvolvimento”, no conjunto da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2025.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que está inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No último exercício, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6,4% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, totalizando cerca de R\$ 78,2 milhões.

Desses, R\$ 18,2 milhões foram gastos no desenvolvimento de novos produtos reconhecidos no ativo intangível, conforme divulgado na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2025.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia esclarece que não possui despesas relevantes com publicidade, patrocínios e convênios.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo”, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) à Companhia

Riscos relacionados à estratégia, crescimento e parcerias

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura; (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nosso portfólio de produtos e nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente; (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações; e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no

setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Também estamos sujeitos ao aparecimento de surtos de doenças transmissíveis em todo o mundo levando a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira o que afetaria nosso plano de crescimento.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não as efetivar. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Em decorrência de tais aquisições ou alianças estratégicas, poderemos assumir dívidas significativas, além de passivos ou contingências desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a prejuízos financeiros e de imagem e a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades.

Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros, sendo que, neste caso, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Quaisquer fatores acima podem impactar de forma negativa nossos resultados operacionais e situação financeira.

Parte relevante de nossas receitas e de nosso portfólio depende de parcerias estratégicas com terceiros, e a perda, deterioração ou interrupção dessas relações, inclusive no fornecimento de produtos, poderá afetar nossos resultados.

Nos últimos anos, temos ampliado a participação de receitas provenientes de parcerias estratégicas com outros fabricantes, como forma de expandir nosso portfólio de produtos, aumentar nossa presença em segmentos nos quais não possuímos atuação própria e ampliar nossa cobertura de mercado.

Tais parcerias estão sujeitas a riscos relacionados à sua renovação, manutenção e eventuais alterações em seus termos comerciais, incluindo rescisões unilaterais, mudanças de estratégia por parte dos parceiros, perdas de licenças, conflitos comerciais ou operacionais, bem como à capacidade desses parceiros de manter o fornecimento adequado dos produtos.

A eventual perda de parceiros estratégicos relevantes ou a redução das condições comerciais atualmente praticadas poderá resultar na diminuição de receitas, perda de participação de mercado e impacto negativo em nossos resultados operacionais e em nossa condição financeira.

Riscos relacionados à inovação, pesquisa e desenvolvimento

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual de produtos quanto do desenvolvimento de novos produtos.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como aos trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de (ou eventualmente impedir o) desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento realiza testes em animais, os quais poderão estar sujeitos a restrições regulatórias ou pressões sociais, podendo afetar nossos negócios e reputação.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de produtos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) e outros órgãos regulatórios internacionais, e conseqüentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, pelo MAPA, e outros órgãos internacionais, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em alguns ramos vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa, sendo objeto, inclusive, de manifestações e protestos de organizações contrárias a esta prática, mesmo sendo tais testes devidamente regulamentados. Algumas dessas organizações buscam a proibição

de tais testes, incitam a população ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

Falhas em nossos sistemas ou descumprimento de práticas de biossegurança exigidas por autoridades regulatórias podem gerar acidentes, sanções ou restrições operacionais, afetando nossos resultados e reputação.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) exige rigoroso controle de biossegurança (NBS4) para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa. Em razão de tal fato, nossos sistemas (como por exemplo, automação, HVAC, elétrico), nos quais o vírus ativo da febre aftosa é manipulado, e nossos colaboradores da área de biossegurança, que operam tais sistemas estão obrigados a cumprir todas as regulamentações aplicáveis para esse segmento. Contudo, não podemos assegurar que não ocorrerão falhas em nossos sistemas ou no cumprimento das rotinas e protocolos de biossegurança, obrigatórios pela legislação e regulamentação aplicáveis, por parte de nossos colaboradores. Assim, caso qualquer desses fatos ocorra, estaremos sujeitos a risco de acidentes que podem ocasionar o escape do vírus manipulado em nossa fábrica, o que poderá gerar prejuízos financeiros e sanções dentre as quais o embargo ou interdição de nossa produção de vacinas, a suspensão ou cancelamento da licença de operação da nossa fábrica de vacinas, ou a proibição de contratar com a administração pública, o que acarretaria um impacto adverso em nossas operações e imagem.

Estamos sujeitos a riscos relacionados a contratos de transferência de tecnologia e parcerias com centros de pesquisa, cuja eventual descontinuidade ou insucesso pode impactar nossa capacidade de desenvolver novos produtos e nossas receitas.

Alguns dos produtos em nosso pipeline dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de cooperação tecnológica, transferência de tecnologia de know-how ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto conosco, não sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas ou novas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível técnico em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Avanços tecnológicos na saúde animal e na medicina veterinária por empresas concorrentes poderia afetar negativamente o mercado para nossos produtos.

O mercado para nossos produtos pode ser afetado negativamente pela introdução de produtos novos por outras empresas, bem como pela ampla aceitação de produtos alternativos aos nossos. Além disso, avanços tecnológicos na saúde animal por empresas concorrentes podem superar a nossa tecnologia e reduzir ou eliminar o mercado para nossos produtos. A introdução ou aceitação de tais produtos ou tecnologias colocados por nossos concorrentes poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Riscos relacionados à produção e operações

Problemas em nossa manufatura ou limitações em nossa capacidade produtiva podem causar desabastecimento, custos não previstos e recolhimento de produtos no mercado.

Somos produtores de nossos itens de venda na grande maioria dos casos. Assim, qualquer rompimento desta cadeia produtiva ou da cadeia produtiva dos terceiros que eventualmente produzem alguns de nossos itens por encomenda, pode afetar nossa capacidade de entregar os produtos para venda. Demandas não previstas muito superiores à nossa capacidade produtiva imediata ou de terceiros nos casos de produtos fabricados por eles por encomendas podem levar ao desabastecimento momentâneo de produtos no mercado. Além disso, desvios podem ocorrer na produção, armazenamento ou distribuição de nossos produtos, que podem levar ao recolhimento de nossos produtos no mercado.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual acidente ou falhas logísticas

A operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Na ocorrência de eventos não segurados pelas apólices de seguros que contratamos, tais como eventos dolosos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações, mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe, conseqüentemente, uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais.

Riscos relacionados a produtos, qualidade e reputação

Nossos direitos de propriedade intelectual podem não ser adequadamente protegidos, o que pode reduzir nossa competitividade e afetar adversamente nossos resultados.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, segredos industriais e de negócios, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade. Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior ou garantir a não infringência de direitos de terceiros. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos de uso veterinário, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de nossas patentes e de nossos outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. Além disso, as medidas necessárias para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente. Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre pedidos de patente em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos, objeto dessas pesquisas, poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos ou produtos em desenvolvimento que supostamente infringjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a retirar produtos do mercado que infringjam direitos de propriedade intelectual de terceiros, pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório, ou ainda, atrasos em cronogramas de desenvolvimento de produtos. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente

violarem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos, além de nos causar prejuízos financeiros. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção da nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

A distribuição e venda ilegal por terceiros dos nossos produtos em versões falsificadas, adulteradas ou ainda a comercialização de produtos roubados, desviados ou rotulados novamente com novas datas de vencimento podem ter um impacto negativo em nossa reputação e negócios.

Terceiros podem distribuir e vender ilegalmente versões falsificadas ou adulteradas de nossos produtos que não atendam aos padrões de exigência de nossos processos de desenvolvimento, fabricação e distribuição. Medicamentos falsificados ou produzidos ilegalmente representam um risco significativo para a saúde dos animais em que são aplicados e a saúde dos humanos que venham a manipulá-los para a respectiva aplicação devido às condições em que são fabricados e à falta de fiscalização de sua produção. Tais produtos podem não ser seguros ou podem ser ineficazes, podendo, inclusive, ocasionar a morte dos animais em que são aplicados ou das pessoas que o manusearam. A nossa reputação e os nossos negócios podem ser afetados adversamente como resultado da comercialização e uso de produtos falsificados, adulterados ou produzidos ilegalmente que venham a ser considerados equivalentes e/ou vendidos sob a nossa marca.

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos pode gerar danos, afetar nossa reputação e nos expor a litígios e sanções, impactando negativamente nossos resultados.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento e controle de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco de imagem da Companhia caso os médicos veterinários, produtores pecuários, proprietários de animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada e/ou extrabula, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados pelo MAPA (inclusive em humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental, reguladora ou órgão judiciário, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência ou órgão poderá eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas no âmbito administrativo e judicial. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Quaisquer dessas hipóteses poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Nossos produtos podem não apresentar os mesmos efeitos ou reações em todos os animais, o que pode afetar sua comercialização, nossa reputação e nossos resultados.

Somente após a sua efetiva comercialização nossos produtos são submetidos a condições em larga escala de transporte, armazenagem, uso e exposição a outras interações (ex.: as medicamentosas) e poderão surgir novos eventos adversos ou problemas de qualidade

não previstos em seu desenvolvimento, acarretando a necessidade de recalls, interrupção de produção, redesenvolvimento e até interrupção de comercialização.

Quando do lançamento de nossos produtos no mercado, os efeitos e reações observados nos estudos clínicos em decorrência do processo de P&D poderão não ser verificados para toda a população de animais para os quais serão aplicados. Efeitos ou reações diversas daquelas esperadas com base no processo de P&D e observados nos estudos clínicos poderão prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, afetando adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Riscos relacionados à estrutura societária e contratos

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

A Companhia é resultado da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("**OF Par**") ocorrida em 2014, depois disto, passou a operar o negócio de saúde animal enquanto a OF Par permaneceu com a operação do negócio de agroquímicos que, posteriormente, foi incorporada pela atual Ouro Fino Química S.A. ("**OF Química**"), sociedade sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Química um contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca "Ouro Fino" para tal sociedade, que utiliza na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca dos referidos contratos de licença de uso de marca, veja item 11.2 deste Formulário de Referência.

O condomínio rural "Norival Bonamichi e Outro – Condomínio", cujo nome comercial é Condomínio Rural Ouro Fino, também está sob nosso controle comum. Celebramos com o Condomínio Rural Ouro Fino um contrato de licença de uso da marca "Ouro Fino", de forma que tal condomínio possa utilizá-la na condução de suas atividades no ramo pecuário, o que inclui a promoção desta marca por meio de exposições e divulgações em eventos relacionados a animais de elite conhecidos nacionalmente, com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor agropecuário.

Estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações da OF Química e do Condomínio Rural Ouro Fino decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiária por contingências (de caráter ambiental, civil, tributário ou trabalhista, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão (no caso da OF Química), por tratarem-se de empresas sob controle comum; (ii) eventuais desconformidades relacionadas à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal; e (iii) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química e Condomínio Rural Ouro Fino, seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("**Lei 12.846/2013**") e respectivo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2013, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Podemos não conseguir manter ou renovar contratos de locação nos locais nos quais operamos, ou renová-los em condições menos favoráveis do que as atuais.

Parte dos imóveis onde estão localizadas nossas operações relacionadas a distribuição e comercialização são de propriedade de terceiros. A execução de nossas atividades nesses imóveis se dá por meio de contratos de locação, sublocação, subarrendamento, arrendamento, e comodato, parte dos quais, em geral, por prazo determinado. Com o término do prazo contratual, não há garantia de que os contratos atualmente em vigor serão renovados, ou de que tal renovação ocorrerá em termos considerados adequados por nós, sendo que a localização de nossos estabelecimentos é fator relevante para o desenvolvimento de nossa estratégia comercial. Assim, nesta hipótese, podemos ser afetados negativamente.

Parte de nossos contratos está vigente por prazo indeterminado, o que pode nos obrigar a devolver o respectivo imóvel ao proprietário e interromper nossa operação em curto prazo, caso as respectivas contrapartes não pretendam manter e/ou renovar tais contratos ou se os termos contratuais para renovação não forem atraentes para nós.

Ademais, a alienação dos imóveis de terceiros onde estão localizadas nossas operações também pode nos obrigar a ter que desocupar tais imóveis em curto prazo, nos casos em que o novo proprietário não queira manter vigente o respectivo contrato e, cumulativamente: (i) a locação não seja por tempo determinado; (ii) o contrato não possua cláusula de vigência em caso de alienação; e (iii) o contrato não esteja registrado na matrícula do imóvel.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são pessoas jurídicas contratadas, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático venha a se confirmar em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

Riscos relacionados a pessoas

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2025, possuíamos 1114 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam decorrentes de atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Riscos relacionados à tecnologia e proteção de dados

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de tecnologia da informação podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para a fabricação de nossos produtos, atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de produção, a realização dos nossos negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros.

Os nossos sistemas de informação são vulneráveis a deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou forem violados, tal falha ou violação, resultando em eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações poderiam afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos, afetando adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira e reputação. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”), que entrou em vigor no mês de setembro de 2020 e transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de

dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a ações judiciais e a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios, resultando em passivos financeiros, sanções, penalidades e danos à nossa reputação. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

Riscos relacionados a aspectos legais, regulatórios e tributários

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas são réis em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista e poderão ser envolvidas em processos de diversas naturezas no curso normal de seus negócios cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia e às suas controladas. Os riscos inerentes a tais processos podem não ter sido provisionados ou as provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a dispender valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais e reputação. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide item 4.4 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os administradores da Companhia e de suas controladas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções e afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente.

Podemos ser afetados por violações ao nosso Código de Conduta, à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

Os nossos mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os nossos

controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da nossa administração, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”).

O não cumprimento do nosso Código de Conduta, da Lei Anticorrupção e de demais normas anticorrupção aplicáveis por nossos administradores, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome pode nos expor a sanções previstas nos referidos normativos.

A Lei Anticorrupção, introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. A Lei Anticorrupção estabelece sanções administrativas a serem aplicadas como consequência de um ou mais atos lesivos ou potencialmente lesivos à administração pública. O não cumprimento ou a alegação de não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode trazer consequências desfavoráveis, resultando, por exemplo, em multas, perda de alvarás de funcionamento, proibição ou suspensão de nossas atividades, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, e danos à reputação, bem como em outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante e, conseqüentemente, os valores mobiliários de nossa emissão.

Podemos ser afetados adversamente em caso de perda, alteração ou não renovação de incentivos fiscais e/ou mudanças na legislação tributária ou em sua interpretação.

Somos beneficiados por incentivos fiscais concedidos por autoridades em âmbito federal e estadual, incluindo, entre outros, incentivos relacionados a dispêndios em pesquisa e desenvolvimento e benefícios aplicáveis a operações sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”).

Tais incentivos podem ser revogados, ter sua abrangência ou percentual alterado ou reduzido, ou ainda ter sua vigência suspensa. A eventual perda total ou parcial desses incentivos poderá afetar adversamente nossa condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Adicionalmente, benefícios fiscais são, em geral, concedidos por prazo determinado e podem depender do cumprimento de condições específicas. A não renovação dos benefícios ou o eventual descumprimento dessas condições poderá resultar em impactos adversos para a Companhia.

Além disso, a legislação tributária brasileira é complexa e sujeita a interpretações divergentes por parte das autoridades fiscais. Eventuais mudanças de entendimento ou interpretações desfavoráveis poderão resultar na exigência de tributos adicionais, multas e encargos, impactando negativamente nossos resultados.

Estamos sujeitos a riscos decorrentes de autuações fiscais relacionadas a exercícios anteriores, cuja evolução poderá impactar nossos resultados.

A Companhia pode ser parte em autos de infração e discussões tributárias com autoridades fiscais, inclusive relacionadas a exercícios passados, que se encontram em diferentes estágios de análise administrativa e/ou judicial. A evolução desfavorável desses processos poderá resultar na exigência de pagamento de tributos adicionais, multas e encargos, o que pode afetar adversamente nossos resultados e fluxo de caixa.

A implementação da reforma tributária sobre o consumo no Brasil poderá gerar impactos positivos ou negativos sobre nossos negócios e os mercados em que atuamos.

A substituição de tributos federais como PIS e COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a partir de janeiro de 2027, bem como a implementação gradual do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) entre 2029 e 2032, apresentam incertezas relevantes quanto à sua regulamentação e operacionalização, incluindo aspectos como creditamento, devolução de saldos credores e mecanismos como o split payment.

Além disso, eventuais impactos sobre fornecedores, distribuidores e clientes poderão afetar indiretamente nossos resultados, ainda que não haja aumento direto de carga tributária para a Companhia.

A introdução de medicamentos genéricos ou similares de uso veterinário no Brasil pode aumentar a concorrência e pressionar nossos resultados.

Alterações no ambiente regulatório que regulamentem o desenvolvimento, registro e comercialização de produtos genéricos ou similares de uso veterinários no Brasil poderão aumentar a concorrência e pressionar nossos resultados. Autoridades regulatórias brasileiras têm discutido a regulamentação do Decreto 467 de 1969 para normatização e implementação de normas que permitam a aprovação e comercialização de medicamentos genéricos para uso veterinário, de forma semelhante ao modelo já adotado na indústria farmacêutica humana.

Caso tais normas sejam aprovadas e implementadas, o mercado de saúde animal poderá sofrer mudanças relevantes, incluindo aumento da concorrência, redução de preços dos produtos, maior pressão sobre margens e potencial entrada de novos competidores, inclusive empresas já estabelecidas no segmento farmacêutico humano.

Essas mudanças poderão reduzir as barreiras de entrada no setor, impactar negativamente a competitividade de nosso portfólio, especialmente em produtos com menor diferenciação tecnológica, e afetar adversamente nossas receitas, margens e resultados operacionais.

Mudanças regulatórias relacionadas à restrição do uso de antimicrobianos e determinadas moléculas podem impactar nosso portfólio e resultados

Existe uma tendência global, suportada por entidades internacionais e acordos multilaterais, de restrição, redução ou banimento do uso de certos antimicrobianos antibióticos e outras moléculas na produção animal, especialmente em função de preocupações relacionadas à resistência antimicrobiana (AMR) e à saúde pública.

O Brasil e os demais países para os quais nossos produtos são exportados são signatários de iniciativas internacionais relacionadas a esse tema, o que pode levar à internalização

de tais diretrizes por meio de regulamentações locais, resultando na limitação ou proibição do uso de determinados princípios ativos atualmente presentes em nosso portfólio.

Caso tais restrições sejam implementadas, poderemos ser obrigados a descontinuar produtos, reformular ou substituir parte de nosso portfólio, o que pode demandar investimentos adicionais em pesquisa e desenvolvimento, além de impactar negativamente nossas receitas, margens e lucratividade.

Riscos relacionados a questões financeiras e de capital

A realização de provisão para impairment de ativos intangíveis identificáveis poderá ser requerida.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), se determinarmos a não recuperabilidade, mesmo que temporária, de ativos intangíveis identificáveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, seremos obrigados a deduzir o saldo destes ativos por meio de provisão e contabilizar um custo correspondente.

Determinar se existe e o montante da potencial deterioração envolve dados quantitativos e critérios qualitativos que são baseados em estimativas e premissas que exigem julgamentos de gestão significativos. Eventos futuros ou novas informações podem alterar a avaliação da administração de um ativo intangível em um curto espaço de tempo. A periodicidade e o montante das deteriorações registradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas de receitas e deduções de valor contabilizados em nossos balanços patrimoniais consolidados podem variar se as conclusões da administração se alterarem. Qualquer deterioração de ativos intangíveis identificáveis poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos

termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

(b) aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária, direta ou indireta, de respectivamente 15.514.585 (28,76%) e 15.087.288 (27,97%) de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) às controladas e coligadas da Companhia

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(d) aos administradores da Companhia

Dependemos de membros de nossa administração, e podemos enfrentar dificuldades em sua substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte de nossas operações dependem das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro por diversos motivos. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar dificuldades na sua substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos envolvendo nossos administradores podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Os administradores da Companhia e de suas controladas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções e afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente. Para informações adicionais acerca dos impactos decorrentes de decisões desfavoráveis em processos, veja o fato de risco “decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais” no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

(e) aos fornecedores da Companhia

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória; (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações; ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembaraço dos materiais importados, como MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”), Receita Federal do Brasil e Polícia Federal. O atraso do processo de desembaraço por qualquer motivo pode resultar em atraso na produção e conseqüentemente em prejuízos financeiros para a Companhia.

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, fornecedores chineses e indianos representam aproximadamente 19,4% e 4,5%, respectivamente, de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas, regulatórias e legais nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes, tanto com relação à indisponibilidade da matéria-prima quanto ao aumento do preço, podem impactá-los negativamente, de modo que eles podem vir a reduzir, deixar de fornecer ou encarecer a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus próprios objetivos financeiros, de modo que as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos

sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais, bem como na nossa reputação.

Dependemos de terceiros no provimento de materiais e serviços, os quais estão sujeitos ao aumento de custos de mão-de-obra e material.

Os materiais usados na fabricação dos nossos produtos podem estar sujeitos a limitações de disponibilidade e volatilidade de preços causados por alterações na demanda, condições de clima, condições de fornecimento, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores. Ademais, custos de mão de obra podem estar sujeitos a variações em decorrência da sua disponibilidade, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores.

Aumentos na demanda e disponibilidade ou preço de materiais utilizados na fabricação de nossos produtos e aumentos nos custos de mão de obra podem aumentar os custos de fabricação de nossos produtos.

Podemos não conseguir repassar todos ou parcela relevante de tais custos aos nossos clientes, o que poderia afetar adversa e relevantemente nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Ademais, alguns terceiros fornecedores são as únicas fontes de certos materiais necessários para a produção de nossos produtos, tais como matérias-primas, insumos e embalagens, primárias e secundárias. Podemos não conseguir alcançar a demanda de certos produtos se quaisquer dos terceiros fornecedores cessarem ou interromperem suas operações, não renovar nossos contratos ou de qualquer outra maneira deixarem de cumprir com suas obrigações conosco.

(f) aos clientes da Companhia

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, pet shops, consultórios, clínicas, hospitais veterinários e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores podem afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos para saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores de carne, produtos lácteos e ovos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor, como por exemplo a substituição de proteína animal por proteína sintética ou vegetal. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Podemos não nos adaptar a mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação, o que pode impactar negativamente a nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos.

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores ou subdistribuidores que atuam como intermediários entre os fabricantes e os lojistas (pet shops, consultórios, clínicas e hospitais veterinários).

A entrada no Brasil de grandes redes de pet shops internacionais e o fortalecimento de redes de pet shop nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de venda.

Podemos não nos adaptar a tais mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação, o que poderá impactar negativamente nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos, bem como nossos resultados operacionais.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, conseqüentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender às companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), porcine epidemic diarrhea, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Conseqüentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos

alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de marketing, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, marketing e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Riscos relacionados às autorizações, licenças e alvarás necessários às nossas operações.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de autorizações, licenças e alvarás, incluindo licenças municipais de funcionamento e autos de vistoria do corpo de bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos estabelecimentos. Devemos obter e renovar periodicamente tais autorizações, licenças e alvarás.

Não podemos assegurar que a obtenção ou renovação dessas autorizações, licenças e alvarás ocorrerá tempestivamente. A falta de qualquer dessas autorizações, licenças ou alvarás ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, a suspensão ou até o encerramento das atividades realizadas no respectivo imóvel, e pode, ainda, em determinados casos, resultar na rescisão de contratos celebrados com terceiros, o que poderá ter um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e negócios.

Além disso, futuras regulamentações ou quaisquer alterações à regulamentação vigente podem acarretar a necessidade de efetuarmos investimentos substanciais para a adequação de nossas atividades à nova regulamentação, bem como não podemos garantir que conseguiremos cumprir novas regulamentações ou suas alterações, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa relevante se não conseguirmos abrir e operar nossos estabelecimentos, se tivermos que suspender ou fechar alguns estabelecimentos existentes em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás, ou se um acidente afetar adversamente um estabelecimento enquanto esse estiver com uma licença pendente.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Atuamos na indústria brasileira de produtos de uso veterinário e alimentação animal, setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades

governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos municipais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (“**CRMV**”), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor de produtos de uso veterinário e alimentação animal inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes ou renovar as licenças de estabelecimentos aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 e suas atualizações (Decreto nº 8.448, de 2015 e Decreto nº 8.840 de 2016), e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, ambos editados pelo MAPA, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Com a publicação do Decreto 8.448 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e regulamentou a Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012 (“**Lei dos Genéricos**”), passou a permitir-se a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário. Com a publicação da Portaria 196/2021 (MAPA), estabeleceu-se os níveis de classificação de risco de atividades econômicas dependentes de atos públicos de liberação sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA, assim como os prazos para aprovação tácita dos registros dos produtos, quando aplicável.

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou dos registros para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro ou renovação de registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação em tais exigências, bem como a inabilidade em atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças de estabelecimentos e registros de produtos ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, pode nos impedir de fabricar, vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

A Resolução da Diretoria Colegiada nº 730, de 1º de julho de 2022, e Instrução Normativa nº 162, de 1º de julho de 2022 (“**Normativa nº 162**”), ambas emitida pela ANVISA, que estabelecem que os medicamentos veterinários registrados até a data de 26 de dezembro de 2019 que contenham em sua formulação insumo farmacêutico ativo sem limite máximo de resíduo indicado nesta Instrução Normativa nº 162 deverão possuir um Limite Máximo de Resíduos (LMR) por matriz não superior a 10 microgramas por quilo, caso a caso, observado o prazo de adequação previsto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 730, de 1º de julho de 2022, da ANVISA. Em 22 de janeiro de 2021 foi publicada a portaria 200 pelo SDA/MAPA, regulamentando o procedimento para adequação do registro dos produtos de uso veterinário frente à alteração de LMR, que estabelece que o MAPA internalizará os LMR instituídos pela Anvisa. Quaisquer restrições à comercialização dos nossos produtos poderão nos impactar de maneira relevante.

Neste sentido, eventuais alterações regulatórias e questões não previstas relacionadas a banimento de moléculas, resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto pelo MAPA, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em recalls, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. Relativamente ao banimento de moléculas utilizadas na formulação de nossos produtos, caso haja reavaliação pelos órgãos reguladores dos riscos da utilização na indústria veterinária pode impactar na restrição ou proibição de fabricação e comercialização de nossos produtos. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, municipais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes, banimento de moléculas, tendências regulatórias ou de mercado, e existência de políticas de qualidade em determinados clientes, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados por nova regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária, seus produtos ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Uma parcela de nossas vendas e lucros é originária de nossas subsidiárias localizadas no México e na Colômbia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o ativo de nossas subsidiárias no México e na Colômbia representaram, respectivamente, 3,19% e 4,12% de nosso ativo consolidado. As receitas líquidas das subsidiárias mexicana e colombiana no mesmo período representaram 3,55% e 4,29%, respectivamente, de nossa receita líquida consolidada. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais nas subsidiárias do México e Colômbia podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem os respectivos países.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 12,36% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas antidumping ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos, desembarços e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existentes nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais

exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está em nome de terceiros, nossa representação perante os órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos para estes terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independentemente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais.

(j) às questões sociais

A incapacidade da Companhia de implementar medidas sociais voltadas para os seus stakeholders e para as comunidades em que suas operações estão inseridas, incluindo a promoção de respeito, diversidade e inclusão, poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Nos últimos anos, os órgãos reguladores e autorreguladores do mercado de capitais, o público investidor e a sociedade civil têm se mostrado cada vez mais atentos à adoção, pelas corporações e, mais especificamente, pelos emissores de valores mobiliários, de práticas (i) ambientais – implementação de medidas visando à redução de impacto ao meio ambiente ; (ii) sociais – comprometimento com o cuidado com seus colaboradores, fornecedores e comunidade de sua área de influência; e (iii) de governança – ações voltadas à aplicação eficiente e com responsabilidade dos recursos financeiros e humanos (ASG).

No que tange ao aspecto social, ressalta-se que a implementação eficaz de práticas sociais depende da identificação contínua, dinâmica e sistemática, bem como de minucioso entendimento das principais características e demandas dos stakeholders com os quais a Companhia se relaciona e interage, e com as comunidades que influenciam ou são influenciadas por seus negócios, de modo a avaliar os potenciais riscos e impactos gerados por suas operações sobre tais pessoas e comunidades.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas sociais eficazes para seus públicos e nas comunidades onde atua, incluindo a realização de treinamentos periódicos com seus colaboradores, implementação de processos internos específicos, contratação e alocação de times dedicados a esse tema, e inserção de medidas coercitivas com o objetivo de evitar que seus stakeholders venham a praticar atos que não estejam alinhados com os pilares do respeito, da diversidade e inclusão, a sua reputação e, conseqüentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderão ser negativamente afetadas, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas eficazes para seus públicos e na comunidade onde atua, incluindo as elencadas acima, a sua reputação e, conseqüentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderá ser negativamente afetada, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

(k) às questões ambientais

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais.

Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos à propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e não haverá garantia de que custos e responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos mais rígidos na legislação ambiental pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, o que pode afetar as vendas de nossos produtos e nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e cumprimento de suas condicionantes, padrões para o descarte de efluentes, outorgas para captação de água, autorizações para uso de produtos químicos controlados, cadastro para acesso ou remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, emissões atmosféricas regulares, gestão de resíduos sólidos e exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual.

Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e/ou a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de créditos públicos e privados. Tais fatores podem ter impacto negativo em nossas receitas, de modo a dificultar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento

de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem e reputação, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

(l) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as mudanças nas condições climáticas e indisponibilidade de recursos naturais podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode influenciar na produção e distribuição de nossos produtos e nos rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar na exigência de medidas regulatórias adicionais que aumentem os custos dos produtores pecuários para cumprimento destas regulações. Como consequência, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de commodities e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de commodities ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada por diversas condições adversas, dentre elas inundações, secas e outras de ordem climática. Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos, diminuindo a demanda por nossos produtos e impactando negativamente em nossos resultados operacionais.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A contínua crise econômica e instabilidade política no Brasil pode ter um efeito material adverso nos nossos negócios, operações e condição financeira.

A instabilidade econômica no Brasil causada, dentre outros motivos, pelo aumento da inflação nos últimos anos, pela desaceleração do PIB e pela incerteza sobre se o Governo Federal conseguirá promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

Além disso, membros do governo brasileiro, bem como os diretores de grandes empresas estatais, enfrentaram ou enfrentam alegações de corrupção e lavagem de dinheiro como resultado de investigações em andamento pelo Ministério Público Federal e outras autoridades brasileiras. Essas pessoas supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a várias empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas eleitorais de partidos políticos que constituíam a coalizão do governo federal anterior e tais recursos não foram contabilizados ou publicamente divulgados.

Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de algumas pessoas. Vários políticos, incluindo membros do Congresso, e diretores de alto escalão de grandes companhias e empresas estatais no Brasil que foram presos e condenados por várias acusações relacionadas a corrupção, celebraram acordos de delação premiada com o Ministério Público, pediram demissão e/ou foram destituídos de seus cargos.

Não somos capazes de estimar totalmente o impacto dos desdobramentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. A recente instabilidade econômica e política levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros. Qualquer instabilidade econômica contínua e incerteza política podem afetar negativamente os nossos negócios.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos nossos negócios.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do Governo Federal e também por ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no país. As ações do Governo Federal para controlar a inflação muitas vezes envolvem o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações para o Brasil. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço do petróleo e de outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos ocorridos no Brasil ou que afetem o país.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos.

Não somos capazes de estimar o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo e se essas políticas afetarão negativamente a economia, os negócios da Companhia ou sua condição

financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os nossos negócios e as nossas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios e as ações.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, seus negócios e o resultado de suas operações.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como “Doença da Vaca Louca” podem ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Surtos de doenças também podem resultar em restrições na mobilidade de pessoas, podendo impactar o acesso do pessoal às instalações e até mesmo a produção da Companhia, o que prejudicaria sua reputação e o preço das ações de sua emissão.

Infraestrutura e deficiência de mão-de-obra no Brasil podem afetar o crescimento econômico e ter um efeito material adverso sobre nós.

Nosso desempenho depende do crescimento da economia brasileira. O PIB brasileiro apresentou um crescimento de 3,2% em 2023 e de 3,4% em 2024. Em 2025, o crescimento foi de 2,3%, refletindo uma desaceleração esperada tanto pelo governo quanto pelo mercado, mas ainda representando um desempenho positivo na economia brasileira. Impulsionada por fatores como a expansão da produção agrícola e o desempenho positivo nos setores industrial e de serviços. O crescimento contínuo é limitado pela infraestrutura inadequada, incluindo a escassez de potenciais de energia e transporte deficiente, logística e setores de telecomunicações, a falta de mão de obra qualificada, e a falta de investimentos públicos e privados nessas áreas, que limitam a produtividade, bem como a eficiência.

Qualquer um desses fatores pode levar à volatilidade do mercado de trabalho e, em geral, afetar o rendimento, o poder de compra e os níveis de consumo, o que poderá limitar o crescimento ou resultar em contração e, em última análise, ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A percepção de risco em outros países pode afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros.

O valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo Estados Unidos, países europeus, outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores à evolução nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros.

Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em títulos de emissores brasileiros, incluindo os nossos títulos.

Isso pode afetar adversamente o preço de mercado dos nossos títulos, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar operações no futuro em condições favoráveis.

Nos últimos anos, houve um aumento de volatilidade nos principais mercados devido, entre outros fatores, a incertezas sobre como os ajustes de política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, a crescente aversão ao risco de países emergentes, e as incertezas quanto às condições macroeconômicas e políticas brasileiras. Essas incertezas nos afetaram negativamente, inclusive no que diz respeito ao valor de mercado dos títulos emitidos pela Companhia. Além disso, continuamos expostos, atualmente, a interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais por conta de seus efeitos no ambiente financeiro e econômico, particularmente no Brasil, como a queda da atividade econômica, o aumento da taxa de desemprego, o poder de compra dos consumidores e a falta de disponibilidade de crédito. A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais poderá aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico no Brasil, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os nossos resultados operacionais, bem como o valor de mercado de nossas ações.

Historicamente, em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu recorrentes desvalorizações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas quatro décadas. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo (i) desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal; (ii) sistemas de mercado de câmbio flutuante; e (iii) controles cambiais. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira.

As desvalorizações do Real em relação ao dólar norte-americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os nossos negócios, a situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais, na medida em que a instabilidade cambial gera a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. Diante de seguidos rebaixamentos de rating de crédito soberano do Brasil,

os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro vão sendo afetados de maneira negativa.

Um prolongamento na atual situação fiscal do Brasil poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-, Ba1 e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente. Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente.

A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes e às contas devidas por instituições financeiras derivadas de nossos investimentos e outras operações financeiras. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representa a exposição do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 230,5 milhões em aplicações financeiras e ainda R\$ 430,4 milhões em contas a receber.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros devidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

A Companhia elenca abaixo os seus cinco principais riscos:

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como os trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de (ou eventualmente impedir o) desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura; (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nosso portfólio e nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente; (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações; e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em

uma diminuição de nossas margens operacionais.

Também estamos sujeitos ao aparecimento de surtos de doenças transmissíveis em todo o mundo levando a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira o que afetaria nosso plano de crescimento.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação, alteração e/ou não renovação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes e/ou mudanças na legislação tributária ou em sua interpretação.

Somos beneficiados por incentivos fiscais concedidos por autoridades em âmbito federal e estadual, incluindo, entre outros, incentivos relacionados a dispêndios em pesquisa e desenvolvimento e benefícios aplicáveis a operações sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”).

Tais incentivos podem ser revogados, ter sua abrangência ou percentual alterado ou reduzido, ou ainda ter sua vigência suspensa. A eventual perda total ou parcial desses incentivos poderá afetar adversamente nossa condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Adicionalmente, benefícios fiscais são, em geral, concedidos por prazo determinado e podem depender do cumprimento de condições específicas. A não renovação dos benefícios ou o eventual descumprimento dessas condições poderá resultar em impactos adversos para a Companhia.

Além disso, a legislação tributária brasileira é complexa e sujeita a interpretações divergentes por parte das autoridades fiscais. Eventuais mudanças de entendimento ou interpretações desfavoráveis poderão resultar na exigência de tributos adicionais, multas e encargos, impactando negativamente nossos resultados.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de tecnologia da informação podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para a fabricação de nossos produtos, atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de

produção, a realização dos nossos negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros.

Os nossos sistemas de informação são vulneráveis a deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou forem violados, tal falha ou violação, resultando em eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações poderiam afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos, afetando adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira e reputação. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória; (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações; ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembarço dos materiais importados, como MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), Receita Federal do Brasil e Polícia Federal. O atraso do processo de desembarço por qualquer motivo pode resultar em atraso na produção e conseqüentemente em prejuízos financeiros para a Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades da Companhia a expõem a riscos de mercado relacionados principalmente às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros. Essas variações podem acarretar perdas em investimentos, receitas, aplicações financeiras e de dívidas contratadas.

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa capacidade de pagamentos.

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio referente ao dólar norte-americano e ao euro, de modo que eventuais oscilações em referida taxa podem nos levar a incorrer em perdas não esperadas.

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), TR (Taxa Referencial), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em 31 de dezembro de 2025, tínhamos R\$ 489,6 milhões em endividamento bancário, dos quais 100% estavam sujeitos a instrumentos ligados a taxas pós- fixadas.

Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Fatores de risco financeiro

As atividades das empresas do grupo da Companhia possuem riscos financeiros relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros, ao risco de crédito e ao risco de liquidez. Segue abaixo a descrição de tais riscos:

Risco cambial

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. A principal exposição no tocante à variação cambial refere-se à flutuação do dólar norte-americano.

A seguir, são apresentados os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos denominados ao dólar norte-americano:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	6.648	5.680
Contas a receber de clientes (Nota 10)	26.809	28.723
	33.457	34.403
Passivos em moeda estrangeira		
Partes relacionadas (Nota 28)	(2.072)	
Fornecedores (Nota 17)	(17.773)	(43.565)
	(19.845)	(43.565)
Exposição líquida ativa (passiva)	13.612	(9.162)

No quadro abaixo são considerados dois cenários, considerando as variações percentuais das cotações de paridade entre o real e o dólar norte-americano (US\$).

Ativos/passivos	Risco	Saldos em 2025	Impacto		
			Cenário provável (*) (US\$1=R\$5,65)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	6.648	179	(1.707)	(3.414)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	26.809	722	(6.883)	(13.766)
Partes relacionadas	Alta do US\$	(2.072)	(56)	(532)	(1.064)
Fornecedores	Alta do US\$	(17.773)	(479)	(4.563)	(9.126)

Ativos/passivos	Risco	Saldos em 2024	Impacto		
			Cenário provável (*) (US\$1=R\$5,65)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	5.680	(497)	(1.296)	(2.592)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	28.723	(2.513)	(6.553)	(13.105)
Fornecedores	Alta do US\$	(43.565)	3.811	(9.938)	(19.877)

Riscos de taxa de juros

A Companhia possui risco de vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Os riscos de taxas de juros a Companhia decorrem predominantemente de empréstimos e financiamentos e busca manter uma relação estável em seu endividamento de curto e longo prazo. Quanto às aplicações financeiras, o indexador é o CDI.

Atualmente, as operações de financiamento a Companhia são baseadas em taxa de juros pós-fixada, 100,0%. O maior valor das operações pós-fixadas pode ocasionar volatilidade no custo médio das operações devido ao aumento, principalmente, da TJLP, da TR, da SELIC e do IPC-A.

Riscos de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com as contas a receber dos clientes, aplicações financeiras e contratos de derivativos.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre o balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025:				
Fornecedores	97.332			
Empréstimos e financiamentos (i)	80.030	83.980	233.777	197.845
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	597			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	52.799			
Partes relacionadas	2.153			
Arrendamentos (i)	9.592	6.997		
Demais passivos (ii)	76.691	35.805		
	319.194	126.782	233.777	197.845
Em 31 de dezembro de 2024:				
Fornecedores	113.048			
Empréstimos e financiamentos (i)	77.444	69.311	160.646	145.027
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	322			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	31.903			
Partes relacionadas	95			
Arrendamentos (i)	8.118	10.961		
Demais passivos (ii)	84.786	4.229	18.772	
	315.716	84.501	179.418	145.027

- Os valores incluídos na tabela são os fluxos contratuais de caixa não descontados, e, portanto, incluem encargos financeiros futuros, esses valores são diferentes dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.
- São considerados saldos de salários e encargos sociais, tributos a recolher, imposto de renda e contribuição social a pagar, comissões sobre vendas e outros passivos de curto e longo prazo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos em que a Companhia e suas controladas são parte passiva era de R\$111.397.091,76, dos quais R\$3.929.783,79 foram provisionados. As provisões da Companhia são registradas conforme Resolução CVM nº 72, de 23 de março de 2022, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia mantém também provisão para passivo contingente, sem processos administrativos ou judiciais, no montante de R\$ 1.039.500,00, reconhecido em combinação de negócios, que de acordo com o item 23 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, devem ser provisionados mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação.

A Companhia também possui demandas ativas no âmbito tributário, no valor total de R\$ 10.064.618,64, sendo R\$ 709.095,20 classificados com chance de perda remota, R\$ 8.155.523,44 classificados com chance de perda possível e R\$ 1.200.000,00 classificados como chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza. Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, além de processos envolvendo outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial (contingências passivas - débitos tributários), em 31 de dezembro de 2025, no montante total de R\$ 100.902.766,95. Conforme avaliação dos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão R\$ 992.174,01 são avaliados como de perda remota, R\$ 96.174.496,42 como de perda possível e R\$ 3.119.096,52 como perda provável.

Do valor demonstrado acima, R\$ 70.792.323,38 versam sobre discussões na esfera federal, envolvendo, principalmente, discussões relacionadas às contribuições sociais (PIS/COFINS). O valor residual, R\$ 24.583.373,97 versa sobre discussão relacionada ao ICMS, no âmbito estadual. Abaixo a descrição dos temas mais relevantes discutidos pela Companhia.

Dentre os processos tributários que representam uma possível contingência, aqueles individualmente considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, encontram-se abaixo descritos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo: AIIM nº 15956.720055/2019-36	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	27/05/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56.358.092,27
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração e Imposição de Multa exigindo diferenças de PIS e COFINS relativos ao período de 2014, apurados sob o regime monofásico por desconsiderar as operações das empresas Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., e multa de 150%. Foram arrolados como responsáveis solidários ambas as empresas comerciais; os sócios Norival Bonamichi e Jardel Massari; e os diretores à época do período autuado.</p> <p>Em 28.05.2019 lavratura do AIIM. Em 29.05.2019, ciência do AIIM. Em 28.06.2019, protocolo da Impugnação. Em 15/10/2019, a impugnação foi julgada improcedente. Em 28/10/2019, tomamos ciência da decisão da DRJ mediante o download do documento via E-CAC. Em 26/11/2019, foi protocolado o recurso voluntário.</p> <p>Em 28/01/2025 - DOU: Foi pautado para julgamento em 11/02/2025, às 14:00.</p> <p>Em 11/02/2025 - Resultado do julgamento: após proferido voto pela relatora no sentido de rejeitar a preliminar de nulidade da decisão recorrida e dar parcial provimento aos recursos apenas para afastar a responsabilidade solidária das pessoas físicas e limitar a aplicação da multa ao patamar de 100%, o julgamento foi suspenso em razão do pedido devista do conselheiro Wagner Mota.</p> <p>Em 06/11/2025 obtida sem ciência no site do carf cópia de acórdão pelo qual a turma, por unanimidade de votos, conheceu em parte</p> <p>Os recursos voluntários para afastar as preliminares arguidas e, no mérito, dar-lhes parcial provimento para</p> <p>Exonerar a responsabilidade tributária atribuída aos sócios e aos administradores e para reduzir a multa de ofício</p> <p>De 150% ao patamar de 100%.</p> <p>Em 27/11/2025 autos encaminhados ao conselho administ recursos fiscais-mf-df com resp da fazenda nacional</p> <p>Em 22/12/2025 aguardando exame de admissibilidade do recurso especial interposto pela fazenda nacional.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância – Manutenção integral do Auto de Infração; 2ª instância – Aguardando julgamento do Recurso interposto.
h. estágio do processo	Aguardando exame de admissibilidade do recurso especial interposto pela fazenda nacional.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por desconsiderar as operações das empresas distribuidoras do grupo.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 70.792.323,38

4.4 Processos não sigilosos relevantes

AIIM nº 4.007.430-4 / 4.007.427-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	17/07/2012
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.262.795,15
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração que discute a transferência indevida de créditos de ICMS (saldos credores) de estabelecimentos filiais para a Matriz centralizadora, quando esta já se encontrava em situação de saldo credor do imposto.</p> <p><u>AIIM nº 4.007.430-4</u></p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012.</p> <p>Em 07.11.2012, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que manteve integralmente a autuação fiscal, sendo que da decisão foi interposto recurso de ordinário pela empresa em 05.12.2012 e foi contrarrazoado pela Representação Fiscal em 04.03.2013. Em 13.02.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Raphael Zulli Neto, da 10ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 27.03.2015, após realização de sustentação oral, o recurso ordinário da empresa foi provido, para cancelar integralmente a exigência fiscal. Em 30.07.2015, a Fazenda Pública interpôs recurso especial, que foi contrarrazoado pela empresa em 16.12.2015.</p> <p>Em 08/02/2023, em sessão de julgamento, o relator Edison Aurélio Corazza, conheceu parcialmente o Recurso Especial interposto pela Fazenda, dando provimento a fim de que seja reformada a r. decisão recorrida, com o restabelecimento das exigências fiscais e com a limitação dos juros de mora ao patamar da taxa SELIC, de acordo com o disposto na Súmula nº 10 – revisada do TIT/SP.</p> <p>Em 24/03/2023, foi protocolado Pedido de Retificação de Julgado pela empresa.</p> <p>Em 16/05/2023, foi deferido o processamento do Pedido de Retificação de Julgado. Na mesma data, o processo foi devolvido para nova distribuição.</p> <p>Em 07/12/2023, após sustentação oral, foi negado conhecimento ao Pedido de Retificação de Julgado, ante a ausência de erro de fato no acórdão proferido pela Câmara Superior do TIT/SP</p> <p>Em 11/12/2023, publicada decisão pelo não conhecimento do Pedido de Retificação de Julgado.</p> <p>Processo encerrado na esfera administrativa.</p> <p>Em 19/01/2024 – Distribuição do processo.</p> <p>Em 27/02/2024 – Deferimento da tutela de urgência.</p> <p>Em 13/05/2024 – Definida a competência da Vara da Fazenda Pública.</p> <p>Em 05/07/2024 – Apresentação de contestação pelo Estado.</p> <p>Em 02/08/2024 – Apresentação de réplica pela empresa.</p> <p>Em 21/01/2025 – Sentença parcialmente procedente.</p> <p>Em 17/03/2025 – Rejeição dos embargos de declaração.</p> <p>Em 19/09/2025 – Acórdão dá provimento ao recurso do Estado (afasta honorários).</p> <p>Em 16/10/2025 – Trânsito em julgado.</p> <p>Em 17/10/2025 – Arquivamento do processo.</p> <p><u>AIIM nº 4.007.427-4</u></p> <p>O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012.</p> <p>Em 28.03.2013, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que julgou</p>

parcialmente procedente a impugnação apresentada para reduzir a multa para R\$100.000,00, e abriu prazo para a Representação Fiscal

apresentar recurso de ofício. Em 28.05.2013, foi deferido e emitido pela SEFAZ/SP, Termo de Aceite do PEP do ICMS nº 20035292-2, tendo em vista a opção da empresa em quitar, com os benefícios do Decreto nº 58.811/2012, os itens III.3 e IV.4 da autuação. Em 13.06.2013, foram apresentadas contrarrazões ao recurso fazendário e interposto recurso ordinário pela empresa, sendo que em 18.09.2013, foram apresentadas, pela Representação Fiscal, contrarrazões ao recurso ordinário pela empresa. Nessa mesma data, os autos foram remetidos ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP).

Em 01.06.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Juliano Di Pietro, da 7ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>(TIT/SP). Em 21.10.2015, o recurso ordinário da empresa foi parcialmente provido para reduzir em 90% o valor original da multa e negou provimento ao recurso de ofício da Fazenda Pública.</p> <p>Em 02.03.2016, a empresa apresentou pedido de retificação de julgado para que fosse expressamente consignado na parte dispositivo do acórdão que, além da redução do valor da multa para 10% do seu valor original, fosse afastada a incidência de atualização monetária sobre o valor básico da multa, a fim de evitar problemas posteriores na fase de execução do acórdão. Em 04.03.2016, a Fazenda interpôs recurso especial, que foi contrarrazoado pela empresa em 15.04.2016. Em 01.09.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa, bem como sobrestando o exame de admissibilidade dos demais recursos interpostos até o julgamento final do pedido de retificação de julgado.</p> <p>Em 15/10/2020, foi publicada a decisão que conheceu e proveu o pedido de retificação de julgado da empresa. Em 29/10/2020, foi protocolizado recurso especial pela fazenda pública, sendo que, em 23/11/2020, foi protocolizado recurso especial pela empresa e, em 14/12/2020, protocolizado, pela empresa, contrarrazões ao recurso especial da fazenda pública. Atualmente, aguarda-se distribuição e posterior julgamento dos recursos especiais interpostos. Em 08/11/2021, foi interposto Pedido de Retificação de Julgado pela empresa</p> <p>Aguarda-se o exame de admissibilidade do Pedido de retificação de Julgado apresentado pela empresa.</p> <p>Observação: adesão parcial da exigência do AIIM nº 4.007.427-4 ao PEP(os valores pagos com os benefícios do Decreto nº 58.811/2012, foram excluídos do cálculo – R\$ 70.309,29).</p>
<p>g. resumo das decisões de mérito proferidas</p>	<p><u>AIIM nº 4.007.430-4</u></p> <p>Em 07/11/2012, foi publicada decisão de Delegacia Tributária de Julgamento que manteve integralmente a autuação fiscal. Em 27/03/2015, após realização de sustentação oral, o recurso ordinário da empresa foi provido para cancelar integralmente a exigência fiscal.</p> <p>Em 09/11/2017, após o voto do relator pelo não conhecimento do recurso especial, a maioria da câmara superior votou pelo conhecimento do recurso especial da Fazenda Estadual, com o retorno dos autos ao Juiz Relator (Edison Aurélio Corazza) para apreciação do mérito recursal.</p> <p>Em 03/03/2020, após a distribuição de memoriais e realização de sustentação oral, o novo Relator (Juiz Carlos Afonso Della Monica) proferiu voto pelo não conhecimento do Recurso Especial da Fazenda Estadual. Em seguida, os autos saíram em vistas para os juízes Edison Aurélio Corazza e Valério Pimenta de Moraes.</p> <p>Em 19/05/2022, em sessão de julgamento, a maioria da Câmara Superior votou pelo conhecimento do recurso especial, em razão da decisão de conhecimento proferida pela Câmara Superior em 09/11/2017. Na sequência, foi determinado o retorno dos autos novamente ao juiz relator.</p> <p>Em 08/02/2023, em sessão de julgamento, foi dado parcial provimento ao recurso para restabelecimento integral das exigências fiscais, com a limitação dos juros de mora ao patamar da taxa SELIC, de acordo com o disposto na Súmula nº 10 do TIT/SP.</p> <p>Em 07/12/2023, após sustentação oral, foi negado conhecimento ao Pedido de Retificação de julgado, ante a ausência de erro de fato no acórdão proferido pela Câmara Superior do TIT/SP</p> <p>Em 11/12/2023, publicada decisão pelo não conhecimento do Pedido de Retificação de Julgado (processo encerrado na esfera administrativa).</p> <p>Em 04/07/2024, o Estado de São Paulo informou a garantia integral do débito e pleiteou a citação da empresa.</p> <p>Em 28/11/2024, foi certificado que os autos foram apensados à execução fiscal n. 1504606- 94.2024.8.26.0506. Atualmente, aguarda-se decisão.</p> <p>Em 4.2.2025, foi proferida decisão que reconheceu a garantia da execução e determinou que se aguarde o julgamento dos embargos à execução fiscal relacionados.</p> <p>Em 21.2.2025, os autos foram remetidos à conclusão para despacho.</p> <p>Em 10.4.2025, foi proferida decisão que intimou o Estado de São Paulo para apresentação de impugnação.</p>

	<p>Em 23.5.2025, o Estado de São Paulo apresentou impugnação.</p> <p>Em 12.12.2025, foi proferido ato ordinatório que intimou a empresa para apresentação de réplica à impugnação.</p> <p><u>AIIM nº 4.007.427-4</u></p> <p>Em 28/03/2013, publicada decisão da Delegacia Tributária de Julgamento que deu parcial provimento a impugnação, com a redução da multa dos itens I e II para o valor de R\$ 100.000,00, com fundamento no art. 527-A do RICMS/SP.</p> <p>Em 21/10/2015, a 7ª Câmara de Julgamento, por maioria de votos, deu parcial</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>provimento ao recurso ordinário da empresa para reduzir a multa para 10% de seu valor original e afastar a incidência da atualização monetária sobre o valor básico da multa.</p> <p>Em 02/02/2016, foi publicada a decisão da 7ª Câmara de Julgamento que deu parcial provimento ao recurso ordinário da empresa e negou provimento ao recurso de ofício.</p> <p>Em 01/09/2016, publicada decisão deferindo o processamento do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa, bem como sobrestando o exame de admissibilidade dos demais recursos interpostos até o julgamento final do pedido de retificação de julgado.</p> <p>Em 14/10/2020, o pedido de retificação de julgado foi provido para que conste expressamente na ementa do acórdão que foi a multa foi ao patamar de 10% do valor original, bem como que foi afastada a incidência de juros sobre o valor básico do imposto utilizado para cálculo da multa aplicada.</p> <p>Em 15/10/2020, foi publicada a decisão que conheceu e deu provimento ao pedido de retificação de julgado.</p> <p>Em 31/08/2021, em sessão virtual e julgamentos da Câmara Superior do TIT/SP, foi proferido acórdão que (I) não conheceu o Recurso Especial interposto pelo contribuinte e (II) conheceu e deu provimento ao Recurso Especial fazendário para: (a) anular a decisão recorrida, para que a turma de julgamento realize a correta aplicação do art. 527-A do RICMS/SP, para fins de redução ou relevação da multa, e; (b) reconhecer a regularidade da atualização da base de cálculo da multa. Considerando que houve um erro de sistema durante a referida sessão, o feito foi retirado de pauta para nova inclusão, apenas para formalização do acórdão.</p>
h. estágio do processo	<p>Aguarda-se o exame de admissibilidade do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa em relação ao AIIM 4.007.427-4.</p> <p>Já em relação ao AIIM 4.007.430-4 o processo foi encerrado na esfera administrativa. Processo já encerrado, com decisão definitiva favorável parcialmente à empresa em primeira instância, porém reformada em grau de recurso apenas para afastar os honorários de sucumbência; trânsito em julgado ocorrido em 16/10/2025, com posterior arquivamento, restando pendente apenas a análise de pedido do Estado de São Paulo para transferência de seguro garantia para execução fiscal.</p>
i. chance de perda	<p>Possível – R\$ 2.795.071,47</p> <p>Remota – R\$ 992.174,01</p>
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Os AIIMs são considerados relevantes em razão dos valores envolvidos e por não causar danos ao erário.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.787.245,48
AIIM nº 4.057.222-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	12/05/2015
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.604.490,22

4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p>f. principais fatos</p>	<p>Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produtos técnicos, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio nº 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.</p> <p>No mesmo auto de infração também é exigido o ICMS relativamente a notas fiscais complementares emitidas pela empresa, em decorrência de operações de importação de produtos destinados à agropecuária e ao setor "pet" anteriormente realizadas.</p> <p>O auto de infração foi lavrado em 12.05.2015, tendo sido apresentada impugnação em 12.06.2015.</p> <p>Em 06.07.2015, o processo foi distribuído para julgamento à Unidade de Julgamento de Presidente Prudente. Em 27.07.2015, o processo foi convertido em diligência. Em 30.09.2015, foi proferida decisão de primeira instância mantendo integralmente o AIIM. Em 12.11.2015, foi protocolado o recurso ordinário, sendo que em 11.1.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do referido recurso com vista à representação fiscal. Em 13.04.2016, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Pública.</p> <p>Em 15/12/2017, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 21/02/2018, foi publicada decisão intimando as partes a se manifestarem acerca do resultado da diligência. Em 2/04/2018, foi protocolada manifestação da empresa. Em 12/09/2018, foi proferida que negou provimento ao recurso ordinário da empresa, sendo publicada no dia 13/09/2018. Em 15/10/2018, a empresa protocolou pedido de retificação de julgado e recurso especial. Em 11.01.2019, foi publicada a decisão que indeferiu o processamento do pedido de retificação de julgado e deferiu o processamento do recurso especial da empresa. Em 14.03.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões.</p> <p>Em 14/02/2024, os autos foram distribuídos à Julgadora Maria Alice Formigoni Smolarsky. Em 26/04/2024 foi publicado o acórdão proferido pela Câmara superior do TIT que não conheceu o recurso especial da empresa.</p> <p>Em 28/05/2024 a empresa apresentou pedido de retificação de julgado.</p>
<p>g. resumo das decisões de mérito proferidas</p>	<p>1ª instância – Auto de Infração mantido integralmente; 2ª instância – Recurso ordinário não provido;</p> <p>3ª instância – Aguardando decisão do Recurso Especial.</p>
<p>h. estágio do processo</p>	<p>Atualmente aguarda-se a distribuição do Recurso Especial da empresa.</p>
<p>i. chance de perda</p>	<p>Possível</p>
<p>j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante</p>	<p>O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.</p>
<p>k. análise do impacto em caso de perda</p>	<p>R\$ 3.119.096,52</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal Nº 1502716-28.2021.8.26.0506	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/05/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.714.511,59
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo através da qual se exige da empresa o pagamento de supostos débitos de ICMS consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa (CDA) nº 1.305.898.864 e decorrentes do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 4.042.028-0, que imputa à empresa a falta de pagamento do imposto por emissão e escrituração de notas fiscais de saídas internas referente a operações tributadas como não tributadas, bem como por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas interestaduais, com erro na apuração da base de cálculo do imposto e por emissão das Notas Fiscais modelo 55, referentes a operações tributadas, com erro na aplicação da alíquota.</p> <p>Em 20.5.2021, a execução fiscal foi ajuizada. Em 17.9.2021, a empresa apresentou petição requerendo a transferência da garantia apresentada nos autos da ação de rito comum nº 1000426-89.2021.8.26.0153 aos autos da execução fiscal. Em 9.11.2021, o Estado de São Paulo se manifestou de forma contrária à aceitação da garantia apresentada pela empresa. Em 19.11.2021, a empresa apresentou petição esclarecendo a validade da garantia apresentada. Em 12.3.2022, o Estado de São Paulo foi intimado a esclarecer se o endosso ao seguro garantia atende as exigências elencadas. Em 28.3.2022, o Estado de São Paulo manifestou ciência e acordo com o endosso ao seguro garantia. Em 26.4.2022, foi proferida a decisão que deu por garantida a execução. Em 31.5.2023, foi proferido despacho que intimou a empresa a informar as provas que pretende produzir. Em 25.6.2024, foi proferida decisão que intimou a empresa para esclarecer a natureza da perícia judicial pleiteada. Em 27.6.2023, a empresa pleiteou a realização de perícia judicial técnica. Em 11.7.2024, a empresa apresentou manifestação para esclarecer que a perícia a ser produzida é de natureza farmacêutica. Em 10/06/2025 – Empresa opõe embargos para esclarecer que a perícia é farmacêutica.</p> <p>Em 08/07/2025 – Estado apresenta manifestação sobre os embargos.</p> <p>Em 28/07/2025 – Decisão corrige erro material e ajusta a natureza da perícia.</p> <p>Em 26/06/2025 – Empresa apresenta quesitos e indica assistentes técnicos.</p> <p>Em 19/08/2025 – Estado apresenta quesitos e indica assistente técnico.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 26/04/2022 – Execução fiscal considerada garantida.</p> <p>Em 29/08/2022 – Execução suspensa para análise da impugnação.</p> <p>Em 26/05/2025 – Perícia deferida.</p> <p>Em 28/07/2025 – Ajuste da natureza da perícia para farmacêutica.</p>
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase instrutória (produção de prova pericial), já tendo a execução sido garantida e suspensa, com a perícia técnica definida como farmacêutica, estando em andamento a etapa de apresentação de quesitos e atuação dos assistentes técnicos pelas partes.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.033.356,45

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal Nº 1502717-13.2021.8.26.0506	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/05/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.170.926,09
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo através da qual se exige da empresa o pagamento de supostos débitos de ICMS consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa (CDA) nº 1.305.898.853 e decorrentes do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) nº 4.042.029- 2, que imputa à empresa a falta de pagamento do ICMS por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas Internas, de operação tributada como não tributada, bem como por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas Interestaduais, com erro na apuração da base de cálculo do imposto.</p> <p>Em 20.5.2021, a execução fiscal foi ajuizada. Em 17.9.2021, a empresa apresentou petição requerendo a transferência da garantia apresentada nos autos da ação de rito comum nº 1000426-89.2021.8.26.0153 aos autos da execução fiscal. Em 22.11.2021, o Estado de São Paulo se manifestou de forma contrária à aceitação da garantia apresentada pela empresa. Em 3.12.2021, a empresa apresentou petição esclarecendo a validade da garantia apresentada. Em 17.12.2021, o Estado de São Paulo recusou o seguro garantia ofertado. Em 26.4.2022, foi proferida a decisão que deu por garantida a execução. Em 16.12.2022, foi proferida decisão que deferiu a produção de prova pericial e nomeou o Sr. Vinícius de Vereda como perito judicial, intimando-o para apresentar sua proposta de honorários. Em 28.8.2024, foi proferida decisão que determinou a intimação do perito para apresentação do laudo pericial. Em 22.10.2024, o perito apresentou nova manifestação para requerer a dilação de prazo para apresentação do laudo, diante da pendência de apresentação de documentos pela empresa. Em 07/07/2025 – Determinada nova intimação do perito para entrega do laudo.</p> <p>Em 17/08/2025 – Perito apresenta o laudo pericial.</p> <p>Em 24/09/2025 – Partes intimadas a se manifestarem sobre o laudo.</p> <p>Em 28/10/2025 – Empresa manifesta concordância com o laudo.</p> <p>Em 17/12/2025 – Deferido levantamento de honorários pelo perito.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 26/04/2022 – Execução fiscal considerada garantida.</p> <p>Em 16/12/2022 – Deferida a prova pericial com nomeação de perito judicial.</p> <p>Em 28/08/2024 – Determinada apresentação do laudo pericial.</p> <p>Em 24/09/2025 – Laudo homologado para ciência das partes (fase de avaliação).</p>
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase final da instrução, após a conclusão da prova pericial, com manifestação das partes sobre o laudo, aguardando eventual decisão de mérito (julgamento dos embargos à execução).
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.380.964,92

4.4 Processos não sigilosos relevantes

AIIM nº 4.145.685-3	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	22/11/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.308.145,23
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo sob a acusação de que a empresa teria incorrido em 4 supostas infrações que implicaram em falta de recolhimento e creditamento indevido do ICMS, quais sejam: (i) utilização supostamente indevida da alíquota de 4% em operações interestaduais com o produto SINCRO ECG, sob a alegação de que o produto estaria arrolado na lista de bens sem similar nacional expedida pela CAMEX; (ii) inaplicabilidade da isenção prevista no art. 41, inciso I, do Anexo I, do RICMS, por entender que o produto "CB-30 T.A." supostamente não teria destinação exclusiva ao setor agropecuário; (iii) falta de pagamento do ICMS, na qualidade de substituta tributária, em razão do fato do produto "CB- 30 T.A." ser um mero produto de limpeza, sujeito a esse regime; e (iv) escrituração indevida de créditos de ICMS, sob a justificativa de que as operações com empresas comercializadoras de energia elétrica, por estarem sujeitas à substituição tributária, não gerariam direito a crédito.</p> <p>Em 19/05/2022 foi proferida a decisão que manteve a exigência fiscal. Atualmente, aguarda-se julgamento em segunda instância.</p> <p>Em 30/06/2022, a empresa interpôs recurso ordinário.</p> <p>Em 14/09/2022, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões.</p> <p>Em 03/05/2023, a empresa apresentou memoriais nos autos para o julgamento do recurso ordinário interposto.</p> <p>Em 31/10/2023, o recurso foi incluído na pauta de julgamento de 10/11/2023 da 10ª Câmara Julgadora.</p> <p>Em 10/11/2023, no julgamento, a Representação Fiscal requereu vista dos autos.</p> <p>Em 4.10.2024, foi proferida decisão que deu parcial provimento ao recurso ordinário da empresa para cancelar o item 1 (SINCRO ECG) e os itens 2 e 3 (CB 30), mantendo-se tão somente o item 4 (energia elétrica).</p> <p>Em 19.11.2024, a Fazenda Pública interpôs recurso especial.</p> <p>Em 23.12.2024, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso especial da Fazenda Pública e interpôs recurso especial</p> <p>(Sem movimentações registradas em 2025) – Após interposição de recurso especial pela Fazenda (19/11/2024) e pela empresa (23/12/2024), o processo permaneceu aguardando julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 19/05/2022 – Mantida integralmente a exigência fiscal em 1ª instância administrativa.</p> <p>Em 04/10/2024 – Decisão em recurso ordinário dá parcial provimento à empresa, cancelando os itens 1, 2 e 3 da autuação e mantendo apenas o item 4 (energia elétrica).</p>
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase de julgamento de recurso especial na esfera administrativa, aguardando decisão definitiva após recursos interpostos por ambas as partes.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.

k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.687.408,16
-----------------------------------------------	------------------

4.4 Processos não sigilosos relevantes

AIIM 4.150.554-2	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	08/09/2022
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.136.666,24
f. principais fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo sob a acusação de falta de pagamento do ICMS próprio (item 1) e do ICMS-ST (item 2) pela utilização supostamente indevida da isenção prevista no art. 41, inciso I, do Anexo I, do RICMS, pois o produto "CB-30 T.A" não teria destinação exclusiva ao setor agropecuário, tratando-se de um mero produto de limpeza.</p> <p>Em 8.9.2022, a empresa foi notificada da lavratura do AIIM.</p> <p>Em 7.10.2022, a empresa apresentou impugnação ao AIIM. Em 13.12.2022, foi proferida decisão que julgou a autuação parcialmente procedente para manter o crédito tributário e limitar os juros à Taxa SELIC. Atualmente, o recurso encontra-se em fase de elaboração. Em 23.1.2023, a empresa interpôs recurso ordinário.</p> <p>Em 23.2.2023, foi proferida decisão que deferiu o processamento do recurso ordinário da empresa e intimou a Fazenda Pública a apresentar suas contrarrazões.</p> <p>Em 31.3.2023, a Fazenda Pública apresentou contrarrazões ao recurso ordinário da empresa. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso ordinário interposto pela empresa.</p> <p>Em 18.4.2023, o recurso ordinário foi distribuído à relatoria da Julgadora Luciana Cristina da Silva Vendramini.</p> <p>Em 9.5.2023, a empresa apresentou memoriais para o julgamento do recurso ordinário. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso ordinário interposto pela empresa.</p> <p>Em 4.3.2024, o recurso ordinário foi distribuído à relatoria da Julgadora Maria Do Rosário Pereira Esteves.</p> <p>Em 15.8.2024, foi publicada decisão que conheceu e deu provimento ao recurso ordinário da empresa.</p> <p>Em 4.10.2024, a Fazenda Pública interpôs recurso especial. (Sem movimentações em 2025) – Após interposição de recurso especial pela Fazenda Pública em 04/10/2024, o processo permanece aguardando julgamento.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Em 13/12/2022 – Autuação julgada parcialmente procedente, com manutenção do crédito tributário e limitação dos juros à SELIC.</p> <p>Em 15/08/2024 – Recurso ordinário da empresa provido, reformando a decisão anterior (favorável à empresa).</p>
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase de recurso especial na esfera administrativa, aguardando julgamento após recurso interposto pela Fazenda Pública.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.477.636,29

Ação Anulatória nº 1056620-21.2021.8.26.0053

a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
----------	------------------------------------------------------------------

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/01/2017
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.040.373,71

4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p>f. principais fatos</p>	<p>Trata-se de ação anulatória de débito fiscal visando o cancelamento do AIIM nº 4.083.070-6, lavrado em face da empresa, cuja controvérsia trata de classificação fiscal de produto comercialmente denominado SINCRO ECG. De acordo com a acusação fiscal, teria ocorrido falta de recolhimento de ICMS em razão da aplicação da alíquota de 4%, prevista na Resolução nº 13 de 2021, em operações interestaduais. Na visão do Fisco, o SINCRO ECG deveria ser classificado como um produto químico orgânico, e não um produto farmacêutico, de modo que houve a aplicação de multa punitiva e a cobrança de juros de mora.</p> <p>Em 14.9.2021, a ação foi distribuída. Em 14.9.2021, a medida liminar pleiteada pela empresa foi concedida em parte apenas para excluir do cálculo do débito os juros de mora superiores à Taxa SELIC. Em 27.9.2021, foi apresentado pedido de reconsideração pela empresa. Em 28.9.2021, foi proferida a decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.</p> <p>Em 28.10.2021, o Estado de São Paulo apresentou sua contestação à ação anulatória. Em 23.11.2021, a empresa apresentou sua réplica à contestação do Estado de São Paulo.</p> <p>Em 11.11.2022, o perito apresentou o laudo pericial.</p> <p>Em 16.11.2022, foi proferida decisão que intimou as partes a se manifestarem sobre o laudo e determinou a expedição de MLE para levantamento dos honorários periciais. Em 12.12.2022, a empresa apresentou manifestação informando que concorda com as conclusões do laudo pericial e reiterou seus fundamentos de defesa.</p> <p>Em 24.1.2023, a Fazenda Pública apresentou manifestação ao laudo pericial. Em 26.1.2023, foi proferida decisão que declarou encerrada a fase instrutória e intimou as partes a apresentar suas alegações finais.</p> <p>Em 30.1.2023, a Fazenda Pública apresentou alegações finais.</p> <p>Em 13.2.2023, a empresa apresentou alegações finais.</p> <p>Em 13.4.2023, foi proferida sentença que julgou a ação procedente para cancelar o AIIM nº 4.083.070-6 integralmente.</p> <p>Em 29.4.2023, a Fazenda Pública interpôs recurso de apelação.</p> <p>Em 25.5.2023, a empresa apresentou contrarrazões de apelação.</p> <p>Em 30.5.2023, os autos foram remetidos ao TJ-SP e distribuídos ao Desembargador Alves Braga Júnior.</p> <p>Em 19.6.2023, a empresa apresentou manifestação de oposição ao julgamento virtual. Atualmente, aguarda-se inclusão em pauta para julgamento.</p> <p>Em 6.5.2024, foi proferido acórdão que deu parcial provimento ao recurso de apelação do Estado de São Paulo e a remessa necessárias apenas quanto à fixação dos honorários de sucumbência, mantendo-se o cancelamento integral do AIIM n. 4.083.070-6. Em 15.5.2024, o Estado de São Paulo opôs embargos de declaração. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração.</p> <p>Em 19.7.2024, o Estado de São Paulo interpôs recurso extraordinário. Em 10.10.2024, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso extraordinário do Estado de São Paulo.</p> <p>Em 25.10.2024, foi proferido despacho que determinou o sobrestamento do recurso até o julgamento do Tema n. 1255 da repercussão geral pelo STF.</p>
<p>g. resumo das decisões de mérito proferidas</p>	<p>Em 13/04/2023 – Sentença julgou a ação procedente, cancelando integralmente o AIIM.</p> <p>Em 06/05/2024 – Acórdão manteve o cancelamento do AIIM, reformando apenas a questão dos honorários de sucumbência.</p> <p>Em 19/07/2024 – Embargos de declaração rejeitados.</p>
<p>h. estágio do processo</p>	<p>O processo encontra-se na fase de recurso extraordinário, com tramitação suspensa (sobrestada), aguardando decisão do STF sobre o Tema 1255 para prosseguimento do julgamento.</p>
<p>i. chance de perda</p>	<p>Possível</p>

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.264.222,92

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal Nº 1500608-47.2023.8.26.0153	
a. juízo	Vara do Foro de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	15/06/2023
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.094.808,26
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal que exige da empresa os valores consubstanciados na certidão de dívida ativa nº 1.361.215.854 (AIIM nº 4.076.484-98).</p> <p>Em 15.6.2023, a execução fiscal foi ajuizada.</p> <p>Em 19.6.2023, os autos foram remetidos à conclusão.</p> <p>Em 5.7.2023, a empresa apresentou manifestação para acostar aos autos a apólice de seguro garantia nº 061902023821007750038743.</p> <p>Em 10.7.2023, foi proferida decisão que intimou a Fazenda Pública a apresentar manifestação.</p> <p>Em 12.7.2023, a empresa apresentou manifestação para acostar aos autos endosso à apólice de seguro garantia, cujo objeto faz referência expressa ao número da execução fiscal, bem como à CDA nº 1.361.215.854.</p> <p>Em 31.8.2023, foi proferido despacho que determinou a expedição de ofício ao SERASA para exclusão da inscrição da empresa realizada nos cadastros de proteção de crédito.</p> <p>Em 4.8.2023, a Fazenda Pública apresentou manifestação para requerer ajustes na garantia oferecida pela empresa.</p> <p>Em 26.9.2023, foi proferida decisão que intimou a empresa para regularizar a apólice de seguro garantia.</p> <p>Em 15.10.2023, a empresa apresentou endosso à apólice de seguro garantia para satisfazer as exigências da Fazenda Pública. Em 8.11.2023, foi proferido despacho que intimou a Fazenda Pública para manifestação. Em 28.12.2023, a Fazenda Pública apresentou manifestação para requerer novos ajustes no endosso oferecido. Em 9.2.2024, foi proferida decisão que intimou a empresa para regularização da apólice de seguro garantia com acréscimo de 30% do valor segurado. Em 23.2.2024, a empresa apresentou pedido de reconsideração e, em 7.3.2024, interpôs o agravo de instrumento n. 2060188-85.2024.8.26.0000 para reforma da decisão.</p> <p>Após decisão que concedeu a antecipação da tutela recursal no agravo de instrumento, em 23.4.2024, foi proferida decisão de ciência do julgamento do agravo. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal relacionados.</p> <p>Em 2.12.2024, o Estado de São Paulo apresentou manifestação para informar que não tem interesse na produção de prova pericial. Atualmente, aguarda-se decisão.</p> <p>Em 14/01/2025 – Deferida a realização de perícia farmacêutica e contábil.</p> <p>Em 10/02/2025 – Empresa apresenta quesitos e indica assistentes técnicos.</p> <p>Em 14/04/2025 – Estado apresenta quesitos e assistentes técnicos.</p> <p>Em 17/03/2025 – Perito contábil apresenta proposta de honorários.</p> <p>Em 23/05/2025 – Perita técnica apresenta proposta de honorários.</p> <p>Em 23/05/2025 – Determinada a realização dos depósitos dos honorários.</p> <p>Em 10/06/2025 – Empresa comprova o depósito dos honorários.</p>

	Em 27/07/2025 – Perita solicita documentos para realização dos trabalhos periciais.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 09/02/2024 – Determinada regularização do seguro garantia com acréscimo de 30% (posteriormente questionada via agravo). Em 23/04/2024 – Decisão toma ciência do provimento obtido no agravo (garantia ajustada em favor da empresa). Em 14/01/2025 – Deferida a produção de prova pericial (ponto central da instrução).
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase instrutória, com perícia técnica e contábil em andamento, após regularização da garantia, aguardando a conclusão dos trabalhos periciais para posterior análise de mérito dos embargos à execução fiscal.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 6.770.644,80

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Execução Fiscal N° 1500505-74.2022.8.26.0153	
a. juízo	2ª Vara do Foro de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16/09/2022
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.696.907,28
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal que exige da empresa os valores consubstanciados na certidão de dívida ativa nº 1.341.422.526 (AIIM nº 4.100.695-1) e decorrem da acusação de falta de recolhimento e creditamento indevido do ICMS na aquisição de energia elétrica em ambiente de contratação livre.</p> <p>Em 16.9.2022, a execução fiscal foi ajuizada. Em 21.9.2022, foi proferida a decisão que determinou a expedição de mandado de citação em nome da empresa. Em 27.10.2022, a empresa apresentou manifestação informando que o débito fora garantido na ação antecipatória de garantia nº 1001230-23.2022.8.26.0153 e requerendo a baixa da razão social da empresa do SERASA. Em 11.11.2022, foi proferida decisão que suspendeu o curso da execução fiscal até que a Fazenda Pública se manifeste sobre o descumprimento da decisão proferida na ação de antecipação de garantia. Em 6.12.2022, a empresa apresentou nova manifestação reiterando que o débito está garantido e requerendo a baixa de sua razão social do SERASA. Em 6.12.2022, a Fazenda Pública apresentou manifestação sustentando a necessidade de manutenção da razão social da empresa no SERASA. Em 10.12.2022, foi proferido despacho que intimou a empresa a se manifestar. Em 19.1.2023, a empresa apresentou manifestação reiterando seu pedido de baixa dos débitos executados do SERASA em razão da garantia oferecida. Em 25.1.2023, foi proferida decisão que determinou expressamente a exclusão da razão social da empresa do SERASA em razão dos débitos executados até o trânsito em julgado da ação antecipatória de garantia nº 1001230-23.2022.8.26.0153. Em 2.2.2023, a empresa apresentou manifestação informando que efetuou a intimação da Autoridade Coatora e da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo quanto à decisão. Em 24.2.2023, a Fazenda Pública apresentou manifestação comprovando o cumprimento da decisão. Em 27.2.2023, a Fazenda Pública apresentou manifestação para corrigir inconsistência na emissão do arquivo das CDAs. Em 11.5.2023, a empresa apresentou manifestação para reiterar os embargos à execução fiscal já opostos e distribuídos sob o nº 1002179-47.2022.8.26.0153. Em 12.6.2023, foi proferido despacho que determinou o prosseguimento da discussão nos embargos à execução fiscal. Em 26.6.2024, foi proferido despacho que intimou as partes para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos. Em 14.10.2024, foi proferido despacho que determinou a intimação da perita judicial para realização dos trabalhos e entrega do laudo em 20 dias.</p> <p>A perita foi intimada em 6.12.2024. Atualmente, aguarda-se a apresentação de laudo pericial.</p> <p>Em 13/02/2025 – Perita apresenta o laudo pericial.</p> <p>Em 17/02/2025 – Partes intimadas a se manifestar sobre o laudo.</p> <p>Em 14/03/2025 – Empresa se manifesta sobre o laudo.</p> <p>Em 20/03/2025 – Estado se manifesta sobre o laudo.</p> <p>Em 10/07/2025 – Sentença julga a ação integralmente procedente, cancelando o crédito tributário.</p> <p>Em 01/08/2025 – Estado de SP opõe embargos de declaração.</p>

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 25/01/2023 – Determinada a exclusão da empresa do SERASA em razão da garantia do débito. Em 10/07/2025 – Sentença de mérito totalmente favorável à empresa, cancelando integralmente o crédito tributário.
h. estágio do processo	O processo encontra-se na fase pós-sentença, com embargos de declaração pendentes de julgamento, ainda sem trânsito em julgado.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.182.945,14

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e as controladas da Companhia figuravam como parte em 41 processos de natureza trabalhista, sendo todos processos judiciais.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos com chance de perda possível e provável era de R\$8.262.462,45 e R\$382.489,62, respectivamente, dos quais foram provisionados por se tratar de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados externos e internos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, responsabilidade subsidiária, pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, intervalo intrajornada, descaracterização do acordo de compensação do banco de horas, horas de sobreaviso e horas extras.

Dentre os processos de natureza trabalhista e em 31 de dezembro de 2025, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Reclamação trabalhista nº 0020874-60.2016.5.04.0017	
a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	13/06/2016
d. partes no processo	R.S.A. X OUROFINO S.A. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$80.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.S.A. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício pelo período de representação comercial (pessoa jurídica) e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; além dos seguintes pedidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • indenização pela dispensa dentro do trintídio; • reconhecimento da natureza salarial da alimentação fornecida e reflexos; • reconhecimento da natureza salarial das diárias de viagem, pagamento de diferenças (2 meses) e reflexos; • acúmulo de função; • diferenças salariais pelo reajuste das normas coletivas; • gratificação pelo dia do comerciário; • pagamento do lanche na jornada extraordinária; • pagamento de adicional noturno e horas reduzidas; • horas extras e reflexos; • intervalo intrajornada e reflexos; intervalo entre jornadas e reflexos; • indenização pelo uso do veículo particular; • participação nos lucros e resultados; • férias em dobro; • indenização por danos morais; • diferenças em DSRs; • pagamento de FGTS + 40%, multa do art. 467 da CLT; e • honorários advocatícios. <p>A Companhia apresentou contestação, negando o vínculo empregatício no período em que o reclamante foi representante comercial e requerendo a improcedência dos demais pedidos.</p> <p>Realizada a audiência inicial em 13.09.2016 e o cumprimento das cartas precatórias de inquirição de testemunhas.</p> <p>Reclamante interpos recurso ordinário.</p> <p>Reclamante interpos recurso de revista.</p> <p>Reclamante interpos agravo interno.</p> <p>A Companhia apresentou contrarrazões ao agravo interno.</p> <p>Negado provimento ao agravo interno interposto pelo reclamante.</p> <p>Iniciada a fase de liquidação de sentença.</p> <p>A Companhia apresentou os cálculos.</p> <p>O reclamante impugnou os cálculos apresentados.</p> <p>Juiz determinou a realização de perícia contábil.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença proferida julgando parcialmente procedente, com a condenação da Companhia no pagamento ao dia do comerciário, correspondente à remuneração de dois dias nos meses de outubro de 2012, 2013 e 2014 e participação nos lucros e resultados do ano de 2015, de forma proporcional, correspondente a 8/12 do valor total que seria devido ao autor caso mantido o contrato de trabalho.</p> <p>Acórdão proferido em 2ª instância em Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, o qual foi negado provimento.</p> <p>Acórdão proferido em instância extraordinária (Tribunal Superior do Trabalho) em Recurso de Revista negando o seguimento deste recurso.</p> <p>Acórdão negou o provimento ao agravo interno interposto pelo reclamante.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Aguardando a realização de perícia contábil.
i. chance de perda	Provável: R\$ 26.780,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	O montante do impacto em caso de perda (englobando as chances possível e provável) é de R\$26.780,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 26.780,00

Reclamação trabalhista nº 0010405-20.2021.5.15.0066	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	05/04/2021
d. partes no processo	Herdeiros de K.O.V. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$51.240,57
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida pelos herdeiros de K.O.V. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de periculosidade e insalubridade; • retificação do PPP; • horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal; • adicional noturno; e • desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada. <p>A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de periculosidade/insalubridade.</p> <p>Apresentado embargos de declaração pela Companhia, os quais foram acolhidos parcialmente.</p> <p>Interposto recurso ordinário tanto pelo reclamante como pela Companhia.</p> <p>Interpostos recurso de revista tanto pelo reclamante quanto pela Companhia.</p> <p>Interposto agravo interno pelo reclamante.</p> <p>Interpostos agravos em recurso de revista por ambas as partes.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Proferida sentença de parcial procedência, para condenar a Companhia no pagamento do intervalo de alimentação e descanso, bem como diferença do adicional noturno e prorrogação.</p> <p>Embargos de declaração opostos pela Companhia, os quais foram acolhidos parcialmente para excluir o pagamento de intervalo intrajornada, bem como excluir os critérios de cálculo deste pleito.</p> <p>Acórdão proferido em 2ª instância para não dar provimento ao recurso ordinário do reclamante e dar provimento parcial ao recurso ordinário da Companhia.</p> <p>Decisão de não admissão dos recursos de revistas apresentados por ambas as partes.</p> <p>Decisão de não admissão dos agravos em recursos de revista apresentados pelas partes.</p> <p>Interposto Agravo em recurso de revista por ambas as partes.</p> <p>Não provido os recursos.</p> <p>Interposto agravo interno pelo reclamante.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Aguardando julgamento do agravo interno apresentado pelo reclamante.
i. chance de perda	Provável: R\$ 19.570,00 Possível: R\$ 79.310,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$98.880,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 19.570,00

Reclamação trabalhista nº 0010485-52.2023.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	06/04/2023
d. partes no processo	J.C.A.P. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$667.672,37
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.C.A.P. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade/periculosidade; • honorários advocatícios; • diferenças por desvio de função; • horas extras; • indenização por dano moral; • intervalo intrajornada; • multas dos artigos 467 e 477 da CLT; e • multa de 40% do FGTS. <p>Audiência inicial realizada.</p> <p>Perícia técnica concluiu pela incidência de insalubridade em grau médio nas atividades do reclamante e pela não incidência de periculosidade.</p> <p>Audiência de instrução realizada.</p> <p>Reclamante interpôs recurso ordinário.</p> <p>Reclamada opôs embargos de declaração.</p> <p>Acolhidos os embargos de declaração da Reclamada.</p> <p>Autos remetidos ao TST para apreciação do recurso de revista.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença proferida de parcial procedência para condenar ao pagamento do adicional de insalubridade em grau médio.</p> <p>Recurso ordinário interposto pelo reclamante julgado para condenar a reclamada ao pagamento da insalubridade pelo período total e desconsiderar o acordo de compensação de horas (sábados) e banco de horas e acordo de pontes.</p> <p>Embargos de declaração da Reclamada foi acolhido.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
i. chance de perda	Possível: R\$ 764.422,48 Provável: R\$ 24.389,62
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 788.812,10
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 24.389,62

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Reclamação trabalhista nº 0010580-82.2023.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	28.04.2023
d. partes no processo	P.T.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$441.782,68
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por P.T.L. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • horas extras; • equiparação salarial; e • intervalo intrajornada/interjornada; <p>Audiência de instrução realizada em 07/08/2023.</p> <p>Embargos de declaração apresentados pela Companhia, os quais foram parcialmente providos.</p> <p>Recurso ordinário interposto pelo reclamante e pela Companhia.</p> <p>Embargos de declaração opostos à decisão do recurso ordinário opostos por ambas as partes.</p> <p>Recurso de Revista interposto pela pelo reclamante.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença proferida de parcial procedência para condenar ao pagamento de horas extras.</p> <p>Recurso ordinário interposto pelo reclamante não provido e recurso ordinário interposto pela Companhia provido parcialmente para a) determinar que o intervalo interjornada violado seja remunerado com natureza indenizatória, sem reflexos, na forma do § 4º do art. 71 da CLT, aplicado por analogia; b) afastar o benefício da justiça gratuita concedido a parte autora; c) reduzir os honorários advocatícios de sucumbência, fixando-os em 5% (cinco por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença; d) condenar a reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência no importe de 5% sobre o valor do pedido julgado totalmente improcedente (equiparação salarial); e) afastar a aplicação de multa em caso de não apresentação de cálculo de liquidação e de não pagamento no prazo estipulado.</p> <p>Embargos de declaração do reclamante não providos e embargos de declaração da Companhia acolhido em parte para sanar omissão, com efeito modificativo, para afastar a indenização suplementar de 1% a partir do ajuizamento da ação, bem como corrigir erro material para retirar a palavra "intersemanais".</p> <p>Recurso de revista do reclamante admitido em parte com relação a não concessão dos benefícios da justiça gratuita.</p> <p>Dado provimento ao recurso da reclamante, concedendo os benefícios da Justiça Gratuita.</p>
h. estágio do processo	Aguardando cumprimento de sentença.
i. chance de perda	Provável: R\$ 103.000,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 103.000,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 103.000,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Reclamação trabalhista nº 0010922-98.2020.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	22/10/2020
d. partes no processo	G.P.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$68.459,50
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por G.P.S. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de periculosidade; • retificação do PPP • horas extras; e • adicional noturno. <p>Audiência de conciliação realizada.</p> <p>Perícia técnica concluiu pela não incidência de periculosidade.</p> <p>Audiência de instrução realizada.</p> <p>Reclamante interpôs recurso ordinário.</p> <p>Companhia opôs embargos de declaração.</p> <p>Interposto recurso de revista por ambas as partes.</p> <p>Interposto agravo de instrumento pelo reclamante.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença proferida de improcedência.</p> <p>Recurso ordinário julgado para condenar a reclamada ao pagamento do adicional de horas extras para os 48 minutos laborados além da 8ª hora diária e em horas extras com adicional para as destinadas ao banco de horas, com os reflexos de direito, desde que, postulado na inicial, o que será apurado em sede de liquidação de sentença, nos termos da fundamentação.</p> <p>Recurso de revista da Companhia admitido e recurso de revista do reclamante não admitido.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do agravo de instrumento interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Provável: R\$ 84.460,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 84.460,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 84.460,00

Reclamação trabalhista nº 0000704-87.2024.5.09.0004	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Curitiba
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	13/06/2024
d. partes no processo	A.Q. X OUROFINO S.A. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda.)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 229.800,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.Q. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício pelo período de representação comercial (pessoa jurídica) e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; além dos seguintes pedidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • pagamento das diferenças salariais e reflexos; • pagamento da multa do artigo 477 da CLT; • pagamento das diferenças da remuneração variável e reflexo; • pagamento das diferenças salariais decorrente de equiparação salarial; e • horas extras e reflexos. <p>Realizada a audiência inicial.</p> <p>Suspensão do processo por Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 1389.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Suspensão do processo por Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 1389.
i. chance de perda	Possível: R\$ 267.249,09
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 267.249,09
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010879-25.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/07/2024
d. partes no processo	C.H.H. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.937.092,60
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.H.H. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício (unicidade contratual com o período que prestou serviço de consultoria) e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; além dos seguintes pedidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nulidade de rescisão do contrato de trabalho; • anotação correta na CTPS; • anotação de todos os reajustes salariais da categoria; • recolhimentos previdenciários; • multa do artigo 47 e 55 da CLT; • verbas rescisórias; • depósitos de FGTS e da multa de 40%; e • multa do artigo 477 da CLT. <p>Realizadas duas audiências de tentativa de conciliação.</p> <p>Suspensão do processo por Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 1389.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Suspensão do processo por Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 1389.
i. chance de perda	Possível: R\$ 3.415.732,53
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.

k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.415.732,53
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011064-63.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/08/2024
d. partes no processo	A.A.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$292.944,35
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.A.L. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade/periculosidade; • doença do trabalho; • horas extras; • acidente típico de trabalho; • indenização por danos morais; • estabilidade acidentária; e • restabelecimento do plano de saúde. <p>Audiência inicial realizada.</p> <p>Perícia técnica concluiu pela não incidência de insalubridade/periculosidade.</p> <p>Perícia médica concluiu que houve concausa para a doença tunel do carpo.</p> <p>Sentença de total improcedência.</p> <p>Recurso ordinário apresentado pelo reclamante e contrarrazões apresentada pela reclamada.</p> <p>Dado provimento em parte ao recuso ordinário de reclamante.</p> <p>Apresentado embargos de declaração pela reclamada, mas não foram acolhidos.</p> <p>Acórdão transitado em julgados.</p> <p>Autos retomaram para cumprimento de sentença.</p> <p>Requerida a audiência de conciliação.</p> <p>Consiliação negativa.</p> <p>Aguardando o reclamante dar início à liquidação de sentença.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando o reclamante dar início à liquidação de sentença.
i. chance de perda	Provável: R\$ 18.540,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 18.540,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 18.540,00

Reclamação trabalhista nº 0010863-71.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	28/06/2024
d. partes no processo	J.R.N. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$369.475,96
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.R.N. pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • doença do trabalho; • diferença de horas extras; • nulidade da jornada 12x36; • domingos e feriados em dobro; • adicional noturno; • prorrogação e redução de horas noturnas; • lucro cessante; • pensão em caráter vitalício; • estabilidade acidentária; • depósito de FGTS; • verbas rescisórias; • multa do artigo 467 e 477 da CLT; e • restituição das contribuições confederativa e assistencial. <p>Audiência inicial realizada.</p> <p>Perícia técnica concluiu pela não incidência de insalubridade.</p> <p>Perícia médica não realizada pela ausência do reclamante.</p> <p>Interposição de recurso ordinário por ambas as partes.</p> <p>Acórdão negou provimento ao recurso do reclamante e deu parcial provimento no recurso da reclamada.</p> <p>Reclamante apresentou embargos de declaração, mas não foram acolhidos.</p> <p>Interposto recurso de revista pelo reclamante.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença profertida de parcial procedência para pagar diferenças de horas extras e seus reflexos.</p> <p>Acórdão negou provimento ao recurso ordinário do reclamante e deu parcial provimento ao recurso da reclamada.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	<p>Possível: R\$ 150.000,00</p> <p>Provável: R\$ 50.000,00</p>
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 200.000,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 50.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011079-32.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	12/08/2024
d. partes no processo	L.C.B. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$102.500,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.C.B., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • intervalo intrajornada; • diferença de horas extras e reflexos; • intervalo interjornada; • domingos e feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos; e • equiparação salarial. <p>Audiência inicial realizada.</p> <p>Perícia técnica concluiu pela não incidência de insalubridade.</p> <p>Sentença parcial procedência.</p> <p>Interposto recurso ordinário pelo reclamante e apresentadas contrarrazões e recurso ordinário adesivo pela reclamada.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recursos ordinários.
i. chance de perda	Possível: R\$ 119.203,81
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 119.203,81
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011322-73.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	04/10/2024
d. partes no processo	S.C.F.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$102.500,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por S.C.F.S., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • intervalo intrajornada; • diferença de horas extras e reflexos; • domingos e feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos. <p>Sentença de parcial procedência.</p> <p>Embargos de declaração interposto pela reclamada, mas não foram acolhidos.</p> <p>Interposto recurso ordinário pela reclamada e pelo reclamante.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>entença de parcial procedência.</p> <p>Embargos de declaração não acolhidos.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos recursos ordinários.
i. chance de perda	Possível: R\$ 119.203,87
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 119.203,87
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Reclamação trabalhista nº 0011352-11.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	15/10/2024
d. partes no processo	F.C.O. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$180.500,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.C.O., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • intervalo intrajornada; • horas extras e reflexos; • intervalo interjornada; • feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos; • doença ocupacional (danos morais, materiais e pensão); • equiparação salarial; e • sobreaviso. <p>Audiência inicial realizada. Perícia técnica realizada. Sentença de parcial procedência. Apresentados embargos de declaração pela reclamada, mas não foram acolhidos. Interposto recuso ordinário por ambas as partes.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença de parcial procedência. Embargos de declaração que não foram acolhidos.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos recursos ordinários.
i. chance de perda	Possível: R\$ 200.282,98
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 200.282,98
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011353-93.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	15/10/2024
d. partes no processo	R.O.L. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$155.300,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.O.L., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • doença ocupacional (danos morais, materiais e pensão); • intervalo intrajornada; • horas extras e reflexos; • intervalo interjornada; • feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos; • equiparação salarial; e • sobreaviso <p>Audiência inicial realizada. Perícia técnica realizada. Sentença de total improcedência. Interposto recurso ordinário pelo reclamante. Recurso ordinário teve provimento parcial. Interposto recurso de revista pelo reclamante.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença de total improcedência. Acórdão deu parcial provimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	<p>Possível: R\$ 154.500,00 Provável: R\$ 20.600,00</p>
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 175.100,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 20.600,00

Reclamação trabalhista nº 0011356-48.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	15/10/2024
d. partes no processo	C.F.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$134.900,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.F.S., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • intervalo intrajornada; • horas extras e reflexos; • intervalo interjornada; • feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos; e • sobreaviso. <p>Audiência inicial realizada. Perícia técnica realizada. Sentença de parcial procedência. Interposto recurso ordinário pelo reclamante. Acórdão deu provimento parcial ao recurso ordinário do reclamante. Reclamante interpos recurso de revista.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência. Acórdão deu provimento parcial ao recurso ordinário do reclamante.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível: R\$ 144.200,00 Provável: R\$ 8.150,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 152.350,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 8.150,00

Reclamação trabalhista nº 0011555-70.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27/11/2024
d. partes no processo	C.R.A. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 77.469,47
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.R.A., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade/periculosidade; • intervalo intrajornada; e • horas extras e reflexos;. Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial negativo para insalubridade e periculosidade. Realizada audiência de conciliação. Sentença de parcial procedência. Interposto recurso ordinário pela reclamada, mas o provimento foi negado. Autos transitaram em julgado. Aguardando início da liquidação de sentença.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência. Acórdão negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada.
h. estágio do processo	Aguardando início da liquidação de sentença.
i. chance de perda	Provável: R\$ 12.000,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 12.000,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 12.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011542-71.2024.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	25/11/2024
d. partes no processo	F.R.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$134.900,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.R.S., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • equiparação salarial; • intervalo intrajornada; • horas extras e reflexos; • intervalo interjornada; • feriados em dobro; • diferenças de verbas rescisórias; • restituições de descontos; e • sobreaviso. <p>Audiência de conciliação e instrução realizadas.</p> <p>Sentença de parcial procedência.</p> <p>Ambas as partes apresentaram embargos de declaração e recurso ordinários.</p> <p>Acórdão deu parcial provimento ao recurso ordinário da reclamada.</p> <p>O reclamante apresentou embargos de declaração.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença de parcial procedência.</p> <p>Acórdão deu provimento parcial ao recurso ordinário apresentado pela reclamada.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos embargos de declaração apresentados pelo reclamante.
i. chance de perda	<p>Possível: R\$ 135.000,00</p> <p>Provável: R\$ 15.000,00</p>
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 150.000,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 15.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011097-19.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	08/08/2025
d. partes no processo	F.A.N. X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 126.600,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.A.N., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade/periculosidade; • intervalo interjornadas; • vale alimentação e benefícios; • Diferenças de verbas rescisórias; • Multa FGTS + 40%; • Danos morais; • Multa dos Artigos 467 e 477 da CLT; • horas extras e reflexos; e • Responsabilidade Subsidiária. <p>Audiência de conciliação realizada.</p> <p>Perícia técnica realizada.</p> <p>Laudo pericial positivo para insalubridade grau médio.</p> <p>Realizada audiência de Instrução.</p> <p>Sentença de parcial procedência.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial prodência.
h. estágio do processo	Prazo para as Partes entrarem com recursos
i. chance de perda	Possível: R\$ 126.600,00

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 126.600,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011421-09.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/10/2025
d. partes no processo	J.S.R. X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 268.872,40
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.S.R., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade/periculosidade; • intervalo interjornadas; • vale alimentação e benefícios; • Diferenças de verbas rescisórias; • Multa FGTS + 40%; • Danos morais; • Multa dos Artigos 467 e 477 da CLT; • horas extras e reflexos; e • Responsabilidade Subsidiária. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial positivo para insalubridade grau médio; Realizada audiência de Instrução.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando Sentença
i. chance de perda	Possível: R\$ 268.872,40
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 268.872,40
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011512-02.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	14/10/2025
d. partes no processo	L.G. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 130.450,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.G., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • intervalo interjornada e intrajornada; • feriados e domingos em dobro; • Diferenças de verbas rescisórias; • Danos morais; e • Diferenças de horas extras e reflexos; <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada.</p>

	Laudo pericial negativo; Realizada audiência de Instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando Sentença
i. chance de perda	Possível: R\$ 130.450,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 130.450,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010127.19.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31/01/2025
d. partes no processo	A.P.V. X Sodexo do Brasil e Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.550,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por A.P.V., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • horas extras e reflexos; e • responsabilidade subsidiária. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial negativo; Realizada audiência de Instrução. Sentença de parcial procedência. Partes interpuseram recurso ordinário. Acórdão negou provimento aos recursos das reclamadas e deu provimento ao recurso da reclamante. Fase de liquidação iniciada.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença de parcial procedência. Acórdão negou provimento ao recurso ordinário das reclamadas e deu provimento ao recurso da reclamante.</p>
h. estágio do processo	Fase de liquidação da sentença.
i. chance de perda	Possível: R\$ 70.325,18
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 70.325,18
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010040-63.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	20/01/2025
d. partes no processo	D.R.G. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 148.500,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por D.G.R., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicional de insalubridade; • diferenças de horas extras e reflexos; • intervalos intrajornada e interjornada; • adicional noturno; • horas de sobreaviso; • equiparação salarial; e • restituição de descontos assistenciais. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial positivo para insalubridade em grau médio. Realizada audiência de Instrução. Sentença de parcial procedência. Partes interpuseram recurso ordinário.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento na 2ª instância.
i. chance de perda	Possível: R\$ 164.800,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 164.800,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010126-34.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	31/01/2025
d. partes no processo	F.R.R. X Sodexo do Brasil e Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 65.550,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.R.R., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • responsabilidade subsidiária; • horas extras; e • adicional de insalubridade. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial negativo para insalubridade. Realizada audiência de Instrução. Sentença de parcial procedência. Partes interpuseram recurso ordinário. Negado provimento para o recurso das reclamadas. Dado provimento para o recurso da reclamante.</p>

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência. Acórdão negou provimento ao recurso das reclamadas. Acórdão deu provimento ao recurso da reclamante.
h. estágio do processo	Fase de liquidação.
i. chance de perda	Possível: R\$ 70.325,18
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 70.325,18
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010638-17.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/05/2025
d. partes no processo	R.C.S.S.N. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.200,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por F.A.N., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nulidade do acordo de compensação de jornada e banco de horas; • diferenças de horas extras; • intervalo intrajornada; • feriados em dobro; e • diferenças de verbas rescisórias. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia técnica realizada. Laudo pericial negativo para insalubridade. Realizada audiência de Instrução. Sentença improcedente. Reclamante interpos recurso ordinário. Contrarrazões apresentada pela reclamada.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência.
h. estágio do processo	Aguardando o julgamento da 2ª instância.
i. chance de perda	Possível: R\$ 83.430,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 83.430,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010765-52.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	30/05/2025
d. partes no processo	K.C.C.C.M. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 265.500,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por K.C.C.C.M., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • horas extras; • intervalo intrajornada; • feriados em dobro; • horas sobreaviso; • verbas rescisórias; e • danos morais. <p>Audiência de conciliação realizada. Realizada audiência de Instrução. Sentença improcedente. Prazo para as partes interpirem recurso.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença improcedente.
h. estágio do processo	Prazo para as partes interpirem recurso.
i. chance de perda	Possível: R\$ 283.250,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 283.250,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011187-27.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/08/2025
d. partes no processo	E.S.V X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 217.300,00
f. fatos principais	<p>Trata-se de reclamação trabalhista movida por K.C.C.C.M., pleiteando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • horas extras; • intervalo intrajornada; • feriados em dobro; • diferenças salariais; • adicional de periculosidade e insalubridade; • adicional noturno; • diferenças salariais; e • verbas rescisórias. <p>Audiência de conciliação realizada. Perícia realizada. Laudo negativo para insalubridade, periculosidade e doença ocupacional.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução

i. chance de perda	Possível: R\$ 283.250,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 217.300,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010803-64.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04/06/2025
d. partes no processo	F.L.G X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 149.400,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por K.C.C.C.M., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> diferenças horas extras; intervalo intrajornada; feriados em dobro; diferenças salariais; diferenças adicional de insalubridade; horas sobreaviso; diferenças salariais; e verbas rescisórias. Audiência de instrução realizada. Sentença de total improcedência. Reclamante apresentou embargos de declaração que não foram providos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de total improcedência. Embargos de declaração apresentados pelo reclamante e que não foram providos.
h. estágio do processo	Prazo para as partes interpirem recurso.
i. chance de perda	Possível: R\$ 159.650,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 159.650,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011215-92.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	29/08/2025
d. partes no processo	K.M.S X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 190.000,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por K.M.S, pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> Acidente de trabalho; Dano moral; e Responsabilidade Subsidiária. Audiência de conciliação realizada. Perícia médica

g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando perícia médica
i. chance de perda	Possível: R\$ 190.000,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 190.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011087-72.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/08/2025
d. partes no processo	M.S.G X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por M.S.G., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> • Acidente de trabalho; e • Responsabilidade Subsidiária. Audiência de conciliação realizada. Aguardando audiência de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução
i. chance de perda	Possível: R\$ 50.000,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 50.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011087-72.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/08/2025
d. partes no processo	M.S.G X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 162.000,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por M.S.G., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> • Adicional de insalubridade; • Retificação do PPP; • Horas extras; • Intervalos interjornada e intervalo do art. 253 da CLT; • Despesas com limpeza de uniforme; • Danos morais; e • Responsabilidade Subsidiária. Audiência de conciliação realizada. Perícia realizada. Laudo positivo para insalubridade. Aguardando audiência de instrução.

g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução
i. chance de perda	Possível: R\$ 162.000,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 162.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011136-16.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	15/08/2025
d. partes no processo	R.E.F X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 232.200,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.E.F., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> • Doença ocupacional; • Danos morais; e • Responsabilidade Subsidiária. Audiência de conciliação realizada. Perícia realizada. Laudo negativo para doença ocupacional. Aguardando audiência de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução
i. chance de perda	Possível: R\$ 239.166,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 239.166,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010969-96.2025.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16/10/2025
d. partes no processo	R.E.F X Manserv Facilities Ltda. E Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 133.200,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.E.F., pleiteando: <ul style="list-style-type: none"> • Adicional de periculosidade/insalubridade; • Retificação do PPP; • Horas extras; • Intervalo interjornada; • Despesas com limpeza de uniforme; • Indenização por assédio moral; • Indenização por ausência de condições dignas de trabalho; e • Responsabilidade Subsidiária.

	Audiência de conciliação realizada. Perícia realizada. Laudo negativo para insalubridade. Aguardando audiência de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução
i. chance de perda	Possível: R\$ 51.500,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 51.500,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e as controladas da Companhia figuravam como ré em 11 processos cíveis judiciais e 3 processos cíveis administrativos.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos com chance de perda possível e provável era R\$1.991.548,40 e R\$10.000,00, respectivamente, dos quais R\$10.000,00 foram provisionados por se tratar de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados internos da Companhia.

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0055506-75.2019.8.19.0038	
a. juízo	3ª Vara Cível de Nova Iguaçu/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26.07.2019
d. partes no processo	Foxvet Distribuidora de Rações e Medicamentos Ltda. e Outros (Autores) e OUROFINO S.A. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda.) (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 175.000,00
f. principais fatos	<p>Em razão da rescisão do contrato verbal de distribuição exclusiva de alguns produtos veterinários da Ouro Fino na região da Baixada Fluminense e Serrana do estado do Rio de Janeiro, os autores pedem a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais, perda da carteira de clientes, e danos morais.</p> <p>Proferido despacho deferindo a produção da prova contábil requerida pelos autores, intimando o perito, Eduardo da Silva Barreto, para dizer se aceita o encargo e fazer proposta de honorários, e intimando as partes para apresentarem quesitos e assistentes técnicos em 10 dias.</p> <p>Opostos embargos de declaração pela Companhia para que sejam analisadas as preliminares arguidas em sede defensiva e, caso não acolhidas, para que seja prolatado decisão saneadora, delimitando-se os pontos controvertidos para eventual perícia contábil. Os embargos de declaração não foram acolhidos.</p> <p>Interposto agravo de instrumento pelo não acolhimento dos embargos de declaração opostos pela Companhia.</p> <p>Embargos opostos pela Companhia foram acolhidos, mas rejeitando as preliminares de contestação.</p> <p>Perito solicitou documentação para a Foxvet, contudo a empresa está com dificuldades para apresentar.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando finalização da perícia e elaboração do laudo pericial.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 175.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0902141-84.2012.8.26.0506 (Reconvenção)	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	03/03/2012
d. partes no processo	Primaiz Sementes Ltda. (Autor da Reconvenção) e OUROFINO S.A. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda.) (Ré da Reconvenção)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 316.052,04
f. principais fatos	Ação de discussão de eventuais prejuízos decorrentes de escritura pública de compra e venda de milho (atividade descontinuada da Companhia). Sentença de improcedência, com acolhimento parcial da reconvenção. Ambas as partes interpuseram recurso de apelação. Aguardando o julgamento dos recursos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de improcedência, com acolhimento parcial da reconvenção.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos recursos de apelação.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$776.029,29 (relativo à reconvenção)
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1127419-74.2023.8.26.0100	
a. juízo	2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem do Foro Central de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	13/09/2023
d. partes no processo	Zoetis Services LLC (Autor) e Ourofino S.A. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$500.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de pleito em que a autora alega a suposta violação a uma patente da autora com tutela de urgência.</p> <p>Pedidos de tutela de urgência e de dispensa de pagamento de caução feitos pela autora foram negados pelo juízo.</p> <p>Autora apresentou embargos de declaração sobre a decisão do pedido de caução, os quais foram negados pelo juízo. Foi apresentado agravo pela autora, o qual aguarda julgamento com efeito suspensivo.</p> <p>Companhia apresentou contestação.</p> <p>Autora apresentou réplica.</p> <p>Companhia apresentou tréplica.</p> <p>Autora apresentou recurso de apelação.</p> <p>Autora opôs embargos de declaração em razão da decisão do recurso de apelação.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p>Sentença julgou improcedente a ação.</p> <p>Recurso de apelação interposto pela Autora deu-se parcial provimento para, apesar de afastar o reconhecimento de litispendência, reconhecer prejudicialidade externa e, com isso, determinou-se a suspensão temporária do processo, até o <u>julgamento da demanda principal (n. 1093501-16.2022.8.26.0100)</u></p>
h. estágio do processo	Aguardando seguimento do processo pelo juízo, após especificações de provas pelas partes.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$544.985,63
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 1093501-16.2022.8.26.0100	
a. juízo	2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem do Foro Central de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	31/08/2022
d. partes no processo	Zoetis Services LLC (Autor) e Ourofino S.A. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$500.000,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de pleito em que a Autora alega a suposta violação às suas patentes.</p> <p>Juízo determinou que a Perita Judicial nomeada (Excelia Consultoria) apresente os seus honorários periciais e se manifeste sobre a impugnação à sua nomeação feita anteriormente pela Companhia.</p> <p>A Companhia opôs embargos de declaração em vista desta decisão sobre a perita.</p> <p>A autora atravessou petição rebatendo as razões dos embargos da Companhia.</p> <p>Em sede de agravo, houve a admissão de Recurso Especial da Companhia com fins a discutir a possibilidade de inserção de nossa alegação de nulidade incidental das patentes junto a essa demanda perante o Juízo Estadual.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso especial.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$565.337,96
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 1055998-04.2022.8.26.0506	
a. juízo	9ª Vara Cível de Ribeirão Preto
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12/12/2022
d. partes no processo	Vetcel Representações e Serviços M.E. (Autor) e OUROFINO S.A. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Agronegócio Ltda.) (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$236.084,61
f. principais fatos	<p>Ação para cobrança de diferença de comissões a partir de uma relação de representação comercial.</p> <p>Sentença de total improcedência.</p> <p>Autor apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando para verificar se o Autor entrará com algum recurso.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 320.923,70
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total 106.428.507,27 provisionado nos processos descritos no item 4.4 acima era de R\$ 4.969 mil. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.6. Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, tendo em vista que não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a essa seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, formalizada e devidamente aprovada pelo Conselho de Administração. Esta política tem como objetivo estabelecer diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades para o processo de Gestão de Riscos Corporativos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos do negócio.

O processo de gestão de riscos está integrado à tomada de decisão estratégica, à governança corporativa e aos processos operacionais da Companhia, em conformidade com as regulamentações aplicáveis, as melhores práticas de mercado e os princípios de sustentabilidade e perenidade do negócio.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Os objetivos da Política de Gestão de Riscos Corporativos são aprimorar a capacidade da Companhia de antecipar, gerenciar e responder aos riscos, assegurando maior previsibilidade, resiliência e suporte à tomada de decisão. Para tanto, a política estabelece diretrizes e competências que orientam a identificação, avaliação, priorização, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos do negócio, em observância às exigências regulatórias e às melhores práticas do mercado.

Adicionalmente, a política visa estruturar um modelo integrado de gestão e controle de riscos, promover uma linguagem comum sobre riscos em toda a organização e fortalecer a cultura de gestão de riscos, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e a criação de valor de forma sustentável.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos., a Companhia busca obter um nível de proteção razoável para os principais riscos aos quais está exposta, abrangendo os riscos descritos a seguir:

- Riscos corporativos: riscos que podem impactar a Companhia de forma transversal, afetando sua governança, reputação, conformidade regulatória e, conseqüentemente, a continuidade e a sustentabilidade do negócio.
- Risco estratégico: riscos decorrentes de eventos ou decisões que possam comprometer a execução da estratégia corporativa, incluindo a incapacidade de antecipar, responder ou se adaptar a mudanças no ambiente interno ou externo que afetem o alcance dos objetivos estratégicos.
- Riscos financeiros: riscos relacionados às variações cambiais, flutuação das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, capazes de impactar a posição financeira, os resultados e o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) Risco operacional: riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, bem como aqueles decorrentes de erros humanos, falhas tecnológicas, insuficiência ou ausência de treinamentos, que possam afetar a eficiência operacional e o cumprimento dos objetivos do negócio.

(iii) instrumentos utilizados para proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos e da Política de Gestão de Riscos Financeiros e em linha com nosso processo de Gestão de Riscos, uma vez identificados, os riscos devem ser analisados e classificados por natureza, categoria e origem dos eventos (internos ou externos) e ter seu tratamento definido. Caso necessário, serão implementados planos de ação, com a indicação dos responsáveis por cada risco e posterior implementação de planos monitoramento específico para mitigar os respectivos riscos.

Para proteção dos riscos de variações cambiais, quando necessário, são utilizadas operações de derivativos, substancialmente “swaps” e NDFs (“*non deliverable forward*”).

Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo por meio do resultado e são contratados para troca de fluxos de caixas que podem ser, por exemplo, encargos pré-fixados, em moeda local ou estrangeira, de empréstimos e financiamentos, para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

As NDFs são classificadas como derivativos de valor justo por meio do resultado e são contratadas para mitigar exposições cambiais ativas ou passivas que a Companhia venha a incorrer.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia realiza a gestão de seus riscos de mercado em conformidade com suas políticas relacionadas, adotando instrumentos e práticas destinados a mitigar exposições que possam afetar sua posição financeira e seus resultados.

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente NDFs (Non Deliverable Forwards), classificados contabilmente como derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado. Esses instrumentos são contratados com o objetivo de mitigar exposições cambiais ativas ou passivas decorrentes das operações da Companhia, não sendo utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contratado instrumentos de NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de sua exposição cambial.

(iv) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, o gerenciamento de riscos da Companhia é conduzido de forma integrada e estruturada, envolvendo o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna (GRC&AI) e os colaboradores responsáveis pelos riscos identificados, de acordo com suas respectivas atribuições.

As principais responsabilidades de cada instância estão assim definidas:

- Conselho de Administração: responsável por (i) Aprovar a Política de Gestão de Riscos; (ii) Compreender e avaliar o mapa de riscos; (iii) Avaliar periodicamente os riscos reportados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e acompanhar as ações de Gestão de Riscos; e (iv) Aprovar o grau de exposição ao risco aceitável da Companhia, quando aplicável.
- Comitê de Auditoria Estatutário: responsável por (i) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e solicitar adequações, quando necessário; (ii) Recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da Exposição ao Risco da Companhia, solicitando ajustes, quando aplicável; (iii) Acompanhar os principais Riscos da Companhia, com base nos reportes trimestrais realizados pela área de GRC&AI, e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (iv) Efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre o gerenciamento dos riscos; e (v) Acompanhar e deliberar sobre as mudanças na avaliação de criticidade dos riscos.
- Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna: responsável por (i) Estabelecer e difundir a metodologia de gerenciamento de riscos da Ourofino. (ii) acompanhar e reportar as mudanças na criticidade dos riscos; (iii) assessorar e monitorar os planos de ação para os riscos; e (iv) coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos da Companhia;
- Colaboradores: responsáveis por: (i) implantar ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta deliberado pelo Conselho de administração para a mitigação dos riscos; (ii) realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto; e (iii) efetuar a revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que a estrutura operacional e organizacional adotada para a gestão de riscos é adequada e garante a efetividade da Política de Gestão de Riscos, uma vez que se dá por meio de um processo integrado e simultaneamente independente entre as áreas envolvidas, com a adoção de uma metodologia formal e linguagem comum, observando um padrão de políticas e procedimentos alinhados às boas práticas do mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão, as quais consideram sua estrutura de controles internos e melhores práticas de governança corporativa.

A Diretoria é o principal órgão responsável pelo estabelecimento, implementação e manutenção dos controles internos da Companhia, com o objetivo de assegurar, com razoável grau de segurança, a eficiência e a eficácia das operações, o cumprimento das leis, regulamentos e normas aplicáveis, bem como a confiabilidade e a fidedignidade das informações financeiras e contábeis.

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e o Conselho Fiscal exercem papel relevante de supervisão e fiscalização, contribuindo para a avaliação da adequação da estrutura de controles internos e para o fortalecimento do ambiente de controle da Companhia.

Atualmente, a Companhia conta com as seguintes principais práticas relacionadas ao ambiente de controle interno:

- Código de Conduta, devidamente adequado aos requerimentos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e à sua regulamentação;
- Código de Conduta de Fornecedores;
- Realização do treinamento anual do nosso Código de Conduta para todos os colaboradores, administradores e órgãos de governança;
- Canal de Denúncias operado por empresa terceirizada e independente, disponível 24 horas, em português, espanhol e inglês;
- Comitê de Ética, responsável pela apuração e tratamento das denúncias e violações às normas internas;
- Departamento de Governança, Riscos e Conformidade (desde maio de 2019);
- Departamento de Auditoria Interna (desde janeiro de 2008);
- Auditoria Externa realizada por empresa padrão "Big 4";
- Políticas corporativas, incluindo, entre outras: Política Anticorrupção e Antissuborno, Política para Prevenção de Conflitos de Interesses, Política de Interação com Entidades do Setor Público e Política de Patrocínios e Doações;
- Revisão periódica dos regimentos do Comitê de Ética e do Comitê de Auditoria Estatutário.
- Adesão ao Movimento Transparência 100%, primeira iniciativa nacional voltada à promoção da transparência corporativa, liderada pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU;
- Certificação do Programa de Compliance por órgãos externos como Mapa (Selo Mais Integridade) e CGU (Pró Ética).

Destacam-se como ações mais recentes de aprimoramento da estrutura de controles internos:

- Atualização periódica das matrizes de riscos estratégicos e de compliance, conforme

melhores práticas de mercado;

- Realização dos treinamentos anuais obrigatórios: Código de Conduta, Assédio Sexual e Prevenção de Conflitos de Interesses, abrangendo colaboradores, administradores e órgãos de governança;
- Acompanhamento periódico de nosso Dashboard de Compliance, pelo Comitê de Ética, para monitoramento e identificação tempestiva de eventuais situações de não conformidade quanto às nossas políticas, normas internas e legislações aplicáveis.
- Aprimoramento do processo de gestão de fornecedores, com a implementação de matriz para avaliação e classificação de riscos, conectada aos temas materiais e aspectos de ESG. Realização de comunicações mensais para reforço das diretrizes de nosso Código de Conduta.
- Utilização de ferramenta de análise de dados, para obtenção de informações sobre o desempenho dos processos internos da Companhia, como parte do cronograma de auditoria interna (auditoria e monitoramento contínuo);
- Campanha de comunicação interna para conscientização e incentivo ao uso do Canal de Denúncias e proteção aos denunciantes de boa-fé.

A Diretoria entende que o atual processo de controles internos da Companhia é satisfatório para garantir os objetivos propostos, inclusive o de fidedignidade de suas demonstrações financeiras

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria Executiva

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são, juntamente com os demais gestores da Companhia, os principais responsáveis pelo estabelecimento de controles internos compatíveis e adequados aos níveis de riscos verificados nos processos de negócio e de apoio da Companhia.

Conselho de Administração

Dentre outras importantes atividades previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (ii) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; e (vi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, constituído de acordo com o estatuto social da Companhia e com o disposto na Resolução CVM nº 23/2021, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; (v) supervisionar o programa de integridade da companhia; e (vi) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar

necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências

5.2 Descrição dos controles internos

necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna

A área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna da companhia é composta por seis colaboradores e um gerente, que se reportam tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, sendo responsável, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. É responsável também pela condução do Programa de Compliance e pela gestão do Canal de Denúncia, assim como por análises e investigações que se façam necessárias. Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, quando necessário.

Comitê de Ética

Composto pela liderança das áreas de recursos humanos, jurídico e GRC, tendo por principal responsabilidade o esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A responsabilidade primária pela eficiência do sistema de controles internos da Companhia é atribuída ao Diretor Presidente, a quem compete assegurar a existência, a manutenção e o adequado funcionamento dos controles internos, com foco na confiabilidade das informações, na conformidade regulatória e na eficiência operacional.

A supervisão desse ambiente de controles é exercida pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho Fiscal, os quais se baseiam em informações, análises e reportes periódicos fornecidos pelos gestores das áreas, pela Auditoria Interna e pelos auditores externos independentes.

A Auditoria Interna reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados de seus trabalhos, incluindo avaliações sobre a adequação e a efetividade dos controles internos, bem como eventuais recomendações de melhoria. O reporte ao Conselho Fiscal é realizado de forma pontual, sempre que demandado por esse órgão.

Os gestores das áreas submetidas às auditorias internas e externas, quando identificadas oportunidades de melhoria ou deficiências de controles, são responsáveis pela elaboração e implementação de planos de ação corretivos, destinados ao aprimoramento dos processos e controles sob sua responsabilidade. O status de implementação desses planos de ação é acompanhado periodicamente pela Auditoria Interna, que reporta sua evolução à Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, contribuindo para o monitoramento contínuo da efetividade do ambiente de controles internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Foi emitido o relatório circunstanciado em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e não foram reportadas quaisquer deficiências significativas pelos auditores independentes.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O relatório em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi emitido e não foram documentadas deficiências significativas.

5.3 Programa de integridade

(a) **regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

A Companhia adota uma abordagem estruturada voltada à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos, inclusive aqueles praticados contra a administração pública ou privada, por meio de um conjunto integrado de políticas, normas e instrumentos internos. Dentre esses instrumentos destacam-se a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política Anticorrupção e Antissuborno e o Código de Conduta, os quais estão amplamente divulgados e podem ser acessados nos seguintes canais:

(i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); e (iii) sistema de controles internos.

Conforme descrito no item 5.2 deste Formulário de Referência, nosso sistema de controles internos é composto pelo (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncias; (iii) Departamentos de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna; (iv) Auditoria Externa, realizada por empresa padrão "Big 4"; (v) Política Anticorrupção e Antissuborno; (vi) Política Para Prevenção de Conflito de Interesses; (vii) Política de Doações; (viii) Norma de Reembolso de Despesas; e (ix) Norma de Viagens Corporativas.

(i) **principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados são:

- Auditoria interna. A Companhia mantém uma função de Auditoria Interna estruturada, cujos trabalhos de campo são executados por uma equipe composta por 6 auditores e um gerente. As atividades têm como objetivo avaliar os processos de negócio e de apoio, seus respectivos riscos e controles internos, analisando tanto a adequação do desenho desses controles quanto sua efetividade ao longo do tempo, à luz das políticas corporativas, das leis e das regulamentações aplicáveis. A Auditoria Interna reporta os resultados de seus trabalhos ao Diretor Presidente, bem como ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, conforme a natureza e a criticidade dos temas avaliados.
- Partes Relacionadas. Os mecanismos e procedimentos de integridade para transações com partes relacionadas estão devidamente dispostos na Política de Transações com Partes Relacionadas. Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, ver item 11.1 deste Formulário de Referência; e
- Política Anticorrupção e Antissuborno. A Companhia possui a sua Política Anticorrupção e Antissuborno devidamente aprovada e atualizada (quando necessário) pelo Conselho de Administração, visando estabelecer e consolidar os padrões e regras internas que assegurem as práticas preventivas de combate à corrupção empresarial, conforme diretrizes da Lei Anticorrupção Brasileira e melhores práticas de mercado.

Política para Prevenção de Conflitos de Interesse. A Companhia mantém uma **Política para Prevenção de Conflitos de Interesses**, aprovada e atualizada pelo Conselho de Administração, que institui diretrizes e procedimentos para a **prevenção, identificação, declaração, avaliação e tratamento** de situações que possam configurar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes.

- Contratação de serviços. A Companhia insere em seus contratos e nos seus Termos e Condições de Fornecimento a adesão dos contratados e fornecedores aos termos do Código de Conduta de Fornecedores, além das cláusulas Anticorrupção e cláusulas de adequação a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A Companhia realiza a reavaliação periódica de seus riscos e promove a atualização de suas políticas, normas e procedimentos sempre que necessário, considerando demandas das estruturas organizacionais envolvidas, mudanças relevantes em seu ambiente interno ou externo, bem como alterações na legislação e/ou regulamentação aplicáveis.

A Companhia possui uma Política para Contratações com Órgãos da Administração Pública Nacional e/ou Estrangeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece orientações claras sobre a conduta esperada dos colaboradores da Companhia nos processos de contratação com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira, para fornecimento de bens e/ou serviços pela Companhia, garantindo que tais contratações sejam pautadas pelos princípios éticos, morais e de respeito às leis que norteiam as atividades da Companhia desde a sua fundação.

(ii) **a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

O Comitê de Auditoria Estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (iv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

O Comitê de Ética, composto por lideranças das áreas de Recursos Humanos, Jurídico e de Governança, O Comitê de Ética, composto por lideranças das áreas de Recursos Humanos, Jurídico e de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, é responsável pela análise e deliberação dos relatos recebidos pelo Canal de Denúncias, bem como pelo acompanhamento do cumprimento e da correta aplicação do Código de Conduta da Companhia e das políticas correlatas.

Auditoria interna.

A Companhia mantém uma função de Auditoria Interna estruturada, responsável por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, incluindo a análise da adequação do desenho dos controles e de sua efetividade ao longo do tempo, em conformidade com as políticas corporativas, as leis e as regulamentações aplicáveis.

A Auditoria Interna está subordinada ao Comitê de Auditoria Estatutário, a quem reporta os resultados de seus trabalhos, realizando também reportes ao Diretor Presidente, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, conforme a natureza e a criticidade dos temas avaliados.

5.3 Programa de integridade

(i) código de ética ou de conduta

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado e atualizado pelo Conselho de Administração, o qual pode ser acessado nos websites da Companhia (ri.ourofino.com e <https://ourofino.com/praticas-de-integridade/>) e da CVM (gov.br/cvm).

As disposições do Código de Conduta se aplicam a todos os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, representantes comerciais, distribuidores, contratados, subcontratados e quaisquer outros fornecedores ou adquirentes de bens ou serviços da Companhia, suas controladas e subsidiárias (em conjunto, “Colaboradores”) e clientes, órgãos e funcionários públicos, imprensa, meio-ambiente e comunidade, dentre outros.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia realiza treinamentos obrigatórios durante a integração e treinamentos periódicos anuais sobre o Código de Conduta e as demais normas relacionadas ao tema, abrangendo colaboradores, administradores e membros dos órgãos de governança, com o objetivo de assegurar o conhecimento, a disseminação e o cumprimento dos princípios éticos e das diretrizes internas.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta estabelece que qualquer violação às suas disposições ou às demais normas internas sujeitará o infrator à aplicação de medidas disciplinares proporcionais à gravidade da conduta, que podem incluir advertência, suspensão temporária ou desligamento, inclusive por justa causa. O Código prevê, ainda, a aplicação de multas e outras penalidades nos casos de descumprimento das normas de defesa da concorrência, conforme a legislação aplicável.

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias Ourofino é operado, desde setembro de 2019, por empresa terceirizada especializada e independente e encontra-se sob a responsabilidade da área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, estando disponível ao público interno e externo, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em português, espanhol e inglês, por meio do telefone 0800 517 0045 (Brasil), do site www.contatoseguro.com.br/ourofinosaudeanimal ou do aplicativo “Contato Seguro”. Os relatos são recebidos pelo Comitê de Ética, responsável pela avaliação inicial e pelo encaminhamento das apurações e investigações, quando aplicável, com o apoio da Auditoria Interna, sendo o acesso à plataforma eletrônica restrito a essas instâncias, de modo a assegurar a confidencialidade das informações e a preservação do anonimato dos denunciadores de boa-fé.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia assegura o anonimato e a proteção aos denunciante de boa-fé, garantindo que os relatos possam ser realizados de forma confidencial ou anônima, sem risco de retaliação, discriminação ou prejuízo de qualquer natureza. Todos os relatos recebidos são tratados com sigilo, imparcialidade e independência, sendo vedada qualquer forma de represália contra colaboradores ou terceiros que, de boa-fé, utilizem o Canal de Denúncias para reportar eventuais irregularidades, em conformidade com o Código de Conduta e as políticas internas da Companhia.

Estrutura de apuração e responsabilidades

Área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna (GRC & Auditoria Interna):

É responsável pela gestão do Canal de Denúncias, pela condução das apurações relacionadas a fraude, corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, assédio moral ou sexual e demais desvios de conduta, assegurando imparcialidade, confidencialidade e rigor técnico. Também realiza o monitoramento dos planos de ação e reporta os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Comitê de Ética:

Atua no recebimento, avaliação preliminar e direcionamento dos relatos, além de deliberar sobre casos sensíveis, zelar pela aplicação das diretrizes éticas e recomendar medidas corretivas ou disciplinares, quando cabível.

Auditoria Interna:

Possui acesso livre e irrestrito às informações, registros, sistemas e pessoas relevantes para a apuração das denúncias, conforme previsto no Regimento de Auditoria Interna, assegurando a adequada formalização, documentação e integridade do processo investigativo.

Casos envolvendo membros da Alta Administração ou Órgãos Diretivos seguem fluxo diferenciado e independente, com encaminhamento ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário ou membros independentes, conforme a instância envolvida.

Certificações e boas práticas internacionais

A Companhia não possui certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Entretanto, adota práticas e controles internos alinhados aos princípios e requisitos dessa norma internacional, especialmente no que se refere à independência e imparcialidade na apuração, à confidencialidade das informações, ao tratamento adequado das denúncias e ao reporte estruturado à Alta Administração.

Adicionalmente, a Companhia possui certificações externas reconhecidas, incluindo o Selo Mais Integridade e o Pró-Ética, que refletem o comprometimento com elevados padrões de integridade, ética e governança corporativa.

Mecanismos de proteção ao anonimato

O Canal de Denúncias é terceirizado e operado por empresa especializada, estando disponível 24 horas por dia por meio de site, telefone gratuito, e-mail e aplicativo. O sistema permite o registro de denúncias de forma anônima, assegurando que:

- não haja exigência de identificação do denunciante;
- o acesso às informações seja restrito às pessoas estritamente necessárias à apuração;
- sejam adotados controles tecnológicos voltados à confidencialidade e à proteção dos dados.

O modelo de operação do canal contempla práticas de segurança da informação, inclusive

mecanismos para evitar a rastreabilidade do IP ou do número de telefone do denunciante, conforme aplicável, em linha com a Política Corporativa de Segurança da Informação e com a legislação de proteção de dados.

Proteção contra retaliação e feedback ao denunciante

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação, discriminação, intimidação ou prejuízo contra denunciantes, vítimas ou testemunhas que atuem de boa-fé, sendo tais práticas passíveis de medidas disciplinares. Essa proteção se estende inclusive após a conclusão da apuração.

Após o registro da denúncia, o denunciante recebe um número de protocolo e código de acesso, que possibilitam o acompanhamento do andamento e o recebimento de comunicações e solicitações de esclarecimentos, preservado o anonimato quando aplicável.

Fluxo do processo de denúncias (boa prática de governança)

A Companhia adota fluxo estruturado para o tratamento das denúncias, compreendendo as seguintes etapas:

1. Recebimento da denúncia por canal terceirizado e seguro;
2. Análise preliminar e classificação pelo Comitê de Ética;
3. Apuração/investigação conduzida pela área de GRC & Auditoria Interna;
4. Conclusão, definição de medidas corretivas e/ou disciplinares;
5. Reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário e monitoramento dos planos de ação;
6. Feedback ao denunciante, quando aplicável, por meio do sistema.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O departamento de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna é o órgão responsável pelas apurações das denúncias recebidas.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

Para garantir a transparência nas relações internas e externas e possibilitar que seus colaboradores e públicos de relacionamento apresentem preocupações relativas à conduta empresarial da organização, de seus colaboradores ou demais parceiros comerciais, a Companhia conta com um Canal de Denúncias terceirizado e independente, que está disponível para recebimento de denúncias todos os dias, 24 horas por dia, em português, espanhol e inglês.

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia assegura o anonimato e a proteção aos denunciantes de boa-fé, garantindo que os relatos possam ser realizados de forma confidencial ou anônima, sem risco de retaliação, discriminação ou prejuízo de qualquer natureza. Todos os relatos recebidos são tratados com sigilo, imparcialidade e independência, sendo vedada qualquer forma de represália contra colaboradores ou terceiros que, de boa-fé, utilizem o Canal de Denúncias para reportar eventuais irregularidades, em conformidade com o Código de Conduta e as políticas internas da Companhia.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Toda denúncia é recebida pelo Comitê de Ética, órgão formado pela liderança das áreas de RH, Jurídico e GRCCAI (Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna). O comitê de ética

realiza a análise e discussão de cada caso relatado, e encaminha o processo de investigação, quando aplicável, para a área de Auditoria Interna, que é o órgão independente responsável pela apuração das denúncias com reporte periódico ao Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

5.3 Programa de integridade

- (c) **número de casos confirmados nos últimos três exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados pela Companhia quaisquer desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- (d) **caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Jardel Massari					
263.940.816-04	Brasil	Sim	Sim	04/07/2019	
Não					
14.866.135,00	27,556	0	0,000	15.514.585	27,556
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	14.866.135,00	27,556	27,556	27,556	
Mitsui & Co., Ltd					
05.466.338/0001-57	Brasil	Não	Não	26/10/2022	
Não	Mitsui & Co., Ltd		Jurídica	05.466.338/0001-57	
15.881.067	29,437	0	0,000	15.881.067	29,437
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	15.881.067	29,437	29,437	29,437	
Norival Bonamichi					
263.572.166-15	Brasil	Sim	Sim	23/02/2021	
Não					
15.087.288	27,965	0	0,000	15.087.288	27,965
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	15.087.288	27,965	27,965	27,965	
JAMAC Administração e Participações Ltda.					
09.109.234/0001-46	Brasil	Sim	Sim	04/07/2019	
Não			Jurídica		
648.450,00	1,202	0	0	648.450,00	1,202
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	648.450,00	1,202	1,202	1,202	

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
181.400	0,336	0	0,000	181.400	0,336	
OUTROS						
7.284.666,00	13,503	0	0,000	7.284.666,00	13,503	
TOTAL						
53.949.006	100,000	0	0,000	53.949.006	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	16/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	3.377
Quantidade acionistas pessoa jurídica	60
Quantidade investidores institucionais	33

Ações em Circulação

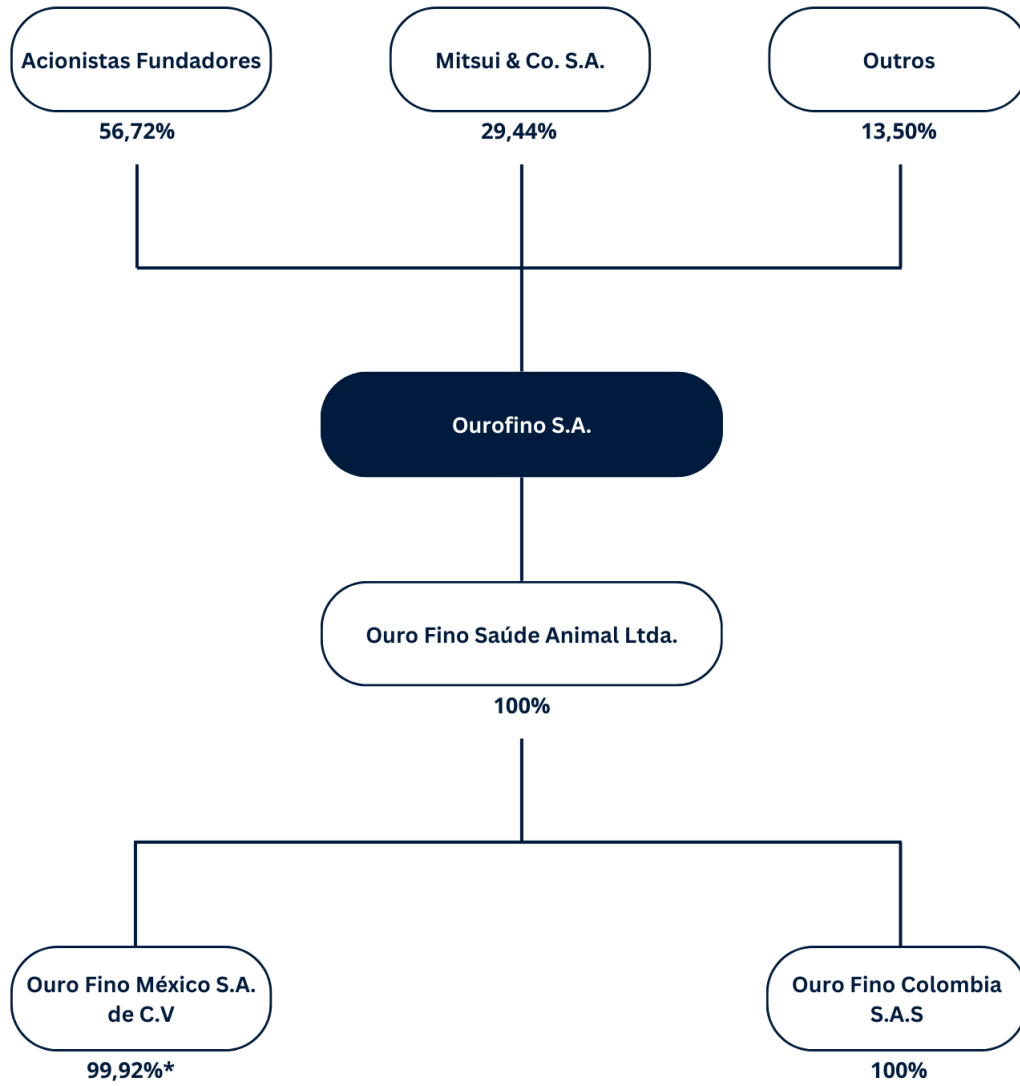
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	23.165.733	42,940%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	23.165.733	42,940%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emissor (%)
Ouro Fino Colombia S.A.S.	00.000.000/0000-00	100
Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable	00.000.000/0000-00	99,92
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



* Ouro Fino México S.A. de CV. a participação remanescente de 0,09%, ou seja, que não é propriedade Ouro Fino Saúde Animal Ltda. É de propriedade, em partes iguais de 0,045%, entre os sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari.

** 181.400 ações em tesouraria que representam 0,34%

6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota a Política Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“Política de Indicação”), que institui determinados critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária deverá observar o disposto na Política de Indicação, no estatuto social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpram-se, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

A Política de Indicação pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ourofino S.A., Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) nos websites da Companhia (ri.ourofino.com); da CVM (gov.br/cvm); e da B3 (www.b3.com.br).

Em observância ao disposto no artigo 5º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, a Companhia reconhece a relevância dos critérios ASG na composição de sua administração, especialmente quanto à complementariedade de experiências e à promoção da diversidade de gênero, orientação sexual, cor ou raça, faixa etária e inclusão de pessoas com deficiência. No momento, tais critérios ainda não estão formalmente previstos no estatuto social da Companhia. Contudo, a Companhia já adota, de forma prática, procedimentos que buscam promover a diversidade e a complementariedade em seus processos de indicação, ainda que não estejam formalizados. [Nota: avaliar texto, tendo em vista o Regulamento de Emissora da B3.]

(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizado anualmente pela Companhia.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações são realizadas pelos membros de cada órgão, por meio de formulários eletrônicos com questões fechadas e abertas, considerando o colegiado, autoavaliação e avaliação entre

pares. Após a apuração dos dados dos relatórios, há uma devolutiva estruturada ao Conselho de Administração e os planos de ação de melhorias são discutidos no Comitê de Recursos Humanos e implementados pela Diretoria.

(iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizado com recursos internos, no entanto, a Companhia periodicamente avalia a possibilidade de aprimoramento do processo com consultores e assessores externos.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

O Conselho de Administração aprovou uma Política para Prevenção de Conflitos de Interesse, que institui diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. Esta Política visa ainda promover medidas razoáveis para zelar pela transparência e independência nas relações estabelecidas, bem como permitir a gestão eficaz de conflitos de interesses, efetivos ou potenciais, que possam surgir, e suas possíveis consequências.

Adicionalmente, a Companhia entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

A Política para Prevenção de Conflitos de Interesse pode ser acessada nos seguintes endereços:

(i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ourofino S.A., Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) no website da Companhia (ri.ourofino.com).

(d) descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável, visto que a Companhia ainda não faz o controle ou tem indicadores além dos demonstrados no item 7.1D (sistêmico) deste Formulário de Referência.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Não aplicável, visto que a Companhia não aplica objetivos específicos com relação à diversidade aos órgãos da administração.

A Companhia reconhece a importância e a necessidade de promover a diversidade e a inclusão em sua governança, conforme as diretrizes previstas para as companhias abertas. Em atendimento ao previsto no artigo 3º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, a Companhia informa que tem envidado seus melhores esforços para que a composição de sua administração seja cada dia mais diversa. Temas de diversidade já são levados à discussão do Conselho de Administração de forma constante. O próximo passo a ser realizado é a análise do planejamento estratégico de diversidade pelo Conselho de Administração, o qual se encontra em aprimoramento, onde teremos a oportunidade de aprofundar temas envolvendo principalmente raça e etnia, inclusive em relação à composição de nosso Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Embora a Companhia não possua normativos de governança exclusivamente direcionados à assuntos climáticos, a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima ocorre em conjunto com os demais assuntos estratégicos monitorados pela administração. Para informações acerca da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia,

veja o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Especificamente em relação a oportunidades de investimento pela Companhia em projetos relacionados ao clima, compete à Diretoria apresentar anualmente um orçamento de investimentos a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração aprovar investimentos de capital que não constem do orçamento anual da Companhia cujo valor extrapole o valor de materialidade anualmente definido pelo Conselho de Administração, nos termos do estatuto social da Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 15	0	15	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	3	0
TOTAL = 15	0	0	0	0	0	15	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0			

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- **órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam**

A Companhia possui os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Recursos Humanos e o Comitê Estratégico de Inovação para Produtos.

Comitê de Recursos Humanos

Compete ao Comitê de Recursos Humanos assessorar o Conselho de Administração em determinados assuntos dentro os quais estão previstos em seu regimento interno: (i) analisar e recomendar ações sobre políticas, estruturas e práticas de recursos humanos da Companhia, à luz das melhores práticas adotadas por empresas nacionais e internacionais, bem como das estratégias, oportunidades e riscos a que a Companhia está exposta nesse sentido; (ii) recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores; (iii) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, incluindo o programa de opção de compra de ações para os beneficiários da Companhia; e (iv) debater e propor critérios para a avaliação do desempenho dos diretores da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo disposto nos artigos 31-BA a 31-F da Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (vii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

O CAE possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2025, conforme alterado.

O regimento interno do CAE atualizado pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ourofino S.A., Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.ourofino.com).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Comitê Estratégico de Inovação para Produtos

Compete ao Comitê Estratégico de Inovação Para Produtos assessorar o Conselho de Administração nos assuntos abaixo, dentro outros previstos em seu regimento interno: (i) analisar iniciativas relacionadas à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica, nas áreas de saúde animal e medicamentos veterinários farmacológicos e biológicos, além da área industrial e de plataformas tecnológicas para P&D; (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e à diretoria estatutária e acompanhar a implantação de políticas, estratégias e ações que se relacionem à pesquisa e inovação no âmbito da Companhia, bem como acompanhar a evolução dos principais projetos de desenvolvimento/prospecção de produtos; e (iii) avaliar a proposta orçamentária plurianual relacionada a pesquisa, desenvolvimento e prospecção de produtos da Companhia.

Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna tem por objetivo aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliações, assessoria e conhecimento objetivos baseados em risco. O departamento auxilia a Companhia a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

A Auditoria Interna deverá atuar em linha aos elementos mandatórios do International Professional Practices Framework do The Institute of Internal Auditors, incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a profissão.

A Auditoria Interna reporta funcionalmente ao CAE e administrativamente ao Diretor Presidente. O escopo das atividades de Auditoria Interna engloba, mas não se limita a análises objetivas de evidências, com o propósito de oferecer avaliações independentes ao CAE, à administração e as demais partes interessadas sobre a adequação e eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia, como por exemplo:

- os riscos relativos ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia estão devidamente identificados e geridos;
- as ações dos executivos, diretores, funcionários e terceirizados da Companhia estão em conformidade com as políticas, procedimentos e leis, regulamentos e normas de governança aplicáveis à Companhia;
- os resultados das operações ou programas são consistentes com as metas e objetivos estabelecidos;
- os processos e sistemas estabelecidos permitem a conformidade com as políticas, procedimentos, leis e regulamentos que poderiam impactar significativamente a Companhia; e
- as informações e os meios usados para identificar, mensurar, analisar, classificar e reportar tais informações são confiáveis e têm integridade.

A auditoria interna possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2019 e atualizado em março de 2022.

- **avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração**

O CAE, como comitê de assessoramento do Conselho de Administração, supervisiona as atividades dos auditores independentes, acompanha seus trabalhos e aprova o plano de trabalho

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

desta, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Assim, cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerada a manifestação do CAE.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Contratação de Serviços Extra-Auditoria, a qual tem por objetivo orientar e auxiliar a Companhia e suas controladas quanto à contratação de serviços extra-auditoria, tendo em vista a necessidade de: (i) evitar situações que possam comprometer a independência ou colocar em risco a objetividade requerida dos serviços prestados pelos auditores externos independentes; e (ii) estabelecer padrões mínimos para a contratação de serviços extra-auditoria, observada a legislação aplicável.

- **canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração**

Embora a Companhia não possua um canal especificamente instituído para que o reporte de questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração, a Companhia possui o canal de denúncias Ourofino (“**Canal de Denúncias**”), disponível para o recebimento de denúncias de terceiros e colaboradores, inclusive relativas a temas e práticas ASG e de conformidade. Para mais informações acerca do Canal de Denúncias, veja o item 5.3(b) deste Formulário de Referência.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome Anselmo José Buosi **CPF:** 048.744.858-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 11/04/1964

Experiência Profissional: Nascido em 1964, empresário graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Economia de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, técnico em Contabilista, Corretor de Seguros todos os ramos, Corretor de Imóveis e Consultor Financeiro, com Certificação Anbima CPA-20®, para Investimentos Financeiros. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa Ouro Fino Química desde 2018, trabalhou por mais de 25 anos na área bancária, nos segmentos Corporate, Middle Market, Personal Banking e Private Banking, nos Grupos BankBoston, HSBC Bank e Royal Bank of Canada, respectivamente americano, inglês e canadense. Desde 2012 atua como Sócio Diretor na Corretora BPA Seguros, Seguros todos os ramos, focando benefícios, Previdência Privada e sucessão empresarial e familiar. O Sr. Anselmo José Buosi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Anselmo José Buosi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	13/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome César Augusto Campezo Neto **CPF:** 980.271.158-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contabilista **Data de Nascimento:** 12/01/1959

Experiência Profissional: Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011. O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. César Augusto Campezo Neto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	31/07/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HIROSHI KAKIO **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** TZ1358423 **Nacionalidade:** Japão **Profis são:** Comerciante **Data de Nascimento:** 29/11/1975

Experiência Profissional: Nascido em 1975, formou-se na Universidade de Kansai em 1998 e iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd. Durante o período entre 1998 e 2015, ocupou vários cargos na Mitsui, incluindo contabilidade, exportação de materiais semicondutores, desenvolvimento de negócios e projetos de fusões e aquisições no setor químico e de energia renovável etc. Em dezembro de 2015, foi destacado para a subsidiária Novus International, Inc.(St. Louis/MO, EUA), uma empresa de nutrição animal, como vice-presidente de planejamento, onde passou seis anos de seu mandato. Desde outubro de 2023, ocupa o cargo de Gerente Geral do 1º Departamento de Soluções para Animais, Divisão NutriScience. O Sr. Kakio não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Hiroshi Kakio qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		16/04/2026	Não	10/01/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Jardel Massari **CPF:** 263.940.816-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 04/04/1957

Experiência Profissional: Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agronômico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985. O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Presidente do Conselho de Administração		16/04/2026	Sim	31/07/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome José Paulo Marques Netto **CPF:** 528.788.308-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 22/10/1949

Experiência Profissional: Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geografic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile. O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Paulo Marques Netto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	29/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Kleber Cesar Silveira Gomes **CPF:** 196.455.998-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 23/10/1974

Experiência Profissional: Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PricewaterhouseCoopers, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio. O Sr. Kleber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Kleber declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/03/2026	3 anos	Diretor Presidente / Superintendente		18/03/2026	Sim	01/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Luiz Antônio Santos Baptista **CPF:** 467.551.367-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 07/06/1956

Experiência Profissional: Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal d Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química. O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. O Sr. Luiz Antonio Santos Baptista qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		16/04/2026	Sim	21/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Marcelo da Silva **CPF:** 285.018.648-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 10/02/1979

Experiência Profissional: Nascido em 1979, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, com pós graduação em Especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Fez carreira na área de controladoria e finanças tendo trabalhado anteriormente nas empresas UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto) e Autovias S/A (a época empresa do Grupo OHL Concesiones). Na Ourofino há mais de uma década, ocupou os cargos de Gerente de Projetos Financeiros, Gerente de Controladoria, Controller, e segue como Diretor Financeiro & RI. O Sr. Marcelo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcelo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM n° 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/03/2026	3 anos	Diretor de Relações com Investidores		18/03/2026	Sim	01/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Márcio Guedes Pereira Júnior **CPF:** 050.958.058-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 25/10/1961

Experiência Profissional: Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. O Sr. Márcio Guedes Pereira Junior qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		16/04/2026	Sim	25/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Marcos Yassushi Okada **CPF:** 119.816.518-96 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 12/11/1974

Experiência Profissional: Nascido em 1974, graduou-se bacharel em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Iniciou e fez carreira por 23 anos dentro da empresa Ernest & Young (EY), desses 23 atuou por 8 anos como sócio líder dentro do Japan Business Service para Brasil e América do Sul, uma rede dentro da EY Global de apoio a empresas japonesas, coordenando projetos envolvendo empresas internacionais do segmento de indústria. O Sr. Okada não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		16/04/2026	Não	14/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Norival Bonamichi **CPF:** 263.572.166-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/02/1955

Experiência Profissional: Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979. O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Vice Presidente Cons. de Administração		16/04/2026	Sim	31/07/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Paulo César Lima **CPF:** 099.601.838-74 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 19/08/1968

Experiência Profissional: Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfertil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011. O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Paulo Cesar Lima declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	13/10/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Sandro Ferreira Rodrigues da Silva **CPF:** 158.314.968-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/04/1973

Experiência Profissional: Nascido em 1973, graduou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1996 e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP) em 1998. Iniciou sua carreira na KPMG no Brasil, onde atuou por 6 anos em trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis financeiras, entre 2001 e 2022 atuando na área prática de Risk Advisory Solutions tornando-se sócio da KPMG no ano de 2010. Seu mercado de atuação é na área de Indústria, concessões rodoviárias, consumo, Life Science e educação. É membro Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON), Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos, do Instituto, Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Institute of Corporate Directors (ICD) – Canadá, sendo Conselheiro de Administração designado por este instituto. O Sr. Silva não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		16/04/2026	Não	14/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Tetsuhiko Hiramatsu **CPF:** 901.349.368-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 29/11/1973

Experiência Profissional: Nascido em 1973, graduou-se em direito pela Universidade de Kyoto, em 1993. O Sr. Tetsuhiko iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd., em 1998, na função de head da Divisão de Química Fina em Tóquio. Durante o período compreendido entre 2001 e 2021 passou em empresas afiliadas da Mitsui & Co., Ltd. O Sr. Tetsuhiko declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Tetsuhiko declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM n° 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/03/2026	3 anos	Outros Diretores		18/03/2026	Não	04/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Yasushi Sugimoto **CPF:** 246.250.458-35 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/03/1967

Experiência Profissional: Nascido em 1967, graduou-se em administração de empresas. O Sr. Yasushi Sugimoto iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd., em 1989, na função de Trainee no Brasil. Durante o período compreendido entre 2003 e 2021 atuou no mercado de vendas na área de dispositivos eletrônicos, como gerente de vendas da empresa de distribuição de semicondutores MBEL, área de recursos humanos e agroquímicos na Mitsui & Co., Ltd. O Sr. Sugimoto não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Yasushi Sugimoto qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/04/2026	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		19/04/2024	Não	05/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: Valdir Augusto de Assunção **CPF:** 044.066.958-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Auditor **Data de Nascimento:** 28/03/1963

Experiência Profissional:

O senhor Valdir possui mais de 35 anos de experiência em Auditoria de demonstrações financeiras e de controles internos de empresas nacionais e multinacionais de diferentes portes, sendo 21 anos como Sócio na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), 7 anos como CEO das operações da PwC no interior do estado de São Paulo, responsável por 4 escritórios e +500 pessoas, e Membro do Conselho de Administração da PwC Brasil por 3 anos. Amplo conhecimento em Governança, Compliance, Due Diligence, IPOs, bem como BR GAAP, IFRS, US GAAP e Lei Sarbanes-Oxley – SOx dos EUA, com sólidas habilidades em gestão, formação de equipes, relacionamento com stakeholders e gestão de conflitos.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	27/03/2025	Indeterminado			27/03/2025	Sim	27/03/2025

Nome: FAUSTO DONINI ALVAREZ **CPF:** 004.150.018-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 26/10/1958

Experiência Profissional:

Nascido em 1958, graduou-se em Administração de Empresas em 1994 pela FAT – Faculdades Tiberiá, em São Paulo, com MBA na Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo em 2001, e na Fundação Dom Cabral em Formação de Conselheiros de Empresas em 2021. Atua a mais de 30 anos como Executivo em empresas em posições C-Level de Recursos Humanos, Finanças, Tecnologia da Informação, Manufatura, Qualidade, Marketing, Vendas, Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Negócios e Logística. Como Fundador e Sócio da Kienbaum no Brasil atuou diretamente em dezenas de projetos de Consultoria nos temas de Governança, Sucessão, Desenvolvimento de Executivos, Performance, Remuneração, Reorganização e Reestruturação de Empresas e projetos de crescimento acelerado em organizações privadas. Atua como Conselheiro de Empresas a mais de uma década em empresas como Studio Z (Grupo Calcenter), Transpes, Kitoplastic, GAM, Maple Bear, Bionatus, Quebec Engenharia, entre outras. Sr. Fausto Alvarez, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.187.879-X, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.150.018-03, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Melo de Oliveira, 135, Apartamento 113, no bairro de Perdizes, CEP 05011-040. O Sr. Fausto Donini Alvarez declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Fausto Donini Alvarez declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/04/2024	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		02/04/2024	Sim	02/04/2024

Nome: Jardel Massari **CPF:** 263.940.816-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 04/04/1957

Experiência Profissional:

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agronômico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985. O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/07/2023	Indeterminado	Comitê Estratégico de Inovação para Produtos		31/07/2023	Sim	10/11/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: KATIA GUEDES MOURA LOBO **CPF:** 320.161.618-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 22/02/1984

Experiência Profissional:

Nascida em 1984, graduou-se em Psicologia em 2006 pelo Centro Universitário de Santo André, em Santo André/SP, com pós-graduação em Administração Industrial pela USP (Universidade de São Paulo) em 2008 e pós-graduação em Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas em 2010. Atua a mais de 20 anos na área de Recursos Humanos em empresas nacionais e multinacionais, considerando posições de liderança como coordenadora de desenvolvimento organizacional na TAM Linhas Aéreas (2010 a 2013), gerente de desenvolvimento de liderança na Contax Contact Center (2013 a 2016), gerente de desenvolvimento organizacional global na Stefanini Group (2016 a 2019) e atualmente responsável pelos processos de recursos humanos na Ourofino Saúde Animal, ocupando a posição de diretora gente, cultura e sustentabilidade. Sra. Katia Lobo, brasileira, casada, psicóloga, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.734.810-6, e inscrito no CPF/MF sob o nº 320.161.618-41, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 4300, quadra 17 lote 08, Ribeirão Preto, CEP 14027-250. A Sra. Katia Lobo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Katia Lobo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/04/2024	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		02/04/2024	Sim	02/04/2024

Nome: Kleber Cesar Silveira Gomes **CPF:** 196.455.998-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 23/10/1974

Experiência Profissional:

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PricewaterhouseCoopers, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio. O Sr. Kleber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Kleber declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2020	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		07/05/2020	Sim	07/05/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2020	Indeterminado	Comitê Estratégico de Inovação para Produtos		07/05/2020	Sim	07/05/2020

Nome: LUCILENE DA SILVA PRADO **CPF:** 081.640.338-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 10/11/1969

Experiência Profissional:

Graduou-se em 1992 em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, com especializações em Direito Empresarial e Direito Tributário. Atua há quase 30 anos nas áreas de direito empresarial, em especial nas áreas tributária, comercial, de reorganizações societárias e governança corporativa. Possui formação pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheira de Administração e participou do APG – Programa de Gestão Avançada da Amana-Key. É sócia do Derraik&Menezes Advogados, professora do Insper, Conselheira de Administração do Instituto Semeia, Conselheira Fiscal dos Institutos Natura, RAP e CPM e autora de diversos livros e artigos sobre tributação. Por 15 anos, trabalhou na Natura onde foi Diretora Tributária e Jurídica e ao longo de sua carreira também atuou em empresas de auditoria, do setor de confecções, autopeças e trading.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	08/10/2020	Indeterminado			08/10/2020	Sim	08/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/2024	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		30/10/2024	Sim	30/10/2024

Nome: Luiz Antônio Santos Baptista **CPF:** 467.551.367-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/06/1956

Experiência Profissional:

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data. O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. O Sr. Luiz Antonio Santos Baptista qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	21/07/2021	até 10 anos			21/07/2021	Não	29/04/2016
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	21/07/2021	até 10 anos		Coordenador do Comitê de Auditoria	21/07/2021	Não	29/04/2016

Nome: Márcio Guedes Pereira Júnior **CPF:** 050.958.058-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 25/10/1961

Experiência Profissional:

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. O Sr. Márcio Guedes Pereira Junior qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/2020	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		01/07/2020	Sim	01/07/2020

Nome: Norival Bonamichi **CPF:** 263.572.166-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/02/1955

Experiência Profissional:

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979. O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/07/2023	Indeterminado	Comitê Estratégico de Inovação para Produtos		31/07/2023	Sim	30/12/2014

Nome: Yasushi Sugimoto **CPF:** 246.250.458-35 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/03/1967

Experiência Profissional:

Nascido em 1967, graduou-se em administração de empresas. O Sr. Yasushi Sugimoto iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd., em 1989, na função de Trainee no Brasil. Durante o período compreendido entre 2003 e 2021 atuou no mercado de vendas na área de dispositivos eletrônicos, como gerente de vendas da empresa de distribuição de semicondutores MBEL, área de recursos humanos e agroquímicos na Mitsui & Co., Ltd. Desde abril de 2021, ocupa o cargo de Diretor Administrativo de Proteção de Cultivos JV (BASF/Nisso/Mitsui) NBL. O Sr. Sugimoto não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Yasushi Sugimoto qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução da CVM nº 80/2022.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/2024	Indeterminado	Comitê de Recursos Humanos		30/10/2024	Sim	30/10/2024

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) (i) os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) os atuais administradores da Companhia; (b) (i) os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) (i) os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2025**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Sócio	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê Estratégico de Inovação para Produto e Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

OuroFino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Sócio	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê Estratégico de Inovação para Produto, e Controlador.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2024

<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do comitê de inovação e Controlador.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Não Aplicado			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do comitê de inovação e Controlador.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não Aplicado.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do comitê de inovação e Controlador.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Não Aplicado			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do comitê de inovação e Controlador.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Não Aplicado.

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Sócio	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Sócio	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jardel Massari	263.940.816-04	Sócio	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e membros dos órgãos estatutários (“**D&O**”), contratado com a seguradora Austral Seguradora S/A, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 40 milhões. O valor do prêmio total desta apólice foi de R\$ 44.165,97, com vigência até 30 de julho de 2027.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

Em razão da natureza do seguro D&O, a apólice de seguro não cobre atos dolosos, principalmente se cometidos para favorecer a própria pessoa do administrador. A Companhia entende que a contratação deste tipo de apólice é um importante instrumento de atração e retenção de talentos, pois proporciona segurança à empresa e aos executivos, caso haja necessidade de contratação de equipe especializada para sua defesa.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) integridade; (ii) transparência; (iii) equidade; (iv) prestação de contas (*accountability*); e (v) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

7.8 Outras informações relevantes

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras do Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários participarem na administração das companhias, entre outros direitos.

Avaliação da Administração

Para informações acerca do processo de avaliação da administração, veja o item 7.1(b) deste Formulário de Referência.

Os órgãos de governança da Companhia possuem interação entre eles sempre que necessário e quando versa algum tema de comum interesse. A Diretoria é convidada para participar em todas as reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho Fiscal participa das reuniões do Conselho de Administração destinadas à aprovação das demonstrações financeiras relativas a exercícios sociais findos.

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário geralmente realizam uma reunião conjunta anualmente a fim de discutirem os assuntos em comum desses órgãos, sendo que cada órgão opina conforme a sua alçada.

Informações adicionais ao item 7.1(d) deste Formulário de Referência

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia ainda não havia conduzido um processo relacionado à verificação da identidade autodeclarada de cor ou raça dos membros da sua administração e do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2025. Não obstante, a Companhia está empenhada em envidar esforços para que tal processo passe a ser realizado, de modo que as informações relacionadas ao item 7.1(d) possam ser incluídas na próxima atualização anual do Formulário de Referência.

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Nossa prática de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração adequada aos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Possuímos uma Política de Remuneração, formalmente aprovada em 18 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração em conformidade com os critérios do Regulamento do Novo Mercado da B3, em especial seu artigo 32, inciso I.

Toda e qualquer definição da remuneração proíbe diferenças discriminatória por motivo de sexo, idade, cor, raça/etnia ou estado civil.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar a composição e grau de competitividade da remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração o mercado competidor para fins de avaliação do nível de competitividade e contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Anualmente ou sempre que necessário, o Conselho de Administração poderá reavaliar a Política de Remuneração da Companhia para verificação de eventual necessidade de alteração ou atualização.

(c) composição da remuneração**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem uma remuneração fixa, conforme aprovação realizada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de remuneração baseada em ações de ações da Companhia.

Além disso, os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a benefícios, dentre eles: (i) alimentação; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) refeição; e (vii) cesta de natal.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia são por reunião, com exceção daqueles membros que renunciaram da sua remuneração ou que a remuneração como membro do Comitê já está englobada em outro cargo que o membro ocupa na Companhia.

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	28%	18%	54%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	27%	18%	55%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	43%	0%	57%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos na Companhia, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(iii) membros não remunerados

Atualmente, dois membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração. Adicionalmente, três membros do Comitê de Recursos Humanos e um membro do Comitê de Auditoria Estatutário não são remunerados pela Companhia pelos cargos em referidos comitês, em razão de ocuparem outros cargos remunerados na Companhia.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: parte da remuneração global da diretoria estatutária é suportada por controlada da Companhia, para informações acerca de tal remuneração, veja o item 8.19.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.307.344,56	2.416.322,29	392.203,32	4.115.870,17
Benefícios direto e indireto	0,00	119.700,67	0,00	119.700,67
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	261.468,98	503.777,95	78.440,64	843.687,58
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0
Participação de resultados	0,00	2.126.250,00	0,00	2.126.250,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.384.742,33	0,00	1.384.742,33
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos		
Pós-emprego	0,00	75.447,73	0,00	75.447,73
Cessação do cargo	0,00	0,00-	0,00	0,00-
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.959.421,72	0,00	4.959.421,72
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	
Total da remuneração	1.568.813,54	11.585.662,69	470.643,96	13.625.120,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.235.000,02	2.110.254,64	370.500,00	3.715.754,66
Benefícios direto e indireto	0,00	104.812,64	0,00	104.812,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	247.000,00	442.473,74	74.100,00	730.485,33
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	354.672,63	0,00	354.672,63
Participação de resultados	0,00	1.309.562,77	0,00	1.309.562,77
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	631.026,51	0,00	631.026,51
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	71.854,98	0,00	71.854,98
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.993.874,15	0,00	3.993.874,15
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	
Total da remuneração	1.482.000,02	9.018.532,06	444.600,00	10.945.132,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,04	3,00	3,00	12,04
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,12	2.077.702,08	349.999,98	3.627.702,18
Benefícios direto e indireto	0,00	115.557,10	0,00	115.557,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	240.000,00	434.858,66	69.999,99	744.858,65
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.358.742,00	0,00	1.358.742,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.262.818,09	0,00	1.262.818,09
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	70.988,76	0,00	70.988,76
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.300.525,61	0,00	4.300.525,61
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	
Total da remuneração	1.440.000,12	9.621.192,30	419.999,97	11.481.192,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,85	2,74	3,00	11,59
Nº de membros remunerados	4,00	2,74	3,00	9,74
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.449.905,55	1.922.969,98	355.300,00	3.728.175,53
Benefícios direto e indireto	0,00	192.127,04	0,00	192.127,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	289.981,09	446.030,46	71.060,00	807.071,55
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.350,00	0,00	1.350,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	509.614,70	0,00	509.614,70
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos		
Pós-emprego	0,00	73.755,24	0,00	73.755,24
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.546.723,50	0,00	2.546.723,50
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2026.	
Total da remuneração	1.739.886,64	5.692.570,92	426.360,00	7.858.817,56

8.3 - Remuneração Variável

Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
N° de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Esclarecimento	N.A.		N.A.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.545,75	0,00	1.545,75
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.126.250,00	0,00	2.126.250,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.417.500,00	0,00	1.417.500,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
N° de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Esclarecimento	N.A.		N.A.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.472,00	0,00	1.472,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.870.752,30	0,00	1.870.752,30
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.247.168,20	0,00	1.247.168,20
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.309.562,77	0,00	1.309.562,77

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,04	3,00	3,00	12,04
N° de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Esclarecimento	N.A.		N.A.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.350,00	0,00	1.350,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.897.498,57	0,00	1.897.498,57
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.264.999,05	0,00	1.264.999,05
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.358.742,00	0,00	1.309.562,77

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,85	2,74	3,00	11,59
N° de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Esclarecimento	N.A.		N.A.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.150,00	0,00	1.150,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.889.119,99	0,00	1.889.119,99
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.259.413,33	0,00	1.259.413,33
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.177.021,80	0,00	1.177.021,80

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Plano de Opções

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano**”) em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários (“**Contratos de Opção**”), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções (“**Preço de Exercício**”) e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia (“**Plano ILP**”), que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano ILP e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

A partir da entrada em vigor do Plano ILP, o Conselho de Administração está autorizado a criar os Programas (definidos no Plano ILP) nos termos do Plano ILP e de suas deliberações, segundo seus únicos e exclusivos critérios. As Remunerações em Ações nos termos do Plano e de cada Programa serão realizadas mediante a celebração de Contratos de ILP, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No âmbito da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2022 (“**AGE Setembro 2022**”), foi aprovada a substituição do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2022 (“**Plano ILP RSU**”) pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Phantom Units (conforme abaixo definido), conforme aditado em 29 de abril de 2024 (“**Plano Phantom Units**”). Nesse sentido, a Companhia apresenta abaixo a descrição do Plano Phantom Units em substituição à descrição do Plano ILP.

O Plano Phantom Units será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá se valer da assessoria e recomendações de seus comitês de assessoramento, se e quando entender necessário. O Plano Phantom Units contempla a outorga de unidades representativas do direito de receber determinado valor a ser calculado de acordo as premissas previstas no respectivo plano (“**Phantom Units**”).

(b) data de aprovação e órgão responsávelPlano de Opções:

A Companhia aprovou seu Plano em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

A Companhia aprovou o Plano ILP em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021. O Plano ILP é administrado pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

A Companhia aprovou o seu Plano Phantom Units em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de setembro de 2022, o qual foi objeto de aditamento aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2024. O Plano Phantom Units é administrado pelo Conselho de Administração.

(c) número máximo de ações abrangidasPlano de Opções:

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

As remunerações em Ações nos termos do Plano poderão conferir direitos de recebimento de Ações pelos Beneficiários que não exceda 2% (dois por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as

Remunerações em Ações, transferidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido transferidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas).

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O recebimento das Phantom Units não confere aos Beneficiários a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro direito ou prerrogativa de acionista, tais como direitos políticos (e.g. direito de voto) ou econômicos (e.g. recebimento de dividendos ou proventos de qualquer natureza).

As Phantom Units a serem outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Plano Phantom Units estarão limitadas a 2,60% do capital social da Companhia. Caso a Companhia venha a realizar qualquer evento societário (e.g. aumento ou redução de capital, emissão ou cancelamento de ações), o limite percentual acima deverá ser calculado com base na quantidade de ações representativas do capital social total da Companhia após referido evento societários, observado, ainda, que, caso o número, espécie e classe das ações de emissão da Companhia existentes durante o Período de Vesting (conforme abaixo definido) de cada Programa venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, ou ainda como resultado de aumento ou diminuição de capital social, emissão ou cancelamento de ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros eventos societários que impactem a quantidade de ações de emissão da Companhia, a quantidade de Phantom Units outorgadas aos Beneficiários serão equilibradas de forma equitativa ao percentual correspondente ao capital social da Companhia, estabelecidos proporcionalmente, com o intuito de evitar distorções na aplicação do Plano Phantom Units e seus respectivos Programas e os Contratos de Phantom Units.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opções:

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável para o Plano ILP, tendo em vista que nesses casos o instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da transferência de ações após o término do Período de Carência (definido no Plano ILP) e, portanto, não há opções outorgadas.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções, mas sim a outorga de Phantom Units.

(e) condições de aquisição de ações

Plano de Opções:

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, pois não há aquisição de ações pelos Beneficiários, mas sim a sua transferência após o Período de Carência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No âmbito do Plano Phantom Units não está contemplada a aquisição pelos Beneficiários de ações de emissão da Companhia, mas sim a transferência gratuita de Phantom Unit, que dará o direito de o Beneficiário receber, após o decurso do Período de Vesting (conforme abaixo definido), em moeda corrente nacional, o maior entre (i) o valor da cotação por ação de emissão da Companhia na B3 no último dia útil do Período de Vesting; ou (ii) o valor resultante da seguinte fórmula:

$$\text{VPU} = (\text{EBITDA}_{\text{médio}} \times 10) / \text{Qtde ações}$$

Onde:

VPU: é o valor líquido por Phantom Unit a ser pago pela Companhia ao Beneficiário;

EBITDA_{médio}: é a média aritmética simples dos EBITDAs calculados com base nas demonstrações financeiras relativas aos últimos 5 (cinco) exercícios sociais encerrados anteriormente à data em que for devido o pagamento do valor correspondente às Phantom Units, sendo:

EBITDA: é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, a ser calculado de acordo com as demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia.

Qtd ações: quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia no último Dia Útil do Período de Vesting;

Na data do término do Período de Vesting do terceiro Lote de Phantom Units, o Beneficiário poderá fazer jus ao pagamento de um valor adicional, em decorrência do Plano Phantom Units, a ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{VAdicional} = (\text{VPU } 3^{\circ} \text{ Lote} \times \text{PUTotal}) - (\text{VPU } 1^{\circ} \text{ Lote} \times \text{PU}1^{\circ} \text{ Lote}) - (\text{VPU } 2^{\circ} \text{ Lote} \times \text{PU}2^{\circ} \text{ Lote}) - (\text{VPU } 3^{\circ} \text{ Lote} \times \text{PU}3^{\circ} \text{ Lote})$$

Onde:

VAdicional: é o valor líquido do eventual pagamento adicional a ser realizado pela Companhia ao Beneficiário;

VPU 3º Lote: é o valor líquido por cada Phantom Unit do terceiro Lote de Phantom Units a ser pago pela Companhia ao Beneficiário;

PUTotal: é a quantidade total de Phantom Units outorgada pela Companhia a cada Beneficiário;

VPU 1º Lote: é o valor líquido por cada Phantom Unit do primeiro Lote de Phantom Units a ser pago pela Companhia ao Beneficiário;

PU1º Lote: é a quantidade de Phantom Units objeto do primeiro Lote de Phantom Units outorgada a cada Beneficiário;

VPU 2º Lote: é o valor líquido por cada Phantom Unit do segundo Lote de Phantom Units a ser pago pela Companhia ao Beneficiário;

PU2º Lote: é a quantidade de Phantom Units objeto do segundo Lote de Phantom Units outorgada a cada Beneficiário;

VPU 3º Lote: é o valor líquido por cada Phantom Unit do terceiro Lote de Phantom Units a ser pago pela Companhia ao Beneficiário; e

PU3º Lote: é a quantidade de Phantom Units objeto do terceiro Lote de Phantom Units outorgada a cada Beneficiário.

Caso o resultado da fórmula acima resulte em um valor negativo, o Beneficiário não fará jus a qualquer pagamento adicional pela Companhia.

O pagamento do valor adicional deverá ser realizado no prazo de até 90 (noventa) dias a contar do término do Período de Vesting do terceiro Lote de Phantom Units.

Transcorrido o Período de Vesting das Phantom Units, ou Lotes de Phantom Units, bem como demais condições eventualmente estabelecidas no Programa e/ou no Contrato de Phantom Units, a Companhia realizará o pagamento do valor correspondente às Phantom Units aos Beneficiários até a data do pagamento (qual seja, o período máximo de até um ano a contar do término do Período de Vesting de cada um dos Lotes de Phantom Units), tempo necessário para que a administração da Companhia adote as providências no sentido de calcular o valor a ser pago relativamente a cada uma das Phantom Units, bem como para adoção dos procedimentos operacionais e levantamento de recursos necessários ao pagamento, sendo certo que a Companhia poderá proceder com o desconto e retenção de quaisquer Tributos sujeitos à retenção na fonte eventualmente incidentes, conforme legislação tributária aplicável, sobre o valor a ser pago aos Beneficiários a título de liquidação das Phantom Units.

Uma vez aprovado o Plano Phantom Units, o Conselho de Administração estará autorizado a criar os Programas. As Phantom Units nos termos do Plano Phantom Units e de cada Programa serão realizadas mediante a celebração de Contratos de Phantom Units, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Phantom Units outorgadas ao Beneficiário; (b) a divisão ou não das Phantom Units em Lotes, e suas respectivas características; (c) critérios e condições ao vesting das Phantom Units ou dos Lotes de Phantom Units; (d) critérios e condições do pagamento, pela Companhia ao Beneficiário, do valor correspondente à Phantom Unit; e (e) consequências dos direitos e obrigações em caso de Desligamento do Beneficiário, dentre outros.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções:

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano de Opções será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Conselho de Administração deverá considerar como Preço da Ação (definido no Plano ILP) para composição do cálculo do Número Base de Ação (definido no Plano ILP).

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra, não há preço de aquisição ou exercício em relação às Phantom Units. O valor a ser pago pela Companhia a cada Beneficiário, após o Período de Vesting, em razão das Phantom Units será calculado conforme indicado no item (h) acima.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercícioPlano de Opções:

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Os direitos dos Beneficiários em receber as Ações somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Beneficiário permanecer continuamente vinculado a Companhia durante o período compreendido entre a data de outorga ao prazo determinado no programa.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra, não há prazo de exercício em relação às Phantom Units. Vale destacar que o pagamento das Phantom Units será realizado pela Companhia no período máximo de até um ano a contar do término do período de permanência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, seja em um Programa ou nos Contratos de Phantom Units, pelo qual o Beneficiário deve permanecer como administrador, empregado ou prestador de serviços da Companhia, conforme o caso, como condição ao recebimento dos valores correspondentes às Phantom Units ou a cada um dos Lotes quando assim divididas (“**Período de Vesting**”).

(h) forma de liquidaçãoPlano de Opções:

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Plano ILP será liquidado prioritariamente em ações ordinárias da Companhia, mantidas em tesouraria. De modo a assegurar que a Companhia possua ações de sua própria emissão em tesouraria em número suficiente para fazer frente ao Plano ILP, o Conselho de Administração poderá, a partir da aprovação do primeiro Programa e em qualquer momento durante a vigência do Plano ILP, aprovar programas de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia para dar cumprimento ao Plano ILP, respeitadas as normas legais e regulamentares que regem a negociação com as próprias ações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que não está contemplada no Plano Phantom Units a outorga de quaisquer opções. Ressalta-se que, conforme mencionado acima, após o decurso do Período de Vesting, o Beneficiário terá o direito de receber o valor correspondente às suas Phantom Units, em moeda corrente nacional.

(i) restrições à transferência das açõesPlano de Opções:

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Conselho de Administração instituirá, em cada Programa, as condições a serem atingidas pelos Beneficiários para adquirirem o direito de recebimento das Ações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável em relação ao Plano Phantom Units, tendo em vista que não haverá transferência de ações de emissão da Companhia aos Beneficiários em razão da outorga de Phantom Units.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do planoPlano de Opções:

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opções.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano de Opções, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano de Opções venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano de Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Os Programas, nos termos do Plano ILP, não impedirão a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações objeto dos Programas, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da transferência das Ações; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano e de cada Programa.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano Phantom Units, desde que não altere os respectivos princípios básicos, tais como limite máximo do valor correspondente às Phantom Units a serem outorgadas, consequências do desligamento dos Beneficiários e prazo de vigência do Plano Phantom Units. Caso alteradas, as condições não poderão causar efeito adverso para os Beneficiários.

Adicionalmente, o Plano Phantom Units poderá ser integralmente revisado caso haja qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de remuneração baseado em ações (incluindo, sem limitação, um plano de incentivo de longo prazo baseados em derivativos de ações, tais como as Phantom Units).

Por fim, o Plano Phantom Units poderá ser extinto a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres

e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

- desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;
- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;

- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no contrato de ILP.
- desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou algum processo sucessório aprovado pelo Conselho de Administração, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações baseada em de Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no Contrato de ILP;
- desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente (reconhecida administrativamente pelo órgão governamental competente), o Beneficiário (em caso de invalidez permanente), ou para seus herdeiros e/ou beneficiários (se aplicável), receberão a Remuneração em Ações previstas em cada Programa que o Beneficiário estava vinculado por meio de Contratos de ILP, de forma antecipada ao término do Programa (Data de *Vesting*), considerando a quantidade de ações baseada no programa definido. O pagamento das Remunerações em Ações, neste caso, ocorrerá no prazo de até 1 (um) ano a contar do falecimento ou declaração da invalidez permanente pelo órgão governamental competente do Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano Phantom Units poderão ser extintos ou modificados, se, a qualquer tempo, o Beneficiário:

- desligar-se da Companhia e/ou de suas Afiliadas por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação às Phantom Units, exceto com relação aos Lotes de Phantom Units cujos Períodos de Vesting já tenham sido integralmente transcorridos na data do referido desligamento, de modo que o Beneficiário somente terá direito ao recebimento relacionado aos Lotes de Phantom Units cujos Períodos de Vesting já tenham terminado na data do desligamento;
- for desligado da Companhia e/ou de suas Afiliadas por vontade destas, conforme o caso, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação às Phantom Units, se o término da sua relação com a Companhia ou suas controladas ocorrer dentro do Período de Vesting de cada Programa e respectivo Contrato de Phantom Units;
- for desligado da Companhia e/ou de suas Afiliadas por vontade destas, conforme o caso, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador. Neste caso, os pagamentos relacionados a Phantom Units deverão ser realizados pela Companhia em até 1 (um) ano contado da data do Desligamento e seguirão as seguintes regras:

- (i) se o cumprimento pelo Beneficiário do Período de Vesting do Programa vigente for menor ou igual a 12 (doze) meses completos contados a partir de 1º de junho de 2022, o Beneficiário desligado perderá todos os direitos com relação às Phantom Units; e
- (ii) se o cumprimento pelo Beneficiário do Período de Vesting for superior a 12 (doze) meses contados a partir de 1º de junho de 2022, o Beneficiário desligado terá direito ao recebimento dos valores correspondentes às Phantom Units de forma proporcional aos meses completos transcorridos entre 1º de junho de 2022 e a data do Desligamento do Beneficiário, considerando-se, para os fins do Plano Phantom Units, como data de Desligamento a data de comunicação da demissão ou destituição, desconsiderando-se, portanto qualquer período de aviso prévio. Para fins de esclarecimento, a quantidade de Phantom Units a ser considerada para o cálculo do valor devido ao Beneficiário nesta hipótese não levará em consideração qualquer um dos Períodos de Vesting a que o Beneficiário estiver sujeito, e será calculada com base na seguinte fórmula:

Phantom Units Devidas = (Phantom Outorgadas / 60) x Meses de Permanência

Onde:

Phantom Units Devidas: significa a quantidade de Phantom Units a ser considerada no cálculo do valor a ser pago ao Beneficiário.

Phantom Outorgadas: significa a quantidade total de Phantom Units outorgada ao Beneficiário nos termos do Contrato.

Meses de Permanência: significa o número de meses completos entre 1º de junho de 2022 e a data do Desligamento.

- desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou algum processo sucessório aprovado pelo Conselho de Administração, o Beneficiário terá direito ao recebimento dos valores correspondentes às Phantom Units de forma proporcional aos meses completos transcorridos entre 1º de junho de 2022 e a data do Desligamento do Beneficiário, considerando-se, para os fins do Plano Phantom Units, como data de Desligamento a data de comunicação da referida aposentadoria normal ou processo sucessório. Neste caso, os pagamentos serão realizados pela Companhia em até 1 (um) ano contado da data do Desligamento do Beneficiário;
- desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente (reconhecida administrativamente pelo órgão governamental competente), o Beneficiário (em caso de invalidez permanente), ou para seus herdeiros e/ou beneficiários (se aplicável), receberão os valores correspondentes às Phantom Units integralmente, de forma antecipada ao término do Período de Vesting dos Programas. Neste caso, o pagamento do valor correspondente às Phantom Units ocorrerá no prazo de até 1 (um) ano a contar do falecimento ou declaração da invalidez permanente pelo órgão governamental competente do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano Phantom Units não causem impacto adverso ao Beneficiário.

8.5 - Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	3,00		9,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de outorga de opção de compra de ações pela Companhia aos seus membros do Conselho de Administração.			Não há opções de compra de ações em aberto ou previstas para outorga no exercício social corrente. As opções anteriormente existentes expiraram no exercício social encerrado em 31/12/2025.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	3,00		9,00
N° de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	5,815000		5,82
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de outorga de opção de compra de ações pela Companhia aos seus membros do Conselho de Administração.			Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as opções de compra de ações remanescentes expiraram nos termos do respectivo plano. Em consequência, não havia opções em aberto ao final de 2025, nem previsão de novas outorgas no exercício social corrente.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	62,83		62,83
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	62,83		62,83
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	3,00		9,00
N° de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	5,815000		5,82
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de outorga de opção de compra de ações pela Companhia aos seus membros do Conselho de Administração.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				

Em aberto no início do exercício social	0,00	62,83		62,83
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,85	2,74		8,59
N° de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	5,815000		5,82
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de outorga de opção de compra de ações pela Companhia aos seus membros do Conselho de Administração.			
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	64,07		64,07
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	60,18		60,18
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.7 - Opção em aberto

Não aplicável, tendo em vista que, ao final do último exercício social, não havia opções de compra de ações de emissão da Companhia, detidas pela administração da Companhia, em aberto.

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, prevista para o exercício social corrente:

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2026		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0%

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Exercício Social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0%

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	3
Nº de membros remunerados	0	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,060%

Remuneração baseada em ações, mediante entrega de ações diretamente pela Companhia, reconhecida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,85	2,74
Nº de membros remunerados	0	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,090%

8.10 - Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma outorgada de ações foi realizada pela Companhia aos seus administradores nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.11 - Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais.

julgue relevantes em relação a esta seção 8.

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Plano de Opção:

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O modelo de precificação utilizado para cálculo foi o valor justo do ativo outorgado (fair value), ganho esperado com o plano e método "ad hoc".

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O modelo de precificação a ser adotado quando do pagamento do valor correspondente às Phantom Units levará em consideração o maior entre (i) o valor da cotação por ação de emissão da Companhia na B3 no último dia útil do Período de Vesting; ou (ii) o valor resultante da fórmula descrita no item 8.4(h).

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Em relação ao Plano de Opção, tendo em vista que apenas o item 8.5 acima foi preenchido, não há informações acerca do valor justo apresentadas acima.

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

1º Programa – 01/02/2021

Encerramento do período de carência (vesting)	01/02/2024
Preço da ação na data da outorga	32,75
Preço estimado de exercício (strike)	54,14
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0
Volatilidade esperada	45,24%*
Taxa de juros livre de risco	5,655%*

^(*) Informação ajustada conforme laudo do preço justo da outorga.

2º Programa – 01/02/2022

Encerramento do período de carência (vesting)	01/02/2025
Preço da ação na data da outorga	25,29
Preço estimado de exercício (strike)	36,09
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0
Volatilidade esperada	42,20%
Taxa de Juros livre de risco	11,10%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Em relação ao Plano de Opção, tendo em vista que apenas o item 8.5 acima foi preenchido, não há informações acerca do valor justo apresentadas acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, uma vez que não há exercício antecipado no Plano ILP.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, uma vez que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nem prevê o exercício pelos Beneficiários de seus Phantom Units.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Em relação ao Plano de Opção, tendo em vista que apenas o item 8.5 acima foi preenchido, não há informações acerca do valor justo apresentadas acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

No cálculo da volatilidade foi considerado o histórico da cotação das ações de emissão da Companhia na B3.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No cálculo da volatilidade será considerado o histórico da cotação das ações de emissão da Companhia na B3 e as variações do EBITDAmédio da Companhia, conforme definido no item 13.4(h).

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Em relação ao Plano de Opção, tendo em vista que apenas o item 8.5 acima foi preenchido, não há informações acerca do valor justo apresentadas acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano ILP não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações ou cotas, detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos administradores da Companhia, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2025.

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Companhia	56,70%	0,00%	0,00%	56,70%
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	0,36%	0,00%	0,00%	0,36%

8.14 - Planos de previdência

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Nome de plano	N/A	Itaú Vida e Previdência S.A. e Brasil Prev Seguros e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Para benefício/capital segurado antecipado, é necessário ter: (i) no mínimo 55 anos de idade; (ii) no mínimo 5 anos de tempo de participação no programa de previdência; e (iii) ter rompido o vínculo com a instituidora.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	536.889,85
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	75.447,73
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Durante o período de diferimento, após sessenta dias a contar da data do protocolo da proposta de inscrição.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	3,00	3,00	2,74	6,00	6,04	5,85	3,00	3,00	5,85
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,74	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	4,08
Valor da maior remuneraçãoReal	1.437.099,74	1.419.775,32	1.413.470,22	308.750,00	300.000,00	300.000,00	123.500,00	116.666,66	118.300,00
Valor da menor remuneraçãoReal	143.166,14	132.326,76	119.679,76	308.750,00	300.000,00	103.238,79	123.500,00	116.666,66	41.600,00
Valor médio da remuneraçãoReal	790.132,94	692.567,36	640.989,99	308.750,00	300.000,00	260.647,76	123.500,00	116.666,66	88.825,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Não aplicável.	
31/12/2024	Não aplicável.	
31/12/2023	Efetuuou-se a exclusão de membros que ocuparam os cargos por menos de 12 meses para preenchimento das tabelas com relação ao valor da menor remuneração.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Não aplicável.	
31/12/2024	Não aplicável.	
31/12/2023	Não considerado no cálculo do valor da menor remuneração um membro do Conselho de Administração que iniciou seu contrato em 21/03/2023. Adicionalmente, foram desconsiderados do cálculo do valor médio da remuneração dois membros do Conselho de Administração que renunciaram a remuneração no decorrer do ano de 2023.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Não aplicável.	
31/12/2024	Não aplicável.	
31/12/2023	Não aplicável.	

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026	5,73%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025	6,77%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	7,16%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	7,13%	0%	0%

8.18 - Remuneração - Outras funções

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada**Previsão para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026***Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controlada da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	3.310.604,09	-	3.310.604,09
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025*Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controlada da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	2.989.227,29	-	2.989.227,29
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024*Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Remuneração recebida em função de cargo em controlada da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	2.740.319,81	-	2.740.319,81
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Remuneração recebida em função de cargo em controlada da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-		-
Controladas da Companhia	-	2.187.533,95	-	2.187.533,95
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1/9.2 – Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Jurídica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
05/03/2024	01/01/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestarão os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais que se encerrarem em 31 de dezembro de 2024, 2025 e que encerrarão em 2026; (ii) revisões das informações contábeis trimestrais (ITRs) para os períodos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024, 2025 e 2026.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração paga aos auditores independentes referente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações financeiras intermediárias do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 469.608,54.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a Companhia não contratou os seus auditores independentes ou pessoas a eles ligadas para a prestação de outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

Não existem mais informações relevantes referentes a esta seção 9.

10.1 Descrição dos recursos humanos**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia apresenta abaixo o número de terceirizados contratados:

Número de terceirizados Sudeste	31/12/2025
Alimentação	17
Limpeza	39
Manutenção	18
Segurança	18
Transporte	18
Outros	1
Total	111

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de 1,74%.

10.1 A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	376	554	0	0	0
Empregados em posição de liderança	66	77	0	0	0
Total = 1073	442	631	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	7	662	64	135	0	0	62
Empregados em posição de liderança	1	131	1	3	0	0	7
Total = 1073	8	793	65	138	0	0	69

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Empregados em posição de não liderança	210	642	78
Empregados em posição de liderança	3	119	21
Total = 1073	213	761	99

Quantidade de empregados por posição e deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	32	898	0
Empregados em posição de liderança	2	141	0
Total = 1073	34	1039	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posição de não liderança	20	39	26	718	66	61
Empregados em posição de liderança	1	7	4	102	22	7
Total = 1073	21	46	30	820	88	68

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	2	19	0	0	0
Nordeste	20	26	0	0	0

Centro-Oeste	16	14	0	0	0
Sudeste	351	469	0	0	0
Sul	37	51	0	0	0
Exterior	16	52	0	0	0
Total = 1073	442	631	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros
Norte	0	12	0	9	0	0
Nordeste	0	28	5	13	0	0
Centro-Oeste	1	21	1	7	0	0
Sudeste	6	651	59	100	0	0
Sul	1	79	0	8	0	0
Exterior	0	2	0	1	0	0
Total = 1073	8	793	65	138	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	4	17	0
Nordeste	7	35	4
Centro-Oeste	7	22	1
Sudeste	175	570	75
Sul	12	63	13
Exterior	8	54	6
Total = 1073	213	761	99

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração que compreende práticas salariais e de remuneração variável dos seus empregados.

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho; e (vi) regulamentar critérios e estabelecer controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo: (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Companhia, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, manter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos da Companhia; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

A Companhia utiliza diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

A política de remuneração variável possui um programa interno considerado como incentivo de curto prazo (ICP), que compõe a remuneração total dos empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas entre gestores e seus colaboradores. As metas do programa deverão ser específicas, mensuráveis, factíveis e

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis todos os empregados das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

A Companhia possui benefícios concedidos a seus colaboradores, sendo alguns extensivos às suas famílias. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) refeição; (ii) alimentação; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer (Wellhub e Convênio Sesi); (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; e (xi) auxílio transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Plano de Opção

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano de Opção**”) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano de Opção (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Opção; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano de Opção; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, observadas as determinações do Plano de Opção.

As características do Plano de Opção da Companhia encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de remuneração baseado em ações da Companhia (“**Plano ILP**”), administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano ILP e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

O Plano ILP se insere na prática de remuneração variável, sendo elegíveis diretores estatutários e não estatutários e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

As características do Plano ILP encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units

Em 23 de setembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de remuneração baseado em ações da Companhia ("**Plano Phantom Units**"), administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano Phantom Units e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

O Plano Phantom Units se insere na prática de remuneração variável, sendo elegíveis diretores estatutários e não estatutários e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

As características do Plano Phantom Units encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(i) grupos de beneficiários

Para informações sobre o Plano de Opção, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(ii) condições para o exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano ILP e o Plano Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(iii) preços de exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano ILP e o Plano Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(iv) prazos de exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano ILP e o Plano Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano ILP e o Plano Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
7.989.921,11	200.601,88	39,83

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A atuação da Companhia junto às entidades sindicais, representativas de seus colaboradores pautar-se-á pelas condutas das empresas da Companhia, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas. Neste sentido, a Companhia não possui histórico negativo no relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores, sendo que desde a constituição da Companhia, não houve paralisações ou greves registradas.

10.5 Outras informações relevantes

As informações divulgadas no item 10.1A deste Formulário de Referência referem-se ao número consolidado de empregos da Companhia.

11.1 Regras, políticas e práticas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, e tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral, definindo de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ourofino S.A., Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *websites* da Companhia (ri.ourofino.com); da CVM (gov.br/cvm); e da B3 (www.b3.com.br).

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, é vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o	A referida transação foi celebrada, previamente à obtenção pela Companhia de seu registro de companhia aberta perante a CVM, no melhor interesse da Companhia, de modo a viabilizar a implementação da reorganização societária do grupo da Companhia em preparação para a realização de sua oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	26/09/2014	5.000,00	58.446,46	5.000,00	10 anos	0,000000
Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino é sociedade com controladores em comum com a Companhia.					
Objeto contrato	O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, no segmento de pecuário, incluindo criação de gado nelore de elite, e cavalos de raça. O valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R\$5.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contrato de licenciamento de marcas. O valor apresentado nos campos "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	01/01/2014	2.812.755,56	0,00	2.812.755,56	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino é sociedade com controladores em comum com a Companhia.					
Objeto contrato	Serviços de manutenção, administração, limpeza, segurança, telecomunicações e arrendamento realizado na Fazenda Guataparã, realizados pela parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	"Saldo existente" refere-se a saldo de adiantamento em aberto com a parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino, decorrente de rateio de despesas condominiais. O valor apresentado no campo "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Neotech Soluções Ambientais Ltda.	12/04/2017	931.176,00	50.352,00	93.176,00	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Neotech Soluções Ambientais Ltda é sociedadea com um dos controladores e seu membro próxima da família em comum com a Companhia.					
Objeto contrato	Serviços de incineração realizados pela parte relacionada Neotech Soluções Ambientais Ltda					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	O valor apresentado no campo "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	30/06/2014	6.000,00	1.000,00	6.000,00	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.					
Objeto contrato	O contrato de compartilhamento de despesas foi celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da Companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. ("Compartilhadora"), com anuência da Companhia e de sua controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2023 são relativos à tecnologia da informação. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado com base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	30/06/2014	1.439.194,47	30.909,06	1.439.194,47	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade com controladores em comum com a Companhia.					
Objeto contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. ("Compartilhadora"), com anuência da companhia e de sua controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2023 são relativos à área de suprimentos internacionais, para apoio relacionado a importações de produto técnico da China e a área de recursos humanos. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado nos campos "montante envolvido" e "montante" referem-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda	30/07/2014	200.000,04	R\$. 83.333,33	200.000,04	20 anos	0,000000

Relação com o emissor Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.

Objeto contrato O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, dos segmentos de fabricação, distribuição, trading, importação, exportação, fabricação por conta e ordem de terceiros e venda de produtos agroquímicos entre outros relacionados. Para os primeiros 5 anos de vigência do Contrato, o valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 100.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos primeiros cinco anos de uso da marca (Período Inicial). Para os próximos 05 anos após o período inicial o valor anual pelo licenciamento das Marcas é de R\$ 200.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos cinco anos de uso da marca após o Período Inicial (Período Adicional) e, para os próximos anos após o Período Adicional, o valor anual será obtido através de avaliação do valor de mercado a ser determinado por um comitê independente, de acordo com os parâmetros estabelecidos no contrato

Garantia e seguros N/A

Rescisão ou extinção N/A

Natureza e razão para a operação Contrato de licenciamento de marcas. O valor apresentado nos campos "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.

Posição contratual do emissor Credor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Hong Kong Limited.	30/07/2014	27.047.025,63	R\$. 2.072.176,33	27.047.025,63	20 anos	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Hong Kong Limited. é sociedade sob controle comum com a Companhia.					
Objeto contrato	O objeto do contrato é exclusivamente para fins de realização de atividades de importação de materiais e produtos relacionados, incluindo a aquisição no exterior, internalização e disponibilização no mercado nacional, direta ou indiretamente, em conformidade com a legislação aplicável e as diretrizes estabelecidas entre as partes.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Saldo a pagar decorrente de importações de insumos. O valor apresentado nos campos "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2025.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/10/2024		479.823.731,62	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
53.949.006	0	53.949.006	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/10/2024		479.823.731,62	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
53.949.006	0	53.949.006	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
29/10/2024		479.823.731,62	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
53.949.006	0	53.949.006	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
08/05/2020		650.000.000,00.	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 sob o código OFSA3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 12.

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Kleber Cesar Silveira Gomes
Cargo do responsável Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:
Kleber Gomes
AC9D002055A8485...

Kleber Cesar Silveira Gomes

13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Marcelo da Silva**

Cargo do responsável Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:
Marcelo Silva
D05F7BF25A814D5...

Marcelo da Silva